

cadernos do

terceiro mundo

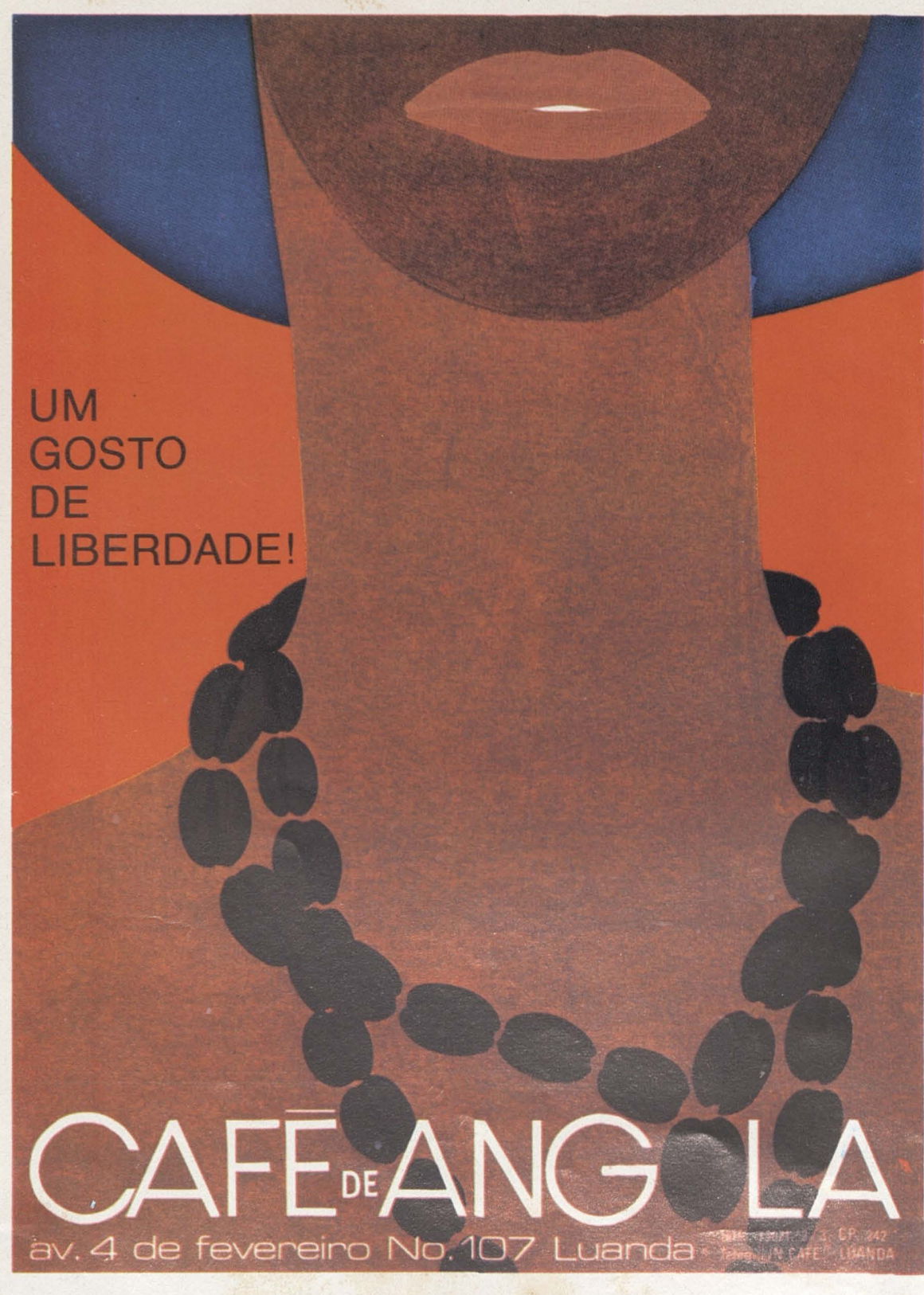
Janeiro 1986 ● Esc 100 ● Kz 80 ● Mt 80 ● PG 80\$ ● Cr\$ 12.000 ● Ano IX ● Nº 85

Angola:
o II Congresso do MPLA



A
AGONIA
DE UMA
DITADURA!

Filipinas



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

CP: 242
TELEFON: 211 242
CAFÉ DE ANGOLA

Xá, Somoza... e agora Marcos?

As Filipinas estão em crise. Mais um dos regimes que pareciam inabaláveis está a desmoronar-se devido ao crescente movimento de protesto popular e diante dos avanços, reconhecidos até pelos estrategos da Casa Branca e do Pentágono, do movimento guerrilheiro. Na nossa matéria de capa deste número abordamos este assunto, através de um documentado trabalho do prestigiado jornalista indiano Claude Alvares, um conhecedor da problemática asiática, em particular a das Filipinas. Esse conhecimento do país e das suas características permitiu-lhe aprofundar a análise das contradições no seio do regime, o comportamento que se pode esperar das forças armadas filipinas e um balanço das forças que se opõem à continuação da presença militar norte-americana no país. Destacamos ainda neste número uma entrevista com a viúva do fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane, figura histórica da luta anticolonialista da década de 60, assassinado em Dar es Salam pela

polícia política portuguesa. Janet Mondlane, querida e respeitada pelo povo moçambicano, norte-americana de origem, é uma testemunha privilegiada de uma fase da história da África Austral e de Moçambique, em particular, que converte as suas palavras numa fonte importante de informações ainda inéditas sobre os acontecimentos que marcaram a luta de libertação. Revelamos ainda, em exclusivo, algumas cartas escritas por Eduardo Mondlane, as quais completam este especial.

Nesta edição, que, por ser a primeira de 1986, encontra a nossa equipa com forças renovadas para continuar o trabalho, António, um dos melhores «cartoonistas» portugueses com vários prémios internacionais, inicia a sua colaboração regular em «cadernos» publicando um excelente «cartoon» de denúncia do «apartheid». Um facto que registamos com agrado.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registro do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:

José Carlos Gondin

Redação Permanente:

Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Guionar Belo Marques, Horácio Castellano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Rio de Janeiro), Cristina Assis (Lisboa)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

Maria José Belo Marques e Cristina Campos (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 — ler. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Cañilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá

Nicarágua: Arquelles Morales

Apartado 576 — Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerchield, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

Edição portuguesa

Director: Artur Baptista

Coordenação de Redação:

Carlos Pinto Santos

Propriedade:

Tricontinental Editora, Lda.

Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1.º

1200 LISBOA

telef.: 32 06 50/32 07 51

Redação e Publicidade:

Rua das Salgadeiras, 36-2.º-E

1200 LISBOA

telef.: 36 38 04/37 27 15

Telex:

42720 CTM TE P

Impressão:

Gráfica Europam, Lda

2726 — Mem Martins (CODEX)

• Edições em espanhol

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:

Rubén Aguillar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centroamericano:

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S/A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafey, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Alberto B. Mariantoni, Alex Mashinin, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Nuñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, César Arias Quincot, Claude de Alvares, David Fig, Deborah Hurlington, Eduardo Molina y Vedia, Eugénio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francisca Gargallo, Francisco Cê Gomes, Gregório Selser, Grídiva Kuncar, Herbert de Souza, Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Laurine Platsky, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Ricardo Bueno, Ravindrán Casinader, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jaubert, Roger Rummill, Sam Ramsamy, Sol Carvalho, Theotônio dos Santos.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L, Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAY de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Artesal, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex. 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N. Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center 0-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINE-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidade Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uccita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. — Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméa, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave. Mélico Lechosa o Pte. Brion, Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países

5 Cartas

7 Panorama Tricontinental

16 Editorial – Apartheid, a herança do colonialismo

18 Matéria de capa – Filipinas: A agonia da era Marcos,
Claude Alvares

20 O “parlamento das ruas” contra a ditadura

27 A crise pode gerar um novo Vietname

31 A violência diária contra a oposição

34 Os assassinatos de advogados, *Rajesh Abraham*

África

37 Angola: Um congresso renovador, *Beatriz Bissio*

40 Presidente J.E. dos Santos: “a demagogia leva ao descrédito”

43 Sara Ocidental: Impasse militar e êxitos políticos, *Baptista da Silva*

46 Marrocos: Um país na encruzilhada, *Alberto B. Mariani*

49 África do Sul: A guerra do Cabo, *Tony Weaver*

52 Moçambique: ONU faz apelo a favor de Moçambique,
Etevaldo Hipólito

América Latina

55 Honduras: Dólares para aumentar a fome e o armamento,
Roberto Bardini

58 Argentina: Prós e contras da reforma monetária

Ásia

63 Tailândia: O armamentismo tailandês, *Carlos Pinto Santos*

Economia

66 Singapura: Desmorona a pirâmide especulativa, *Deodoro Roca*

69 Notas

Comunicação

70 Como o Norte ignora a crise do Sul, *Marcel Niedergang*

74 A arma radiofónica na guerra de Timor, *Guiomar Belo Marques*

Cultura

77 Cutumay Camones: a música da guerrilha, *Samuel Blixen*

81 Craveirinha e a poesia de resistência, *Manuel Freire*

84 Notas

85 Livros do Terceiro Mundo

86 Especial – Cultura: A biografia de Eduardo Mondlane,
Baptista da Silva

92 “O eco da sua voz”

96 Humor: António



O II Congresso do MPLA-PT



Hassan II na encruzilhada



As cartas de Eduardo Mondlane

- **BENGUELA**
Livraria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**
Livraria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé
- **CALULO**
Livraria 17 de Setembro
- **DONDO**
Livraria 2 de Março
- **GANDA**
Livraria 1.º de Maio
- **HUAMBO**
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- **HUILA**
Livraria 27 de Março
- **K. KUBANGO**
Livraria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**
Livraria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**
Livraria Anibal de Melo
- **LOBITO**
Livraria 11 de Novembro
- **LUANDA**
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**
Livraria Daolinda Rodrigues
- **MALANGE**
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**
Livraria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**
Livraria Lutuima
- **NEGAGE**
Livraria Saïdy Mingas
- **SOYO**
Livraria Lundogi
- **UIGE**
Livraria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Uma leitura atenta

Não gostei da capa do nº 80/Agosto, porque é uma das piores fotografias que já vi de Fidel Castro e porque, para o título "Cuba: nova etapa da revolução" podia ter sido escolhida uma imagem muito mais sugestiva e representativa dessa nova etapa de uma revolução dinâmica e triunfante, em marcha para o futuro.

(...) Quanto ao número de Julho, considero-o um excelente *dossier* sobre a mulher, pois dá uma panorâmica bastante ampla sobre os seus problemas e batalhas e gostei especialmente dos artigos: "A Camponesa, essa esquecida", "A opressão no *apartheid*", "Superar um sistema social" e os testemunhos "A Mulher Latino-Americana" e "As Mães da Praça de Maio".

Neste número de *cadernos* também gostei de ler o artigo sobre a ilusão das zonas francas. (Quando refiro alguns artigos ou alguns números de *cadernos* não quero dizer que não me interessem os outros, só que, no meio de tantos há sempre alguns que me interessam mais. No entanto, a revista, no seu conjunto, interessa-me sempre muito, leio-a sempre de uma ponta a outra e demoro muito menos do que a sua periodicidade de saída).

No nº 78/Junho achei muito interessantes os artigos sobre Moçambique, Sara e Sudão e "Os soldados da fortuna e a CIA".

No nº 77/Maio considereei muito

oportuna a matéria de capa sobre a fome do Terceiro Mundo e extremamente esclarecedores os artigos nela incluídos. Mostrei esse número de cadernos (como tenho mostrado outros) a camaradas meus e eles também ficaram com outra perspectiva deste problema, que está rodeado de muitos mitos, aliás bem esclarecidos nesses artigos. Já estava convencido de que o problema da fome (e também das consequências da seca) é de ordem política, mas infelizmente muitas pessoas estão muito enganadas quanto a isso.

No nº 76 pareceu-me muito interessante e esclarecedor o artigo sobre a tragédia de Bhopal.

No nº 77/Maio li na secção de livros, informações sobre a obra «A conquista da América Latina vista pelos Índios». Eu estou extremamente interessado por esse livro. Por isso peço-vos que me indiquem, por escrito ou através da revista, como poderei adquirir o livro, ou pelo menos o endereço da editora. Aliás, parece-me que seria útil que o endereço da editora viesse sempre incluído nas informações e até, nalguns casos, também o preço. Informações idênticas gostaria que me dessem sobre o livro "The Crusades Through Arab Eyes", cuja informação li no nº 78 de *cadernos*.

Quanto à tragédia de Timor Leste, sugiro que a *Tricontinental Editora* publique um livro o mais completo

possível sobre o tema. Creio que tal livro seria uma boa ajuda à luta do povo maubere e não traria problemas de vendas. Também me parece que *cadernos* deveriam publicar informações sobre livros e revistas publicados em Portugal e no mundo sobre Timor Leste.

Adriano Correia, Lisboa, Portugal

A leitura que faltava

Foi sem dúvida em boa hora que tomei conhecimento da publicação da revista que colocam todos os meses à nossa disposição. *cadernos do terceiro mundo* era a revista que faltava na minha leitura mensal. Com ela tomo conhecimento do que se passa por esse mundo fora (e quanto dele tem tanto a ver connosco!) enriquecendo as minhas informações tanto a nível pessoal e humano como a nível profissional.

Estudo agronomia e todo o meu interesse está voltado para as agriculturas menos desenvolvidas de países em tudo subdesenvolvidos. Com os vossos artigos, entrevistas e comentários vou colocando cada vez mais peças no imenso *puzzle* que tento construir de um mundo por tantos esquecido quando não se trata de enriquecerem à sua custa.

José Manuel Antunes Rodrigues, Cacém, Portugal

Intercâmbio

- Daniel Lima Veras
C. P. 48 EBTC — Porto Alegre
RS — CEP: 90.000 — Brasil
- Dário Antônio P. Marchesini
Av. José Barros Reis, 22
Dois Leões — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- Maria de Fátima Lima Craveiro
Rua dos Lfrios, Lote C — R/c Dto.
2725 Mem — Martins (rede Lisboa)
Portugal
- Joaquim Domingos
4/M, 9696 — C. P. 185/84 C
Luanda — Angola
- Mário Fumanga Chapéu
Rua Santo Miguelito, Lote 6
Quadra 1 — Duque de Caxias — RJ
CEP: 25.000 — Brasil
- Carlos Manuel
C. P. 120 — a/c de Maria Manuela
Luanda — Angola
- Juca Paulo
C. P. 1684 — a/c de Amândio Tomás
Benguela — Angola

- Oscar Rodrigues
Lanus, 6028/B1, 2 apt. 304
Montevideu — Uruguai
- Isidoro Antônio Ferreira
C.P. 373 — Bissau — Guiné-Bissau
- Luis Paulo Maria
Praça do Pioneiro, Casa nº 18 —
C.P. 1665 — Banguela — Angola
- Eniara Mocellin Bernardi
Rua Nelson Elhers, 180 sala 305 —
Erexim — RS — CEP: 99.700 —
Brasil
- Norberto de Jesus
IPUEC nº 42, Agostinho Neto —
Ilha da Juventude — Cuba
- Ana Maria Soares
C.P. 12.172 — São Paulo — SP —
CEP: 02.098 — Brasil
- Rodrigues Manuel Filipe
C.P. 6363 — Luanda — Angola
- Ivaldo Inácio Gomes
Rua dos Pinheiros, 103, Conjunto
Anatólia — João Pessoa — Paraíba
— CEP: 58.000 — Brasil
- Ináki Olaso
c/ Hernani, nº 9, 6 esqº —
CEP 48.003 — Bilbao — Espanha

- Francisco João da Cunha "Kito"
A/c João Manuel da Cunha —
C.P. 5994 — Direção Nacional de
Investigação Criminal — Luanda —
Angola
- Lunabo Mário
TDM C.P. 25 — Beira — Moçambique
- Paulino José Salvador "Paulão"
C.P. 509 — Luanda — Angola
- José Artur Vasco Canduco
A/c Samuel S. Canduco — C.P. 60 —
Benguela — Angola
- Eglida Oliveira
Rua São Carlos, 231 —
Bairro Floresta — Porto Alegre —
RS — CEP: 90.000 — Brasil
- Mateus de Almeida Correia
C.P. CTT da Precool — Luanda —
Angola
- Afonso Estrecheca
Rua Virgílio dos Santos, 86 —
Sorocaba — SP — CEP: 18.100 —
Brasil
- Eduardo Basilio
Rua Sacramento, 43. C. do Sul —
Prata — MG — CEP: 38.140 —
Brasil

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

DESIGN LUIS CARROLO

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.º
1000 LISBOA • Portugal

telef. 54 60 00 (8 linhas)
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**

Argentina: julgamento de militares dá margem a diversas interpretações

□ O "Julgamento do Século" de nove dos 12 militares que governaram ditatorialmente a Argentina de 1976 a 1983 não se encerrou com as penas ditas em 9 de Dezembro de 1984. A influência desse processo, verdadeiramente histórico, irá projectar-se, sem dúvida alguma, durante os próximos anos sobre a Argentina e toda a América Latina; e com diferentes interpretações e consequências.

O veredicto do Tribunal Federal de Apelação não foi recebido da mesma forma em Buenos Aires e nas outras capitais dos países latino-americanos. Às margens do Rio da Prata julga-se, com razão, que ele é ambíguo e insatisfatório. E já se percebe que ele provocará a indignação de vítimas e carrascos.

As Mães da Praça de Maio classificaram-no de "uma fraude ao povo"; os militares de extrema-direita que conspiram diariamente contra o governo civil consideram-no "uma afronta à dignidade das forças armadas".

Mas não são estes os aspectos mais em destaque nos países latino-americanos. Os observadores da região centralizam as suas análises num dado histórico: esta é a primeira vez que um governo civil surgido das urnas se atreve a julgar os seus antecessores militares e, além disso, chega a condenar à prisão perpétua dois ditadores fardados.

Para esses observadores e também para uma boa parte da classe política da América Latina, a condenação a prisão perpétua do tenente-general (degradado) Jorge Rafael Videla e do almirante (também degradado) Emilio Eduardo Massera serve como um exemplo. Agora — deduzem

esses observadores — muitos candidatos a golpistas pensarão duas vezes antes de tentar qualquer coisa.

Não falta lógica a este argumento. No entanto, é necessário revitalizá-lo no que diz respeito à Argentina, onde, paradoxalmente, poderia estimular uma sensação de impunidade em muitos chefes militares que participaram do sequestro e do extermínio de milhares de argentinos (de 10.000 a 30.000 conforme as fontes).

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as penas aplicadas pelo Tribunal Federal de Apelação são notoriamente mais brandas do que as solicitadas pelo promotor Julio César Strassera.

É surpreendente, por exemplo, que o tenente-general Leopoldo Fortunato Galtieri — que aguarda nova sentença pela aventura bélica das Malvinas — tenha sido absolvido, juntamente com o brigadeiro-general Omar Rubens Graffigna.

Como também não tem lógica que outro chefe da força aérea, o brigadeiro-general Orlando Agosti, membro com Videla e Massera da primeira junta militar — a

que derrubou o governo de Maria Estela Martínez de Perón — seja condenado a apenas quatro anos de prisão, quando os seus colegas mereceram prisão perpétua.

Alguns políticos da oposição, especialmente dos partidos progressistas, chegam a ver uma certa tolerância dos juízes com os aviadores Agosti e Graffigna, para deixar a aeronáutica numa melhor situação, já que ela foi das três armas, a que se mostrou mais subordinada ao governo civil nas várias crises militares enfrentadas por Alfonsín durante os seus dois anos de governo.

Este julgamento, ambíguo e polémico, não só terá profundas repercussões políticas, como jurídicas, isto porque tanto a defesa como a acusação apelaram das sentenças. Este julgamento, o trigésimo, abre ainda uma porta para que os oficiais superiores que ocuparam cargos de comando durante a guerra contra a "subversão" e todos os militares que tiveram responsabilidade operacional nas acções sejam também processados.



A primeira junta militar que derrubou o governo de Estela Perón: (da esquerda para a direita) os ditadores Massera, Videla e Agosti

O peso económico do Oriente gera debate

Teóricos de direita e de esquerda mantêm, há alguns meses, em Paris, uma agitada polémica sobre a existência de um novo pólo de desenvolvimento mundial, situado no Oceano Pacífico.

Não se trata, desta vez, de uma discussão puramente limitada ao campo ideológico: figuras como Raymond Barre, ministro da Economia do regime anterior e presidenciável da oposição conservadora, sustentam que o deslocamento do eixo de desenvolvimento económico da Europa Ocidental e da costa oriental norte-americana para o Japão, Indonésia, Filipinas e costa ocidental dos Estados Unidos constitui a transformação geopolítica fundamental do nosso tempo.

O assessor económico do presidente Mitterrand e principal responsável pelo "modelo" socialista para a economia, Jacques Attali, assegura nos seus últimos artigos que o centro da economia mundial deslocou-se

para oeste de maneira acelerada dentro do território norte-americano e que os "grandes" do capitalismo californiano formam uma dupla perfeita com as agressivas empresas japonesas.

Esta tese, surgida nos meios norte-americanos, apoia-se, em alguns casos, em argumentos de peso. Em outros, traduz simplesmente um voluntarismo duvidosamente científico.

Parte-se do seguinte pressuposto: enquanto o crescimento económico tende a ser cada vez mais lento nos países da Europa Ocidental desde os meados da década de 70, no Japão e na Califórnia ele parece mais vigoroso do que nunca. Os fenómenos de crescimento que durante mais de um século se situaram no Atlântico deslocaram-se para os litorais do Pacífico. A Europa, berço da revolução industrial, foi relegada a um papel periférico.

Não é segredo para ninguém que a Coreia do Sul, Japão, Filipinas e a Indonésia vendem

muito mais na América Latina e nos Estados Unidos do que na Europa. O retrocesso europeu mede-se também em termos de perda de mercados.

Geógrafos e especialistas em geopolítica, como Yves Lacoste, advertem no entanto sobre os riscos de uma projecção de um fenómeno até agora localizado no norte do Pacífico. Trata-se de um oceano gigantesco (um terço da superfície total da terra). Cerca de 18.000 quilómetros separam as Filipinas do Canal do Panamá, existindo enormes extensões intermediárias despovoadas.

Os que pretendem provar que o Pacífico é o centro do mundo baseiam-se na importância do intercâmbio comercial entre os Estados ribeirinhos e na massa demográfica que constituem.

Segundo Lacoste, os argumentos que minimizam o Atlântico frente ao Pacífico reflectem as contradições existentes no seio da NATO, e a chantagem que exercem certos meios norte-americanos que ameaçam os governos europeus de abandoná-los frente à União Soviética se estes não se mostrarem suficientemente dóceis às opções diplomáticas e estratégicas da Casa Branca.

Dívida externa latino-americana aumenta reprivatizações

A crescente dívida externa de uma grande parte dos Estados da América Latina tem conduzido não só ao aumento da dependência face ao capital estrangeiro, mas também à reprivatização de diversas empresas. A dívida, que atinge actualmente os 360.000 milhões de dólares, é particularmente acentuada na Argentina, Brasil, México e Venezuela, países onde se encontram à venda 625 empresas, numa tentativa de alcançarem um melhor desfogo financeiro. Por outro lado, esta oferta cada

vez maior de empresas estatizadas é também uma exigência dos credores e, muito particularmente, do Fundo Monetário Internacional.

A América Latina é a zona do mundo onde a actividade do capital estrangeiro é maior, porque é também ali que os lucros obtidos são mais elevados: por cada dólar investido obtêm-se três. Assim, apesar dos governos dos países devedores concederem prioridade de compra a nacionais, as possibilidades de estes re-

lativamente ao capital estrangeiro é consideravelmente menor.

O governo argentino tem prevista a venda de 400 empresas estatizadas, entre as quais a segunda maior companhia aérea nacional, a "Austral", que emprega 1.700 trabalhadores. Quanto ao Brasil, encontra-se preparada a venda de 47 empresas, entre as quais o maior produtor têxtil da América Latina, a "Têxtil Nova América", onde trabalham 5.800 pessoas. Entretanto, no México encontram-se à venda, desde 4 de Março de 1985, 100 empresas e na Venezuela deverão ser vendidas 78, todas elas fazendo parte do gigantesco complexo industrial "Cooperação Venezuelana de Desenvolvimento".



arnaud

desde 1870

EM ÁFRICA



DELEGAÇÃO



AGENTES: QUÊNIA - MALAWI - MOÇAMBIQUE
ZÂMBIA - ANGOLA - ZIMBABWE
TANZÂNIA

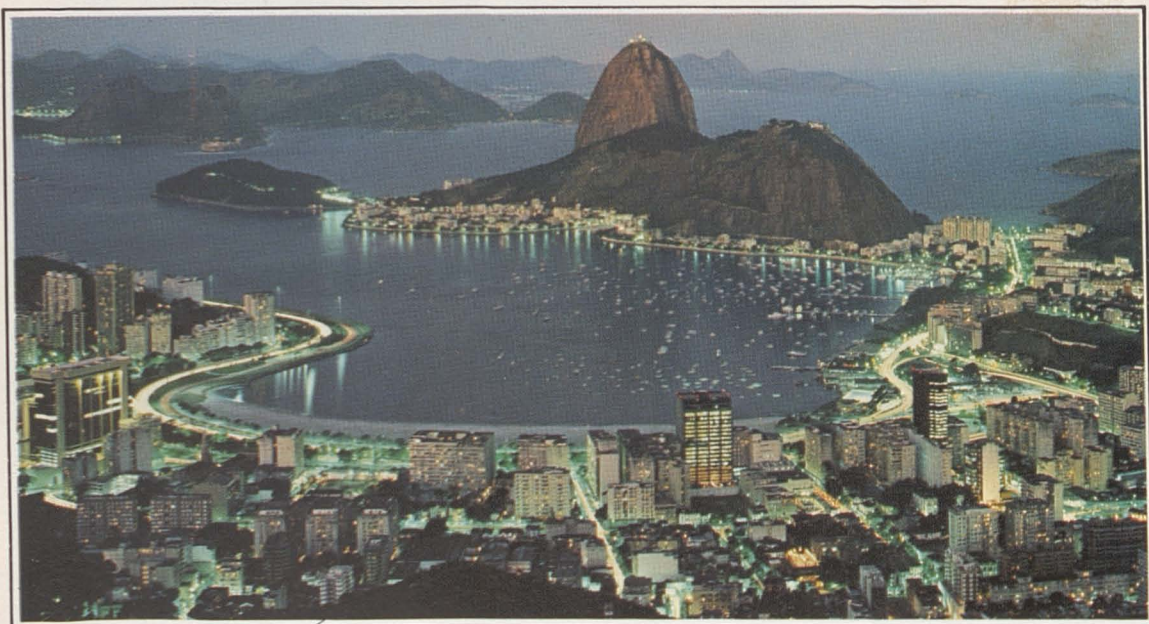


em projecto (MAPUTO)

TRÂNSITOS
DESPACHOS
GRUPAGENS
CARGA AÉREA
CONTENTORES
FRETAMENTOS



O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23^o, 24^o e 25^o andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

América Latina: 24,6 milhões de crianças desnutridas

□ A América Latina tem uma taxa de crescimento populacional de 2,47% e uma taxa de desnutrição infantil que atinge 24,6 milhões de crianças. Esta última é considerada a mais alta a nível mundial.

Estes dados foram apresentados pelo representante do Instituto Nacional do Consumidor do México, Gustavo Ponce, em Lima, durante o Seminário sobre Urbanização e sua Repercussão Alimentar. O encontro foi promovido pela direcção-geral de Agro-Indústria e Comercialização do Ministério da Agricultura do Peru, em coordenação com a FAO.

Gustavo Ponce explicou que o maior crescimento demográfico encontra-se nas áreas urbanas, afirmando que em 1950 essa população latino-americana era de 40%, enquanto que em 1980 ela aumentou para 63%. A sua projecção para o ano 2000 é de 76%.

Segundo o representante mexicano, na maioria dos países a população concentrou-se nas metrópoles. Em 1950, havia 61 me-

trópoles (cidades com mais de 100.000 habitantes); em 1980, elas atingem o número de 229.

Ponce realçou que a consequência deste fenómeno "foi a criação de bairros marginais, denominados: "favelas", no Brasil; "villas miserias", na Argentina;



O crescimento demográfico regista-se sobretudo n^{as} áreas urbanas

"tugurios", na Colômbia; "calampas", no Chile; "colonias proletarias", no México; "barriadas brujas", no Panamá; "cantedriles", no Uruguai; "ranchos",

na Venezuela; e "pueblos jóvenes", no Peru.

"Essas populações — acrescentou Gustavo Ponce — exibem uma crítica situação de miséria urbana, que se acentuará ainda mais até ao ano 2000, se os governos não enfrentarem o problema com projectos nacionais de grande envergadura para deter este fenómeno social".

Quanto à disponibilidade de alimentos, segundo estimativas da FAO e da CEPAL para 1980, Gustavo Ponce revelou que, na

América Latina, 52 milhões de pessoas não consomem o mínimo indispensável de cereais, frutas, carne, leite e seus derivados, óleos e gorduras.

ONU: reunião vai examinar situação em África

A Assembleia Geral da ONU decidiu realizar, em Maio próximo, uma sessão extraordinária a nível ministerial para examinar e aprofundar a situação económica da África. Quando dessa resolução, o órgão internacional referiu que as perspectivas económicas dos países africanos apresentam um panorama negativo.

A actual economia africana mostra um quadro de

progressiva deterioração, com redução da produção de alimentos *per capita* e um aumento das dívidas externas. Além disso, são bastante sérias as consequências da seca e do progressivo aumento de zonas desérticas no continente.

Moçambique: criada empresa anglo-moçambicana

Uma nova companhia denominada "Lomaco" (Lonhoro-Moçambique - Agro-Ind

ustrial Company) foi criada através de um acordo assinado em Maputo, entre o governo moçambicano e a transnacional britânica Lonhoro.

A companhia ocupará-se da produção e tratamento do algodão e de citrinos em diversas regiões do país. Uma parte da produção será destinada à exportação, enquanto a restante servirá para abastecer as cidades próximas das unidades de produção. A "Lomaco" foi criada dentro dos termos da lei moçambicana sobre investimentos, adoptada no ano passado.

APRENDA EM SUA CASA A PROFISSÃO DE QUE MAIS GOSTE



ENCARREGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso pensado para formar profissionais com recursos técnicos numa das áreas com maior oferta de trabalho.



PUERICULTURA

Um moderno Curso, ideal para quem deseje especializar-se no cuidado e educação de crianças.

NOVO



CORTE MODERNO

O Curso ideal para a mulher moderna e elegante, que gosta de acompanhar a moda sem gastar muito dinheiro.

NOVO



MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS

Tudo o que necessita saber sobre a mecânica auto, a sua reparação, afinações e testes.



PSICOLOGIA

Um Curso actual, que lhe proporciona amplos conhecimentos sobre as leis essenciais do comportamento humano.



INSTALADOR ELECTRICISTA

Aprenda todos os segredos sobre instalações eléctricas de todos os tipos, montagens e reparações de maquinaria e aparelhagem eléctrica.

NOVO



CONTABILIDADE

Um Curso que lhe permitirá a breve prazo entrar a fundo nos meandros da contabilidade, tornando-o um profissional muito competente.

NOVO



DESENHO ARTÍSTICO

Este Curso abre-lhe a porta para o maravilhoso mundo da arte, ao ensinar-lhe todas as técnicas que farão de si um verdadeiro artista.



INGLÊS

Aprender este idioma é a forma de se poder actualizar culturalmente e também uma ajuda para conseguir um melhor emprego.



DESENHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso técnico-prático, que lhe dá os conhecimentos necessários para desenvolver uma profissão com importantes perspectivas futuras.

**E TOMAR ESTA DECISÃO HOJE
É VITAL PARA O SEU AMANHÃ**

OUTROS CURSOS

- DESENHADOR INDUSTRIAL
- BASIC+MICROCOMPUTADORES
- SECRETARIADO GERAL
- SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO
- SOLDADOR
- MESTRE TORNEIRO
- TÉCNICO MECÂNICO
- MECÂNICO DE MOTOS
- ELECTRICIDADE DE AUTOMÓVEIS
- LOCALIZAÇÃO DE AVARIAS DO AUTOMÓVEL
- MECÂNICO DE MOTORES «DIESEL»
- ELECTRICISTA PRINCIPAL
- INSTALADOR ELECTRICISTA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
- INSTALADOR ELECTRICISTA INDUSTRIAL (Montador Electricista)
- DECORAÇÃO
- PORTUGUÊS

CETOP

**CENTRO DE ENSINO TÉCNICO
PROFISSIONAL À DISTÂNCIA**

CORRESPONDÊNCIA:

APARTADO 7 - 2726 MEM MARTINS CODEX

O CETOP dá-lhe
um **CERTIFICADO**
de
GARANTIA
até que termine
o seu Curso

Portanto, envie-nos já
este cupão ou



926 32 47
fale com
Luisa Moraes

**PEDIDO DE INFORMAÇÕES GRÁTIS
E SEM COMPROMISSO**

Sr. Director: desejo que me envie, com a maior brevidade possível, informações sobre o Curso ou Cursos de: _____

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Telefone: _____ Idade: _____

Profissão: _____

Empresa onde trabalha: _____

Telefone: _____

REF.º **38 TMJ**

Tanzania: irrigação é prioritária

Os canais que correm ao longo de mais de 10 quilómetros nas partes mais baixas da montanha de Kilimanjaro, cavados há 85 anos para levar água às plantações de café e banana, oferecem à Tanzânia uma nova esperança para superar os efeitos da seca.

A pressão dos habitantes da região ao nordeste do Kilimanjaro e a prolongada seca registada nesta zona considerada o celeiro do país têm obrigado o governo a dedicar uma especial atenção aos projectos de irrigação.

Há uma década que a Tanzânia sofre um défice de produção de alimentos, enquanto os produtos das terras servidas pelas águas das chuvas se estagnaram, segundo os últimos balanços realizados pelo governo.

O regime de chuvas tem um comportamento incerto numa vasta extensão do país e os agricultores da região afirmam que as condições de seca são crónicas nas planícies centrais que servem de apoio à região produtora de alimentos do nordeste.

Contudo, este país de 945.000 quilómetros quadrados possui lagos que ocupam 55.000 quilómetros quadrados da sua superfície — entre eles, os Vitória, Tangangiya e Nyasa — e, pelo menos, sete grandes rios: Kagera, Pangani, Ruvu, Grande Ruaha, Ruvuma, Malacarsi, Mara e Rufiji.

Um estudo hidrológico concluiu que quase todas as regiões semi-áridas possuem grandes reservas subterrâneas de água. Como parte de um projecto para devolver os agricultores à actividade produtiva, depois da trágica seca que assolou o continente africano, a Tanzânia e a FAO propuseram-se recuperar as plantações irrigadas pelo Estado, bem

como numerosos projectos de irrigação no resto do país.

A FAO destinou cerca de 200.000 dólares dos seus fundos para financiar programas regulares. A Tanzânia está à procura de assistência externa no valor de 1,4 milhões de dólares, para restabelecer tradicionais sistemas de irrigação na região de Kagera e Mwanza, perto do lago Victória,

ferior do rio Moshi, na região do Kilimanjaro.

O Kilimanjaro conta com mais de 500 canais de irrigação, cuja extensão total cobre os 920 quilómetros, ainda que muitos deles se encontrem obstruídos pelos aluviões. Estes sistemas de irrigação foram construídos com métodos primitivos que carecem de dispositivos para controlar as inundações. Os canais perdem água, através de infiltrações e da evaporação, segundo E. A. Matowo, um engenheiro do Estado que trabalha na região.



Os novos projectos de irrigação pretendem ultrapassar os efeitos da seca

e nas áreas do Kilimanjaro e Arusha, no nordeste. Segundo essas propostas, um total de 6.180 hectares de terras agrícolas já trabalhadas serão dedicados à produção intensiva de milho e arroz.

São inúmeros os projectos de irrigação já em vias de execução, incluindo um no valor de oito milhões de dólares, apoiado pelo Japão, e que cobre cerca de 2.300 quilómetros do curso in-

ferior do rio Moshi, na região do Kilimanjaro. As obras de engenharia e de nivelção de terreno na área do curso inferior do Moshi foram iniciadas em Outubro de 1984 e deverão estar concluídas em Julho de 1987.

Cerca de 40% dos trabalhos estão prontos, inclusive as tomadas de água do rio Rau, um dique contra inundações, drenagens, vias de acesso e desaguiadouros, de acordo com o engenheiro do projecto, K. Watanaabe. (*Analect Rwegayura*)

Estados Unidos: mortalidade infantil reflecte a miséria e discriminação

O índice de mortalidade infantil nos Estados Unidos — 11 em 1.000 —, chega a 22,6 em 1.000 nos bairros negros. Estes números reflectem a pobreza e a discriminação racial existentes no país. Setenta e cinco por cento dos casos de recém-nascidos mortos estão relacionados com o baixo peso dos bebés e à impossibilidade de acesso das mães grávidas pobres aos cuidados alimentares e a exames pré-natais adequados.

Os dados foram fornecidos pelo Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos. Segundo afirmou o representante democrata, Mickey Leland, numa recente sessão legislativa sobre os problemas da fome,

em Nova Iorque, "é deplorável que, apesar de sermos o país mais rico do mundo, tenhamos diferenças tão grandes quanto ao bem-estar dos nossos cidadãos".

Os especialistas neste problema dizem-se alarmados com o facto do índice de mortalidade infantil ser quase o dobro entre os negros. Esta taxa registada entre a população negra de Nova Iorque é maior do que a encontrada pela ONU em 30 países do Terceiro Mundo.

Transnacionais: medicamentos perigosos vendidos ao Terceiro Mundo

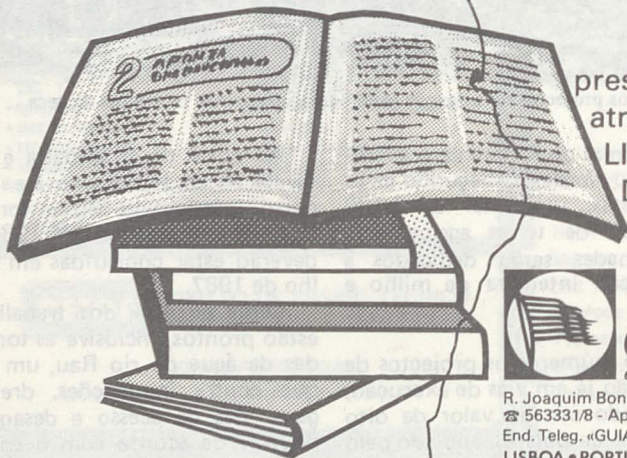
O medicamento "Depot-Provera" criado pelo consórcio farmacêutico "Apjohn", rigorosamente proibido há cerca de 25 anos nos Estados

Unidos, é comercializado em 80 países subdesenvolvidos, apesar de estar provado que o medicamento em questão é capaz de danificar irreparavelmente a saúde do homem.

Segundo a imprensa norte-americana, o grande capital vende aos países africanos, asiáticos e latino-americanos não só medicamentos altamente nocivos ao homem, como também outros artigos de baixa qualidade. Tal é o caso, por exemplo, de fertilizantes químicos nocivos, fabricados nos Estados Unidos, mas ali proibidos e exportados para os países em vias de desenvolvimento.

Os monopólios norte-americanos exportam todos os anos centenas de milhares de toneladas de diversos tipos de substâncias químicas tóxicas, cuja utilização na agricultura está proibida no país.

uma presença de prestígio num país de progresso



presença em ANGOLA
através da execução da
LISTA TELEFÓNICA
DE LUANDA



GUIÃO, SARL.
editores

R. Joaquim Bonifácio 21,5° - 1199 LISBOA CODEX
☎ 563331/8 - Ap° 1224 1007 LISBOA CODEX
End. Teleg. «GUIAMOR» • Telex 13088 GUIAOL P
LISBOA • PORTUGAL

Bangladesh: Estados Unidos são partidários do regresso a um governo civil

□ O regime militar do presidente H. M. Ershad encontra-se sob intensas pressões da administração norte-americana no sentido de devolver o Bangladesh a um sistema de governos civis através de eleições.

O subsecretário de Estado norte-americano, John Whitehead, havia dado ênfase a este ponto, segundo fontes diplomáticas de Dacca, quando se reuniu com o presidente Ershad, durante a sua visita de dois dias a este país, em Outubro.

Acredita-se que a situação política do Bangladesh tenha sido um dos pontos mais importantes das conversações entre o presidente Ershad e Whitehead, o número dois do Departamento de Estado.

Ao falar à imprensa, antes de partir de Dacca rumo a Katmandu, Whitehead declarou: "reafirmei a nossa convicção de que um regresso às instituições políticas representativas através de eleições é a melhor maneira do Bangladesh alcançar a estabilidade e o progresso económico a que aspira".

Os comentaristas políticos, por seu lado, assinalam que as declarações públicas de Whitehead e do embaixador norte-americano no Bangladesh, Howard Schaffer, representam uma indicação positiva de que Washington não leva em consideração o controverso referendo convocado pelo presidente Ershad em 21 de Março último.

As principais forças de oposição do país pediram o boicote ao referendo, convocado por Ershad, depois deste proibir todas as actividades políticas, reforçar as disposições da lei marcial e fechar todas as instituições educacionais. Os Estados Unidos

exercem no Bangladesh uma grande influência, assim como em outros países do Terceiro Mundo, devido ao seu forte poder económico.

Desde a sua separação do Paquistão, há 14 anos, o Bangladesh recebeu mais de 3.000 milhões de dólares em assistência económica dos Estados Unidos. Só no ano de 1983, os Estados Unidos concederam 200 milhões de dólares em subsídios económicos ao país.

"Os golpes e contragolpes de Estado orquestrados pela CIA para derrubar governos do Ter-

ceiro Mundo democraticamente eleitos visavam a salvaguarda dos interesses norte-americanos", afirmou um dirigente marxista local.

A maioria dos dirigentes da Liga Awami, o principal partido de oposição do Bangladesh responsabilizou publicamente a CIA pelo derrube do governo do presidente-fundador do país e membro da Liga, Sheikh Mujibur Rahman, através de um sangrento golpe de Estado, em 15 de Agosto de 1975. Os observadores políticos assinalam que o prolongamento da lei marcial no Bangladesh silenciaria de vez a voz das forças políticas que ainda acreditam nos valores de um sistema constitucional. Nesta eventualidade, advertem, as soluções radicais e os caminhos violentos poderiam terminar por se impor. (*Tabibul Islam*)



□ O regime militar de Ershad tem aumentado a miséria do povo e o prolongamento da lei marcial pode conduzir a soluções radicais e violentas

Cuba: Fidel Castro compara marxistas a cristãos

O presidente de Cuba, Fidel Castro, afirma que existe uma grande semelhança entre a repressão que sofrem os revolucionários de hoje e a que foi exercida contra os antigos cristãos.

"Não encontro — diz ele — qualquer diferença entre a conduta dos opressores daquela fase da história e a de agora. Trata-se apenas de períodos distintos do desenvolvimento da sociedade humana: uma teve lugar na sociedade escravagista e a outra na sociedade capitalista.

A declaração de Fidel Castro faz parte da entrevista por ele concedida ao teólogo dominicano brasileiro, Frei Beto, e depois incluída no livro "Fidel e a Religião", apresentado durante o Segundo Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da América, em Cuba. A obra já foi lançada no Brasil.

Fidel acentua que sempre relacionou a história dos cristãos com a dos comunistas:

"O cristianismo, a religião dos escravos e dos oprimidos, foi considerado uma doutrina revolucionária pelo império romano, que cometeu perseguições atrozes. O comunismo, desde que surgiu como doutrina política e revolucionária, foi também objecto de perseguições, torturas e crimes".

E prossegue: "por isso sinto uma grande simpatia pelas ideias dos cristãos daquele tempo, nas quais vejo uma grande semelhança com a conduta dos comunistas da nossa época".

Interrogado se considerava a religião como um "ópio do povo", Fidel diz que a frase não tem nem poderia ter o carácter de um dogma ou de uma verdade absoluta. "Trata-se de uma verdade ajustada a determinadas e

concretas condições históricas. Acredito que é inteiramente dialéctico e absolutamente marxista tirar essa conclusão".

E acrescenta: "em qualquer país, onde a hierarquia eclesástica esteja associada à exploração e à repressão, não há que estranhar o facto de alguém repetir essa frase, assim como também é igualmente compreensível que os nicaraguenses, a partir da sua própria experiência, tenham chegado à conclusão muito acertada de que não existe contradição entre a condição de quem acredita em Deus e a condição de revolucionário".

"Do ponto de vista político, acredito que se pode ser marxista sem deixar de ser cristão e trabalhar junto do comunista para transformar o mundo. O importante é que, em ambos os casos, sejam revolucionários sinceros e dispostos a suprimir a exploração do homem pelo homem e a lutar pela justa distribuição da riqueza social, pela igualdade, fraternidade e dignidade de todos os homens", assinalou o presidente cubano.

Honduras: o incerto destino dos refugiados salvadoreños

Segundo fontes oficiais de Tegucigalpa, os governos das Honduras, El Salvador e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) não chegaram a acordo quanto ao destino imediato de 20.000 refugiados salvadoreños, actualmente nas Honduras.

Waldo Villapando, representante do ACNUR, declarou que ainda não foi estabelecida uma data concreta para o início da repatriação dos refugiados. Esta afirmação desmente o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de El Salvador, Ricardo Acevedo Peralta, segundo o qual os refu-

giados regressariam ao seu país a partir de Janeiro de 1986.

Os refugiados estão instalados nos acampamentos fronteiriços de Mesa Grande, Colomoncagua e San Antonio, no extremo-sul das Honduras, próximo do território salvadoreño. Segundo autoridades hondurenhas, esses acampamentos são "santuários de descanso dos guerrilheiros".

Na sua maioria, os refugiados são velhos, mulheres e crianças, que já manifestaram o seu desejo de não deixar os acampamentos, para onde vieram fugindo da violência da guerra civil que se trava no seu país desde 1980.

Enquanto isso, de El Salva-

dor informa-se que o governo de Napoleón Duarte está empenhado em recuperar a sua imagem, depois de ter sofrido um sério desgaste interno pela posição assumida quando do sequestro da sua filha Inés Guadalupe, que ficou durante 40 dias em poder da Frente de Libertação Nacional.

O governo estuda medidas que considera necessárias para persuadir as forças que o apoiam da sua decisão de controlar todos os níveis do poder. Não é uma tarefa fácil, considerando que o sistema agora encabeçado por Duarte, é responsável por mais de 50.000 mortos e grande número de assassinatos até agora não apurados. No campo económico, não existem soluções visíveis num país que vive com 50% de recursos vindos do exterior.

Sabin: "há doenças piores do que a SIDA"

Vacinar "de porta em porta", sem excepção, e mobilizar exércitos de "médicos descalços", são as principais armas da batalha contra a poliomielite recomendadas por Albert Sabin, que descobriu, em 1964, a vacina contra o mal que ainda custa a vida, anualmente, a cerca de 400.000 crianças do Terceiro Mundo.

"O que é preciso", diz Sabin, "é uma estratégia de saúde", que seja completamente nova e que se adapte às condições do Terceiro Mundo, para conseguir uma rápida eliminação dessa doença endémica que, na África, Ásia e América Latina "continua a ser um dos grandes flagelos da humanidade".

Para mostrar a gravidade do

caso, Sabin informou que, por ano, morrem cerca de 400.000 crianças no Terceiro Mundo por causa da paralisia infantil. Há outras doenças infantis mais perigosas, como é o caso do sarampo que, directa ou indirectamente, causa a morte a mais de dois milhões e meio de crianças por ano, ou a tosferina que atinge cerca de um milhão de casos fatais por ano. Mas no caso da pólio, o remédio existe e é fácil de aplicar.

"Estamos diante de uma verdadeira tragédia, que afecta duas terças-partes da população pobre do mundo e que deve ser eliminada, já que há meios para isso", afirma Sabin.

O pai da vacina antipólio in-

siste em que o problema não é nem financeiro nem técnico, mas simplesmente prático e organizativo. E não se trata apenas de estender ou acelerar os programas de vacinação, mas também de mudar a estratégia, de modo a que se adequem às condições sanitárias e sociais dos países em desenvolvimento.

O importante, segundo Sabin, é compreender que no Terceiro Mundo é perfeitamente inútil distribuir cartões sanitários ou criar centros de vacinação como no mundo industrializado já que as mães nesses países não podem deslocar-se do seu lar, porque não têm tempo, dinheiro ou meios de transporte, o que torna necessário levar-lhes a vacina a casa.

"Fala-se muito da SIDA — diz Sabin — que sem dúvida nenhuma é grave, enquanto que ninguém se incomoda com os cinco milhões de crianças que, anualmente, morrem por causa da pólio, do sarampo, do tétano e da tosferina".

F PAPELARIA FERNANDES, SARL

SEDE: Largo do Rato, 13 - Tel. 68 21 31 / 69 30 48 (20 linhas) • ARMAZÉM: Calçada Bento da Rocha Cabral, 16-A - Tel. 65 81 41 / 69 10 46 (18 linhas)
1296 LISBOA CODEX - TELEX 18544 PAPPER P

ARMAZENISTA DE PAPEL • FABRICANTE DE ARTIGOS DE PAPEL
DISTRIBUIDOR DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE DESENHO

LISBOA • PORTO • COIMBRA • SETÚBAL • SANTARÉM

PAPELARIA - LIVRARIA
TIPOGRAFIA - LITOGRAFIA
ENCADERNAÇÃO - CARTONAGEM
PAUTAÇÃO - SOBRESCRITOS
GRAVURA - HELIOGRAFIA



Apartheid, a herança do colonialismo

O facto mais importante de 1985, e que seguramente será de grande influência no futuro, é, do ponto de vista do Terceiro Mundo, a nova situação criada pela revolta do povo sul-africano contra a dominação racista. Muitos poderiam interrogar-se se o encontro Reagan-Gorbachev não mereceria esse destaque, o qual certamente será classificado pela maioria da imprensa ocidental como o acontecimento do ano. Depois de cinco anos de grande tensão mundial causada pela corrida armamentista do presidente Ronald Reagan e pelo regresso da guerra fria, é negável que a cimeira de Genebra trouxe a esperança de que a escalada de ameaças à paz mundial seja detida.

Existem no entanto outras formas de analisar o significado dos acontecimentos, que não levam apenas em conta os valores da paz, mas também o direito dos povos à sua libertação política e económica. E por acaso não é esta uma condição fundamental para a pacificação verdadeira à escala mundial?

Para os povos do Terceiro Mundo e para as forças progressistas, a grande corrente da história passa pela superação de todas as formas de colonialismo e neocolonialismo e de todas as expressões de dominação social, sejam elas económica, militar ou racial.

Deste ponto de vista aparece nitidamente um caminho que remonta aos tempos antigos e que nos mostra em toda a parte a antinomia

dependência-libertação. Trata-se da formação de impérios baseados na força do poderio económico e técnico-militar, com a simétrica resistência dos povos dominados.

Esta resistência secular e as novas condições surgidas após a Segunda Guerra Mundial deram lugar a um acelerado processo de descolonização que caracterizou as décadas de 50 e 60, bem como à criação do Movimento dos Países Não-Alinhados e à luta contra a ofensiva neocolonialista lançada para ocupar o lugar dos impérios em retirada. Neste contexto, a África do Sul ficou, juntamente com a Namíbia, como a grande ilha no interior de um continente onde as demais nações conseguiram a independência política. É um caso com características próprias, já que o grupo dominante de origem europeia havia cortado os laços com a antiga metrópole. Mas o *apartheid* significa, no plano interno, a privação dos direitos fundamentais da maioria negra, e no externo, a subordinação do país ao sistema ocidental. O alinhamento internacional de Pretória e a férrea ditadura racista imposta pela minoria branca fizeram do regime sul-africano um candidato natural ao papel de polícia do Ocidente na África. Esta função ficou reforçada nos anos 70 quando os povos vizinhos de Angola e Moçambique alcançaram a libertação. Pretória e as suas poderosas forças armadas constituiriam pois a última garantia do

neocolonialismo ocidental contra o "comunismo" na estratégica África Austral. Em coerência com esta missão, o poder bélico de Pretória foi aumentado com a intenção de desestabilizar ou pelo menos desgastar os seus vizinhos, que se vêem obrigados a investir na Defesa somas imensas que são subtraídas aos seus programas de desenvolvimento. No raio de acção de Pretória não se encontram apenas os seus vizinhos. Os ataques à Zâmbia e as recentes ameaças contra o Zimbabwe demonstram a amplitude geográfica a que se reserva o desígnio intervencionista. Os antecedentes enumerados mostram a dimensão da revolta sul-africana. A sua vitória não significará apenas a eliminação do *apartheid* e a instauração de um governo representativo e soberano que empreenderá o caminho da emancipação económica. Ao mesmo tempo cairá também o sistema de alianças forjado no Ocidente e o "polícia" transformar-se-á em militante da libertação africana. Segundo o nosso ponto de vista, este será um salto de qualidade que se irá reflectir em todo o continente e na correlação de forças do mundo.

É precisamente isto que se está a delinear nesta crítica região devido à decisão irreversível de um povo que não cessará de lutar até derrotar o racismo. É a perspectiva histórica que nos diz que um sistema como o *apartheid*, imposto sobre uma esmagadora maioria, está condenado à extinção. E que quando a consciência social chega a um tal grau de maturidade como o que hoje manifesta diariamente uma resistência que não cede apesar da cruel repressão, é sinal de que se aproxima a hora da vitória.

Os avanços dos movimentos progressistas na África Austral e em outras regiões do planeta contrastam com a determinação do presidente Reagan de recuperar o terreno perdido durante o mandato do

seu antecessor, James Carter.

Se se evocarem os acontecimentos dos últimos anos verifica-se que, apesar da agressividade do seu governo, o balanço é negativo. Não avançou um passo na América Central, nem no Médio Oriente, para citar as áreas em que o seu empenho político-militar foi maior.

A sua intervenção no Líbano foi inútil e terminou com uma retirada precipitada, deixando uma situação mais complicada e fora do seu controlo do que a que havia encontrado.

Na América Central a intromissão norte-americana só serviu para obstruir a busca da paz, sem que isso significasse qualquer êxito para a superpotência. Foi o que ocorreu em relação a El Salvador, onde os esforços do Grupo de Contadora foram sistematicamente neutralizados por Washington.

Por seu lado a Nicarágua não cedeu um palmo às tentativas de Reagan de dobrá-la através de uma guerra instigada e financiada pelo seu governo. O saldo da política norte-americana na região é altíssimo em termos de vidas e prejuízos sociais, assim como é enorme o custo económico que a Nicarágua se vê obrigada a pagar para organizar uma defesa à altura da agressão externa que enfrenta.

A infrutífera colheita política de Reagan não o dissuadirá, contudo, especialmente na América Central. Lamentavelmente, é provável que continue, entre outras razões, pela impossibilidade de reconhecer o seu fracasso.

Os acontecimentos que hoje passamos em revista deixam claros os limites do poder neo-imperialista. O futuro trará inapelavelmente novos êxitos dos povos na sua luta pela libertação. A história ensina-nos que as tentativas para detê-los através do uso da força deixaram rastros de sangue mas jamais impediram a vitória popular. ●

Filipinas

INDO-CHINA

'84



*A força da mobilização popular
contra Marcos criou um poder autónomo
nas ruas das Filipinas onde os enormes
comícios e os sucessivos protestos*

Filipinas

A agonia da era Marcos



Ferdinand Marcos governa as Filipinas como se fosse um monarca desde Dezembro de 1965. Mas o seu longo reinado político entrou em decadência acelerada e aparentemente irreversível. As Filipinas, um país de 55 milhões de habitantes, vive hoje num virtual estado de revolta geral contra uma ditadura que é acusada de assassinar uma média de 600 opositoristas por ano desde 1980, de ter permitido o enriquecimento ilícito da família Marcos, cujos bens no exterior sobem a 10.000 milhões de dólares, de implantar um culto megalómano à personalidade do presidente e da sua mulher, de ter acumulado uma dívida

externa de 30.000 milhões de dólares e de ter transformado 30% da população do país em verdadeiros mendigos. Doente, aos 68 anos, Marcos teve que convocar eleições sob pressão do seu principal e mais antigo aliado, os Estados Unidos. Mas a oposição filipina está convencida de que não passou tudo de mais uma jogada do ditador para continuar no poder. Nenhuma decisão recente do governo contribuiu para dar crédito e credibilidade ao acto

eleitoral. No início de Dezembro, Marcos absolveu chefes militares que a opinião pública condenou como responsáveis directos pelo assassinato em 1983 do principal líder da oposição. Aos protestos, o governo respondeu com a violência, fazendo com que um número crescente de filipinos passasse a apoiar o movimento guerrilheiro Novo Exército do Povo, que já actua em quase todas as províncias do país. A força da insurreição cresceu tanto que muitos diplomatas já consideram as Filipinas como um virtual novo Vietname. É o que mostra nesta reportagem de capa o escritor e jornalista indiano Claude Alvares que recentemente esteve nas Filipinas.

Filipinas

No Aeroporto Internacional de Manila, o nosso avião dirige-se para a porta de desembarque número 6. Um pouco mais à frente fica a porta 8, local onde o senador Benigno Aquino foi assassinado a sangue frio pelos militares das Filipinas quando tentava regressar ao país após três anos de exílio nos Estados Unidos. Aquino era o único grande opositor surgido entre os filipinos para enfrentar Ferdinand Marcos, o homem-forte que vem mantendo o país nas suas garras há quase 20 anos.

Em frente ao aeroporto, dois desempregados estendem as mãos para levar a minha pequena mala e, apesar da minha recusa, persistem em oferecer a sua ajuda desnecessária até eu chegar à paragem de

O "parlamento das ruas" contra a ditadura

táxis. Têm um ar cansado, típico de quem faz muito esforço e come pouco; são magros, baixos, de barba mal feita. No entanto, não tardaria a descobrir que as aparências enganam.

O motorista do táxi que me leva até um hotel da Grande Manila mostra-se perfeitamente informado sobre o importante julgamento que está a acontecer na cidade, no qual nada menos do que o general Fabian Ver, chefe das forças armadas das Filipinas, e mais 25 dos seus comandados são acusados de terem assassinado Aquino¹. Para os jor-

¹ O general Fabian Ver, principal acusado do assassinato de Benigno Aquino, foi absolvido no começo de Dezembro por um tribunal especial e reconduzido ao cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas das Filipinas. O general é primo e confidente de Ferdinand Marcos. O resultado do julgamento foi considerado como mais uma farsa e uma nova prepotência do regime filipino.

nais de Manila, trata-se do "julgamento do século".

O táxi percorre a avenida Makati, a Manhattan de Manila. Estas "Manhattans" são iguais em toda a parte: no Nariman Point de Bombaim, perto do Connaught Circus de Deli, em Paris ou em Kuala Lumpur: maciças estruturas de cimento cinzento-escuro, imponentes, despersonalizadas, sobrepondo-se à população humana lá em baixo, fazendo com que as pessoas pareçam menores do que são.

"O parlamento das ruas"

Mas também aqui as aparências enganam: das janelas destes arranha-céus, muitas máquinas de escrever e muitos móveis de escritório foram lançados sobre a polícia que, na rua, procurava dispersar à força um grupo de manifestantes. Numa outra ocasião, nuvens de papel picado saudaram com alegria os que se reuniam naquilo que hoje os filipinos chamam de "o parlamento das ruas".

Para além do centro comercial de Makati, o resto da cidade volta a ser confortavelmente caótico e em mau estado de conservação. Como qualquer lugar ou cidade pequena do norte da Índia. Os *jeepneys*, velhos *jeepes* do exército, reparados e coloridos, servem de transporte à população.

"As Filipinas", diz o ex-senador José Diokno, um dos principais e mais eloquentes críticos do regime de Marcos, "são um país 'independente' que não é soberano, um país 'democrático' onde o povo não é livre, um Estado que ainda não é uma nação, um país rico onde o povo é pobre".

Este país está sob estado de sítio há mais de uma década e, apesar das aparências com que o visitante depara nos aeroportos, nunca deixou de reagir contra tal situação. Basta haver uma infracção aos direitos do cidadão ou detenção ilegal para que uma manifestação de protesto reúna milhares de pessoas.

Há pouco tempo, mais de 6.000 estudantes fizeram um abaixo-assinado onde exigiam que a Comissão de Energia Atômica das Filipinas negasse a licença de funcionamento à central nuclear de Bataan até que fosse realizado um julgamento público, independente e justo. Mais tarde, milhares de pessoas saíram à rua para protestar contra a central.

Até agora, apesar de toda esta frenética actividade política, a ditadura de Ferdinand Marcos — juntamente com a inacreditável personalidade da

A força da mobilização popular contra Marcos criou um poder autónomo nas ruas das Filipinas onde os enormes comícios e os sucessivos protestos acabaram por enfraquecer a ditadura

Filipinas

sua mulher, Imelda — continua a sobreviver.

A opinião geral é que Marcos está de saída. É possível que o último escândalo de imóveis em que o presidente se envolveu venha a derrubá-lo... mas também pode continuar azzarrado à presidência. Se ele conseguiu sobreviver à extraordinária fúria desencadeada no país após o assassinato de Aquino, talvez sobreviva a tudo.

Segundo um artigo publicado num jornal da Califórnia, Estados Unidos, Ferdinand Marcos, Imelda e alguns amigos íntimos compraram imóveis nos EUA no valor de vários milhões de dólares. Quase um outro xá do Irão. A ditadura já pressentiu que não tem futuro, e prepara-se para fechar as por-



O enterro de Aquino foi a maior manifestação da história das Filipinas

tas e fugir do país.

Esta pequena nação de 7.000 ilhas (com 94% da população concentrada nas 11 maiores) acrescentou um novo vocabulário ao discurso político e certas inovações ao exercício da democracia. Uma delas é "o parlamento das ruas", consequência do hábito dos filipinos de reagirem às questões públicas ou à opressão do Estado através de enormes comícios e manifestações de protesto que, muitas vezes, assumem características de festa.

A "imprensa mosquito"

Em apoio a este "parlamento", há a "imprensa mosquito", que funciona exactamente da mesma forma como esse pequeno insecto atormenta en-

tidades maiores. Alguns observadores chamam-lhe "media alternativa"; os jornais e revistas são facilmente identificados: *We Forum, Malaya, Mr & Mrs, Veritas, Inquiry*.

Estes órgãos de informação são perfeitamente distintos da "imprensa amiga", comandada pelos íntimos de Marcos que à sua sombra sugam a economia a seu favor. Além da imprensa "amiga", há negociantes "amigos" e juizes "amigos".

Mas existem também os grupos "defensores de causas", com um número surpreendente de siglas: FLAG, MABINI, CORD, KAAKBAY, ACES, PROTEST, etc.. Todos acreditam na acção não-violenta e discutem a tática de desobediência civil.

E há ainda outras forças que optaram pelas armas na luta contra a ditadura: pertencem ao Novo Exército Popular (NPA), do qual um dos comandantes é um padre católico, Conrado Balweg.

Quase todos receiam a possibilidade de uma tomada do poder pelos comunistas, inclusive alguns dos grupos contrários a Marcos e, fora do país, os vizinhos das Filipinas, especialmente os pró-norte-americanos, os novos-ricos membros da ASEAN, como a Malásia e a Singapura.

Sobrepondo-se a tudo isto, como uma nuvem negra no horizonte, omnipresente e opressora, está a presença norte-americana, consubstanciada nas duas maiores bases militares dos EUA no exterior: Subic e Clark.

O ditador filipino

Ferdinand Marcos foi eleito presidente das Filipinas em 1965. Após a sua reeleição em 1971, e perante a agitação generalizada nos meios estudantis e laborais, Marcos decretou a lei marcial em 1972, redigiu uma nova Constituição em 1973 e convocou um referendo para aprovação da lei marcial em 1976, referendo esse que a igreja católica, a voz crítica do regime, classificou de "farsa".

Em 1981, Marcos aboliu finalmente a lei marcial, mas adoptou medidas autoritárias que consolidaram ainda mais o seu singular poder sobre a vida das Filipinas. A concessão do *habeas corpus*, suspensa há tanto tempo, já foi restaurada, mas não se aplica a qualquer detido que tenha sido acusado de delito contra a "segurança". O Supremo Tribunal das Filipinas tem acatado todas as exigências absurdas do executivo.

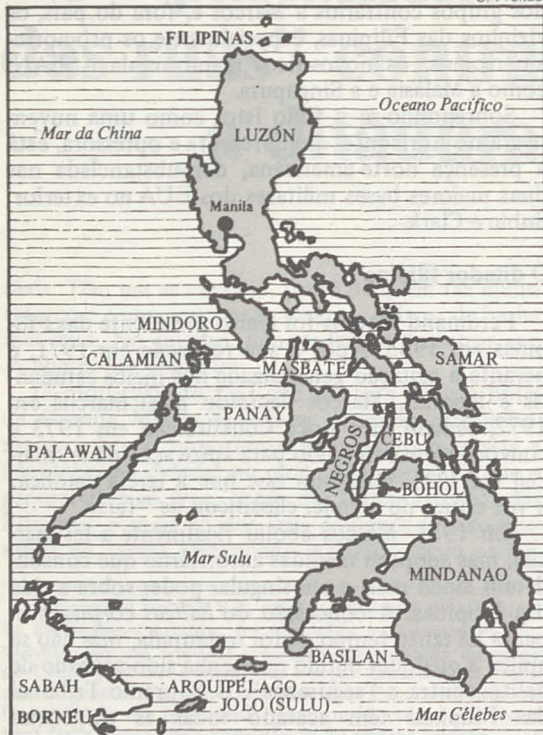
Filipinas

Hoje, Marcos governa literalmente por decreto. Ao que se sabe, o seu regime jamais criou algo de novo nos campos da arte, da ciência ou da tecnologia: as únicas inovações são formas cada vez mais imaginosas de violar os direitos do povo.

Marcos pode mandar prender qualquer pessoa através de um "Mandato de Prisão Preventiva" (PDA), ou seja, por mandato pessoal. Os militares constituem o seu principal ponto de apoio. Grande parte da culpa pela actual situação é atribuída aos norte-americanos, que treinam os militares e os paramilitares devido à importância estratégica das Filipinas para os EUA.

Agora que Marcos se tornou uma espécie de pária internacional devido ao seu envolvimento no assassinato de Aquino, e graças aos seus tenebrosos antecedentes na área dos direitos humanos, os norte-americanos procuram uma alternativa digna de crédito que mantenha intactas as suas bases militares, enquanto levam muito a sério a guerra contra a guerrilha do NPA.

S. Freitas



A pobreza da maioria da população é vista como uma coisa natural, tanto pelos norte-americanos como pelo regime. Pobreza essa que tem aumentado. Em 1971, 57% das famílias filipinas não ganhavam o suficiente para comprar um mínimo essencial de alimentos, roupas e combustível ou para pagar escola e renda de casa; em 1978, esse número tinha aumentado para 83%. Por outro lado, 13% do Orçamento de Estado vão para os militares.

Nas Filipinas, pobres e ricos foram substituídos pelos superpobres e pelos super-ricos. A primeira dama, Imelda Marcos, ministra dos Recursos Humanos e governadora de Manila e da Grande Manila, diz que o seu coração "sangra pelos pobres", ao mesmo tempo que ela e o marido depositam nas suas contas pessoais nos Estados Unidos a maior parte da economia filipina.

Os dois têm uma obsessão pelas aparências: milhões de pesos foram investidos num imponente "Centro Cardíaco" (um caríssimo hospital especializado em cirurgia do coração) e em conjuntos habitacionais que, vistos de frente na televisão parecem ótimos, mas que, na realidade, apenas têm a fachada.

A cultura filipina é predominantemente católica, possuindo no seu seio uma grande tolerância em relação ao autoritarismo. Quando a lei marcial foi declarada em 1972, o povo em geral não a desaprovou, embora 60.000 opositores políticos tivessem sido presos. Com isso, o homem-forte teve o tempo necessário para reforçar o seu poder e dar ao seu trono a forma que queria.

Contudo, quando submetidos a aumentos de preços inteiramente desproporcionais às necessidades da situação, os filipinos começam a aguardar o momento de se levantarem contra a ditadura. E oportunidades surgem sempre, como já aconteceu na maioria das ditaduras do mundo. Nas Filipinas, uma excelente oportunidade surgiu com o assassinato de Aquino. De então para cá, as coisas jamais voltaram a ser como eram.

"Ninoy", como Aquino era chamado pelo povo, foi um dos líderes mais carismáticos das Filipinas. Bom jornalista, demonstrou ser um político igualmente eficaz. Presidente municipal aos 23 anos de idade, foi eleito governador aos 29. Quando Marcos venceu as eleições presidenciais de 1965, derrotando por larga margem os liberais, Aquino foi um dos poucos sobreviventes. Automa-



Benigno Aquino (à direita) foi assassinado no aeroporto de Manila (foto em cima) quando regressava às Filipinas com autorização de Ferdinand Marcos. O crime até hoje continua impune, embora a maioria da população culpe os militares pela eliminação do líder oposicionista moderado



ticamente, a liderança da oposição passou para as suas mãos.

No dia 22 de Setembro de 1972, Marcos decretou a lei marcial e prendeu Aquino, que foi acusado perante um tribunal militar, em Agosto do ano seguinte, de assassinato, subversão e de posse ilegal de armas. A comissão militar condenou-o à morte por fuzilamento em 25 de Novembro de 1977.

A sentença nunca foi cumprida, mas permaneceu como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de Aquino. Em 1980, Aquino começou a sofrer do coração e teve um ataque cardíaco. Escreveu a Marcos pedindo licença para se tratar no exterior. Imelda foi visitá-lo pessoalmente, concordou com o seu pedido, e Aquino foi mandado embora, à pressa, das Filipinas — roupa, bagagem e família — em 24 horas.

Depois de operado, Aquino passou três anos nos Estados Unidos. Em Agosto de 1983, decidiu regressar. Exortou Marcos a “ouvir a voz da consciência e da moderação”, e declarou: “se eu morrer, paciência. Mas espero que a minha morte abra os olhos do nosso povo para a necessidade de se erguer e lutar por si”.

O assassinato de “Ninoy”

A 21 de Agosto, Aquino chegava a Manila acompanhado de uma equipa internacional de jornalistas e de pessoal de televisão. Quando o avião estacionou próximo à porta 8, três militares subiram a bordo e levaram-no. Escortado, Aquino desceu as escadas do avião.

Mal o grupo tinha dado alguns passos na pista, o militar que vinha atrás de Aquino fuzilou-o com um tiro na cabeça. A trajetória daquela bala não parou no corpo de Aquino: irrompeu pelas entranhas da ditadura de Marcos, fazendo com que a ilegitimidade do regime explodisse como uma bomba em todo o mundo.

Os filipinos velaram o cadáver durante dez dias. O enterro, no dia 31 de Agosto, durou 12 horas, das nove da manhã às nove da noite. Foi o maior enterro jamais visto no mundo, se esquecermos o de Mahatma Gandhi em Deli em 1948. Um número sem precedentes de dois milhões de pessoas saiu às ruas.

O enterro não foi noticiado pela imprensa, e apenas uma estação de rádio, a *Veritas*, ousou levar

Filipinas



O general Fabian Ver é tido como o mandante do assassinato de Aquino

ao ar um comentário. Quando finalmente os filipinos enterraram Aquino, enterraram com ele todo o seu medo. Decidiram que uma mudança era necessária e possível. Seria apenas uma questão de tempo. Ou aproveitavam ou perdiam aquela oportunidade. Hoje, parece que eles perderam a oportunidade.

Os primeiros relatos provenientes do aeroporto diziam que um assassino desconhecido, Rolando Galman, era o autor do tiro. Falando no palácio presidencial, Marcos repetiu esta informação nas suas declarações.

Foi um jornalista japonês, Kiyoshi Wakamiya, o primeiro a desmentir esta versão e a dizer ao mundo que Aquino tinha sido morto pelos próprios militares que o escoltavam. Estes tinham trazido Galman para a cena do crime e mataram-no assim que a bala atravessou o cérebro de Aquino. O relato original dizia que Galman tinha assassinado Aquino, sendo em seguida morto pelos militares. Demasiado conveniente, demasiado elaborado.

O furor provocado pelo assassinato foi espontâneo e pareceu inexplicável aos olhos do ditador Marcos. A 24 de Agosto de 1983, o presidente foi forçado a anunciar a formação de uma Comissão de Inquérito, chefiada pelo presidente do tribunal, Enrique Fernando, e tendo como membros quatro

outros juizes aposentados. (Convidado, o cardeal Jaime Sin recusou, como também haviam recusado dois outros eminentes juristas.)

O escândalo das investigações

O povo, porém, não aceitou a Comissão: processos foram apresentados contra ela no Supremo Tribunal, uma vez que o próprio Fernand já havia feito declarações segundo as quais Galman teria assassinado Aquino. Um mês depois, a Comissão demitiu-se.

Marcos não teve outra alternativa senão designar uma nova Comissão de Inquérito independente, a qual foi anunciada pelo presidente a 14 de Outubro de 1983. A nova Comissão seria chefiada por uma juiz de nome Corazón Agrava, auxiliada por quatro iminentes cidadãos e advogados filipinos. A Comissão passou 11 meses a levar a cabo uma minuciosa investigação de "um passado coberto de culpas" e chegou à conclusão unânime de que os militares, e não Galman, tinham sido responsáveis pelo assassinato de Aquino.

Mas surgiu uma divergência entre a presidente da Comissão e os restantes membros no tocante a uma questão crucial. Enquanto os quatro incluíam o general Ver, das forças armadas das Filipinas, na lista de acusados, Agrava absolveu o general.

Diante de tal conclusão, Marcos pouco podia fazer além de submeter o processo a julgamento. Passando por cima dos tribunais militares, escolheu um tribunal especializado em casos de suborno, o *Sandiganbayan*, para processar os acusados. O juiz-presidente foi Manuel R. Pamaran, conhecido como "o enforcador" em virtude da frequência com que anuncia penas de morte, ajudado por dois juizes assistentes.

A sala de audiências estava superlotada no dia em que conseguiu assistir aos trabalhos. O local, extremamente iluminado, estava repleto de profissionais da televisão e de inúmeros jornalistas estrangeiros. Todos esperavam pacientemente que algo fora do comum acontecesse, que surgissem indícios novos e substanciais. Mas a maioria das testemunhas repetiu simplesmente os depoimentos anteriormente prestados à Comissão Agrava. Algumas começavam a mostrar-se hostis.

A reviravolta percebida no depoimento de algumas testemunhas importantes levou o *Malaya* a indagar se não se estaria a preparar o arquivar do pro-

A enorme presença militar
norte-americana nas Filipinas
pode levar a uma intervenção
caso a guerrilha contra Marcos

Filipinas



Gamma Liaison

“O parlamento das ruas” vincula a ditadura Marcos com os interesses estratégicos norte-americanos

cesso. Primeiro, os membros da Comissão Agrava tinham-se recusado a prestar depoimentos durante o julgamento; em seguida, certos jornalistas alteraram os seus depoimentos; e finalmente quatro guardas de segurança do aeroporto e um empregado da *Philippine Airlines* desapareceram.

Além disso, a família Galman recusou-se a testar unhar, uma vez que os acusados estavam apenas sob custódia dos seus comandantes, e não na cadeia. Entretanto, o presidente Marcos fez uma declaração de que o general Ver seria devolvido ao seu cargo, caso o tribunal o julgasse inocente, uma “deixa” suficientemente clara para quem tivesse ainda de prestar depoimento.

O ponto culminante ficou a cargo de Mariemil Quijano, a única testemunha civil do crime. Conhecida como “a chorona”, ela havia tido uma crise de histeria por ocasião dos disparos. Mas, após os seus depoimentos iniciais, quando chamada uma vez mais pela defesa, recusou-se a sentar-se no banco das testemunhas.

O principal suspeito

Independentemente do veredicto do *Sandiganbayan*, há muito que os filipinos chegaram já ao seu. A verdade anda de tal forma de boca em boca que, como dizia uma antiga canção, “até os tolos sabem o que aconteceu”. Tanto os Galman como

Cory Aquino declararam já publicamente que o suspeito número um do caso é Ferdinand Marcos. Este continua à solta e ainda não foi acusado. “Simplesmente teremos de esperar até ao fim do regime Marcos”, disse a viúva. Só então a verdade poderá vir à tona.

E o que aconteceu com o furor do povo, com os comícios, com as manifestações de protesto? Centralizaram-se em torno de um só ponto: o pedido de demissão de Marcos. Mas a exigência logo se evaporou, quando os grupos de elite anti-Marcos começaram a examinar os possíveis acontecimentos após um afastamento súbito de Marcos: ninguém, e muito menos os empresários e os próprios grupos de elite, teria o controlo completo do poder. Além disso, a esquerda filipina também não se mostrou à altura da situação: continuou a preocupar-se com a “revolução no interior”, ignorando a arena urbana.

Assim, após o ímpeto inicial contra Marcos, simbolizado pela revolução do papel picado, das fitas amarelas, dos dizeres nos pára-choques e da “imprensa mosquito”, o povo que protestava verificou necessitar ainda da liderança dos políticos tradicionais. Chegou uma altura em que os movimentos de protesto caíram na rotina, com as manifestações a assumirem um ar de ritual. Não havia qualquer organização política capaz de enfrentar as enormes consequências do assassinato. No final,

Filipinas

terminou tudo em política.

As eleições de Maio de 1984 para o *Batasan* (parlamento) filipino provocaram uma nova divisão entre os políticos da oposição. Alguns radicais lançaram uma campanha de boicote às eleições, uma vez que estas seriam uma "fraude". Mas, para dar força a campanhas deste tipo, é quase sempre necessário algo mais do que espasmos de emoção fácil. As eleições foram realizadas e a oposição conquistou vários lugares no parlamento.

Precisamente o tipo de situação que mais convinha a Marcos. A presença da oposição no *Batasan* "provava" que as eleições tinham sido honestas. Na verdade, certos observadores alegam que Marcos "permitiu" a vitória de alguns candidatos da oposição. Hoje, o *Batasan* é uma entidade impotente, pouco virada para a tarefa gigantesca de desmontar as estruturas do regime autoritário. Além de que Marcos pode fechá-lo se descobrir que ele trama alguma coisa contra si. E, o que é mais importante, pode legislar por decreto, mesmo com o *Batasan* em funcionamento.

Logo após o assassinato, o regime adoptou uma política cautelosa de "tolerância máxima", permitindo que os enormes protestos se esgotassem, concedendo julgamentos e comissões e ignorando as "picadas" da informação alternativa. Porém, semanas após as eleições, o regime voltou a mostrar-se severo: activistas foram sequestrados e executados, trabalhadores em greve foram atacados e a

Marcos a princípio tolerou, mas depois reprimiu duramente os protestos



A economia filipina mergulhou na recessão e o desemprego subiu em flecha

imprensa sofreu pressões sob a forma de processos por calúnia que exigiam fabulosas quantias de indemnização. Mesmo assim, a nova onda de repressão não foi tão grande como a que havia ocorrido anteriormente, durante o período de regime militar. Marcos, tendo-se refeito em grande parte dos reveses de 1983, não pretendia agitar demasiado.

Como disse um analista político, A. R. Magmo: "uma ofensiva política de grande alcance, desfechada pela facção dominante, pode alterar a configuração política, desencadear novas e imprevisíveis forças, criar tensões que passem a cultivar uma dinâmica própria, contribuir para que o povo se politize ainda mais, trazer a igreja para um confronto mais directo e, mais cedo ou mais tarde, criar uma nova situação política mais incómoda para o regime".

Mas no momento o principal problema de Marcos é a economia. Devendo cerca de 29.000 milhões de dólares, o governo tem sido forçado a permitir uma profunda intervenção do Fundo Monetário Internacional na sua economia. É neste contexto que deve ser encarado o último escândalo de imóveis. Talvez ele seja o próximo "acidente histórico de grande importância" a desestabilizar a ditadura. (Claude Alvares/Third World Network)

**A enorme presença militar
norte-americana nas Filipinas
pode levar a uma intervenção
caso a guerrilha contra Marcos
aumente ainda mais a sua importância**

A crise pode gerar um novo Vietname

A medida que a oposição filipina intensifica os seus ataques ao presidente Marcos, a presença e a actuação dos EUA em torno do país tomam-se cada vez mais ameaçadoras.

Os programas militares das Filipinas são vigiados e supervisionados de perto pelo *establishment* da Defesa norte-americana. A assistência militar ao regime de Marcos aumentou substancialmente após a decretação da lei marcial em 1972.

O objectivo dos Estados Unidos é, basicamente, garantir a preservação dos interesses económicos e políticos norte-americanos na região. Em 1972, 60% dos investimentos norte-americanos no Sudeste Asiático estavam localizados nas Filipinas.

Igualmente importante é a localização estratégica das Filipinas ao longo da rota comercial normalmente utilizada pelos EUA e pelo Japão para o transporte de matérias-primas, especialmente do petróleo do Médio Oriente.

A base naval de Subic e a base aérea de Clark são os elos concretos mais importantes entre os EUA e as Filipinas. Em 1944, pouco antes de os Estados Unidos retomarem o país ocupado pelos japoneses, o governo norte-americano impôs ao governo filipino um acordo segundo o qual os EUA conservariam as suas bases como condição para o reconhecimento da independência filipina. Segundo José Diokno, ex-senador e líder altamente respeitado da facção mais radical da oposição, o acordo já nasceu ilegal pois não chegou a ser submetido a referendo popular.

Hoje, grande parte da população filipina vê na existência dessas bases uma afronta à soberania do seu país e uma fonte de grandes males. As duas bases privam as Filipinas de 100.000 hectares de terra, embora o governo receba uma renda de cerca de 250 milhões de dólares pelo espaço ocupado. Em troca de tamanha generosidade, as Filipinas são hoje um alvo provável em qualquer confronto nuclear entre as superpotências. As pequenas cidades improvisadas ao redor das bases tornaram-se centros para a transferência de certas tecnolo-

Jorge Arbach



gias norte-americanas muito conhecidas: prostituição, vício, jogo e contrabando.

O protesto contra as bases, porém, está longe de ser unânime. Um dos principais obstáculos à unidade da oposição é a questão de se as bases devem continuar no país ou serem simplesmente expulsas. Enquanto a maioria dos políticos conservadores de direita, agrupados no Conselho da Aliança Nacional (NAC) gostaria de ver as bases permanecerem onde estão, pelo menos até à renegociação de 1993, os partidários do Grupo do Convênio (CG), formado por Cory Aquino, exigem que as bases sejam abandonadas o mais depressa possível.

À parte a questão das bases, a maioria dos filipinos ainda conserva uma impressão positiva dos EUA, que é o ponto de destino da maioria dos emigrantes do país. Além disso, os filipinos mais instruídos receiam o comunismo e o socialismo, alimentados que foram com uma dieta exclusiva de livros de estudo *made in USA*. Para ganhar respeitabilidade, todo o político tem de passar pelo ritual de convencer o público de que é aceite por Washington. E quando Washington começou a distanciar-se do regime de Marcos, o facto teve mais impacto sobre a legitimidade do regime do que cem manifestações.

Até as crianças ajudam os guerrilheiros do NPA



28 - terceiro mundo

O apoio dos EUA a Marcos

Num ponto importante, porém, os norte-americanos mostram-se plenamente satisfeitos com Ferdinand Marcos: a luta aberta que este tem travado contra o Novo Exército Popular (NPA). No momento, o NPA é a maior ameaça à ditadura: os seus planos para o país são firmes e de grande alcance.

No passado, o NPA era composto exclusivamente por revolucionários comunistas proscritos pelo regime; hoje reúne todo e qualquer opositor ao regime que deseje combatê-lo pelas armas. Entre os seus comandantes, contam-se alguns padres católicos romanos. Além de Conrado Balweg, frei Frank Hernández chefiou um grupo de assalto a um banco, operação que rendeu cerca de 800.000 pesos (ver Caixa).

Um número crescente de pessoas tem vindo a aliar-se ao NPA. A sua "omnipresença" surpreende: segundo o *Foreign Affairs*, o NPA opera hoje em 62 das 73 províncias do país. Com efeito, algumas dessas províncias são "governadas" pelo Novo Exército Popular.

A tardia descoberta da enorme força deste inimigo, feita pelo governo Reagan, levou à criação de uma *Task-Force* mista composta de "especialistas" da CIA, do Departamento de Estado, do Pentágono, do Departamento do Tesouro e do Serviço de Pesquisas do Congresso dos EUA, todos bem informados sobre as Filipinas, procurando actualmente elaborar uma política destinada a conter o fortíssimo movimento revolucionário.

Autoridades norte-americanas reconhecem que o NPA exerce influência sobre 40.000 lugarejos e cidades das Filipinas, com um total de mais de 20.000 membros. Há pouco tempo, a cidade natal do presidente e da primeira dama foi alvo de ataques do NPA. Marie Sison, líder do Partido Comunista das Filipinas, descreveu da prisão em que se encontra o tipo de domínio exercido pelo NPA:

"Ao ritmo a que o NPA vem acumulando forças, brevemente controlará ou influenciará metade dos 1.500 municípios do país, e não terá dificuldade em concentrar companhias e até mesmo batalhões para dizimar unidades do exército em quase toda a parte das Filipinas. No momento, o NPA

88 9n - original - 8897



Com vinte mil membros o NPA já controla 40.000 aldeias e poderá dominar em breve 750 municípios das Filipinas

é capaz de exterminar ou desarmar pelotões inteiros do exército em várias regiões do país. No estágio estratégico de igualdade de forças, o aniquilamento de companhias ou de batalhões inimigos em operações isoladas será uma ocorrência comum. O NPA invadirá repetidamente grandes cidades, capitais de província e cidades pequenas para exterminar ou desarmar unidades do exército”.

Os integrantes do NPA são revolucionários na melhor tradição leninista, um grupo decidido e devotado que não esqueceu as lições das derrotas do passado. Ao contrário do regime de Marcos, eles não recebem qualquer tipo de ajuda externa. E, o que é mais importante, consideram-se pertencentes a uma forma de comunismo tipicamente filipina, inspirada numa gloriosa tradição de resistência armada à opressão, declarando-se firmemente nacionalistas em primeiro lugar e marxistas depois.

Agora, quando os próprios norte-americanos começam a chegar ao campo de batalha, primeiro como assessores e depois como soldados, tudo está a ser preparado para um novo Vietname. “Creio que o governo norte-americano, especialmente com Reagan na Casa Branca, não hesitaria em intervir directamente nas Filipinas se achasse que os

comunistas estavam prestes a tomar o governo”, diz José Diokno.

Oprimidos durante mais de uma década pela ditadura de Marcos, os filipinos devem agora mostrar-se dispostos a aceitar e a sofrer as consequências de uma grande guerra civil, na qual ambos os lados estarão decididos a vencer, dada a importância do que está em jogo.

Basicamente, a guerra que tem sido travada pelo NPA tem um carácter mais legítimo do que aquela que se trava constantemente nas ruas de Manila, onde políticos de direita, de esquerda e do centro procuram conquistar posições estratégicas depois que constataram que a era de Ferdinand Marcos está prestes a acabar.

Actualmente, a única legitimidade de luta em Manila pertence aos grupos ligados a José Diokno, que acredita que as eleições são positivas, mas não passam de mais um elemento numa longa série de mudanças fundamentais necessárias, cuja base é um sistema político no qual “grupos de cidadãos” nacionais desempenhem papel importante, e onde os filipinos — e não o governo norte-americano, Marcos ou o seu *establishment* de amigos íntimos — sejam o poder. (C.A.) ●

Um padre na guerrilha

□ Quando criança, Jaime Salazar sonhava vir a ser um missionário no estrangeiro. Hoje, com 41 anos de idade, é um sacerdote guerrilheiro pertencente aos quadros do Novo Exército Popular (NPA), no qual luta contra o regime do presidente Ferdinand Marcos.

Salazar (um pseudónimo) não vê qualquer contradição entre as suas convicções religiosas e as actividades do NPA. "O meu primeiro compromisso é servir o povo", afirma.

Para ele, entre a maioria dos filipinos ligados à acção social e à defesa dos direitos civis, actividades desenvolvidas pela igreja, aumenta cada vez mais o número dos que abandonam as tradicionais formas políticas de oposição e assumem métodos revolucionários no sentido da transformação da sociedade.

Salazar fala tranquilamente da sua gradual integração na batalha contra "o regime de Marcos e dos Estados Unidos". Quando se ordenou sacer-



Muitos cristãos aderiram ao Novo Exército Popular

dote em 1972, começou a ensinar estudantes, "na sua maioria camponeses. As eleições nada tinham a ver com eles".

Nesse mesmo ano, foi convidado por membros do movimento "Cristãos pela Libertação Nacional" (CLN), um grupo clandestino de eclesiásticos, para trabalhar com os camponeses, sob o argumento de "se quer realmente conhecer o povo, deve viver com ele". A partir daí, a sua vida mudou.

Salazar foi trabalhar numa comunidade de agricultores em luta pela reforma agrária. "No campo — diz ele — não havia alimentos nem o mínimo de conforto". O seu apoio activo em defesa da reforma agrária, resultou na sua prisão em 1972, juntamente com outros camponeses, acusados de "subversão", sob a lei marcial imposta na época por Ferdinand Marcos.

Na prisão, mantido apenas pela sua fé cristã, ouvia os gritos dos companheiros torturados. Lá conheceu membros do NPA e da Frente Democrática Nacional (FDN), a maior coligação política do país que actua com o Partido Comunista das Filipinas (PCF) e com a guerrilha.

Libertado em 1973, prosseguiu com o seu trabalho de acção social numa outra comunidade, participando activamente na luta clandestina, "ajudando a libertar prisioneiros por meios não convencionais". No mesmo ano, uniu-se ao grupo "Cristãos pela Libertação Nacional", tendo permanecido na clandestinidade durante três anos.

Ao explicar a sua participação numa célula guerrilheira do NPA, Salazar diz que "escolher ser do NPA é uma das opções dos membros do CLN". Até agora, 12 sacerdotes fazem parte do movimento.

Após três anos no Novo Exército Popular, Salazar começou o seu trabalho em Luzon, a maior ilha das Filipinas, onde está localizada Manila, a capital. E declara: "os guerrilheiros estão prontos a operar em Manila, mas é preciso que isso aconteça em todos os lugares. Se nos precipitarmos, actuando apenas num local, os militares podem voltar a dar-nos um sério golpe". Em apenas uma década, o NPA aprendeu várias lições em regiões onde tinha grande actividade, lições extremamente dolorosas com graves perdas humanas, como em Samar, Bicol e Mindanao.

Para o sacerdote, se uma revolução nos moldes da realizada na Nicarágua vencer no seu país, a igreja sofrerá uma divisão: "um sector ficará contra o movimento popular e o outro aliar-se-á às forças revolucionárias". (Brennon Jones)

**A militarização do governo
filipino implantou no país
um dos regimes mais arbitrários
e violentos da Ásia**

A violência diária contra a oposição

Em fins de Agosto último, em Manila, 20 jornalistas filipinos redigiram a sangue um manifesto numa demonstração pública de protesto contra os assassinatos cada vez mais frequentes de homens da imprensa.

Numa praça da cidade, diante de uma multidão de milhares de pessoas, os jornalistas usaram facas para sangrar os braços e assinaram o manifesto num enorme cartaz.

Não lhes faltavam motivos para um gesto tão dramático. Pelo menos 22 jornalistas filipinos foram assassinados desde 1972, 12 dos quais nos últimos nove meses.

Em carta aberta ao presidente Marcos, 500 jornalistas e 30 órgãos da imprensa disseram que muitas das vítimas tinham sido assassinadas por soldados ou assassinos profissionais devido a denúncias e críticas que haviam publicado.

A matança de jornalistas que criticam o governo, bem como de advogados progressistas e de outros profissionais é um dos aspectos mais notórios da violação aos direitos humanos nas Filipinas.

Em 1981, o presidente Marcos suspendeu a lei marcial, mas conservou nas suas mãos todos os meios de controlo autoritário por forma a poder dar continuidade ao seu estilo de governar por decreto.

Hoje, as Filipinas são formalmente uma "democracia", com um *Batasan* (parlamento) eleito e um poder judiciário que já deu a entender algumas vezes que pode não estar disposto a aceder a todas as exigências do executivo. O regime continua a negar a sua responsabilidade pelos crimes cometidos. Nas oficinas do *We Forum*, jornal que faz críticas a Marcos, as máquinas foram apreendidas e levaram

mais de oito semanas para serem devolvidas, a contar do dia em que o Supremo Tribunal ordenou a sua devolução.

Apesar de advertências em contrário, não encontrei a presença ostensiva de militares nas ruas de Manila nem sinais de regime autoritário. Agradei-me muito a existência de uma imprensa contrária a Marcos: a oposição é tolerada e é possível criticar a pessoa do presidente.

Der Spiegel



O exército controla de perto a população do interior

As denúncias de violência

Quando a Comissão Internacional de Juristas (CIJ) enviou uma delegação de três membros, em 1983, para investigar violações e abusos aos direitos humanos, o regime recebeu-a respeitosamente, embora um relatório anterior da CIJ, emitido em 1977, houvesse acusado severamente o regime pela repressão desencadeada durante a vigência da lei marcial. O segundo relatório da CIJ, intitulado "Filipinas: Direitos Humanos Após a Lei Marcial", que agora vem à luz, é também bastante severo.

A Comissão regista o facto de ter apurado abusos generalizados contra os direitos humanos por parte de militares e das forças de segurança, inclusive execuções extrajudiciais, massacres, queimaduras, prisões arbitrarias e torturas. Não só os suspeitos de pertencerem à guerrilha são eliminados por tais meios, como também cidadãos comuns da

sociedade civil. O exército costuma praticar o chamado "aldeamento" (transferências de vilas inteiras de uma região para outra), a fim de evitar um suposto contacto com os guerrilheiros.

O relatório da CIJ documenta ainda ameaças contra editores e tentativas de limitar a liberdade de imprensa. Mas também refere a existência de publicações contrárias ao regime, as quais são largamente distribuídas nas Filipinas. Regista igualmente o facto de que grupos legais de assistência, como o Grupo de Assistência Jurídica Gratuita (FLAG), a Força-Tarefa pró-Detidos (TFD) e outros, continuam a funcionar livremente.

Mas o relatório acrescenta:

"Apesar da suspensão da lei marcial em 1981, inúmeros dispositivos da lei indicam claramente que as Filipinas continuam a ser uma ditadura, e não a forma democrática de governo que o presidente Marcos alega querer proteger. A emenda nº 6 à Constituição de 1973 (adoptada em 1976, durante o regime da lei marcial) permite ao presidente Marcos emitir decretos e cartas de instrução que passam a fazer parte da legislação do país. O presidente Marcos tem usado livremente desse direito de legislar. Já emitiu mais de 900 decretos, ordens e cartas de instrução. O seu poder de emitir decretos tem a cobertura do Supremo Tribunal".

E continua:

"As ressalvas constitucionais nos termos das normas dos tribunais no tocante a prisões e detenções têm sido completamente ignoradas pelos decretos presidenciais. Qualquer pessoa pode ser mantida presa por tempo indefinido sob o chamado 'Mandado de Detenção Preventiva' assinado pelo presidente, sem meios de obter reparação judicial, ainda que a sua detenção dure anos. A alegada restauração do *habeas corpus* tem efeito apenas nominal, uma vez que não se aplica a pessoas detidas por uma série de 'delitos contra a segurança'".

O relatório da CIJ atribui muitos dos abusos aos direitos humanos e o terrorismo que vem sendo praticado contra a população do país à crescente militarização da sociedade filipina.

Mas trata-se de uma análise superficial das origens dessa violência. Ao contrário de outros países, as Filipinas criaram as suas forças armadas especificamente para a defesa interna: nas palavras do general Douglas MacArthur, "para cortar as asas

aos comunistas". No início da década de 1950, as Filipinas enfrentavam a séria possibilidade de serem dominadas pelo movimento comunista Huk.

Foi sob o comando de Ramon Magsaysay que os militares passaram a desempenhar funções não-militares e sócio-económicas, inclusive repovoação de terras e o policiamento activo dos processos eleitorais. O próprio Magsaysay actuava sob o controlo e a direcção do major Edward Landsdale, da CIA. (É interessante observar que o chamado Prémio Nobel asiático tem o nome de Prémio Magsaysay.)

O papel dos militares

Em 1958, um novo programa militar e sócio-económico já havia sido estabelecido com a ajuda dos norte-americanos, mas só foi posto em prática no primeiro ano de Ferdinand Marcos na presidência, em 1965-66.

O próprio Marcos foi bastante explícito quanto à integração dos militares com objectivos mais amplos de desenvolvimento nacional. No seu primeiro discurso de prestação de contas à nação, declarou: "as forças armadas das Filipinas, com o seu pessoal, material e equipamento, aliado à sua coesão organizativa e à sua disciplina têm um enorme potencial como participantes no desenvolvimento económico, potencial esse que deve ser explorado ao máximo. Esta participação torna-se imperiosa quando se considera que o problema que o país enfrenta é sócio-económico, e não militar, e que os recursos disponíveis para resolvê-lo são escassos e limitados".

Ao fim de poucos anos, os militares já prestavam apoio infra-estrutural em projectos locais de desenvolvimento, área que até então tinha estado restrita aos governos civis locais.

A justificação para aumentar ainda mais os efectivos das forças armadas surgiu no auge da revolta dos estudantes no início da década de 1970. Em conjunto, os norte-americanos (nos termos de um programa da USAID) e o governo filipino treinaram uma força paramilitar de 6.000 homens para conter os protestos dos estudantes.

Quando a lei marcial foi declarada em 1972, os militares já estavam em condições de assumir o controlo absoluto de importantes sectores da sociedade filipina, inclusive os meios de comunicação de massa, os serviços de utilidade pública e as in-

Questão de organização de
humanos
pelos esquadrões



Sete mil pessoas morreram desde 1974 em choques do exército contra efectivos do movimento guerrilheiro NPA

dústrias como a siderúrgica. Inúmeros programas locais de desenvolvimento passaram a ser confiados aos militares.

Colocados em posição tão eminentemente importante, os militares passaram a ser os principais beneficiários do regime.

Originalmente criadas para fazer face à ameaça comunista, as forças armadas eram agora usadas contra a oposição não-comunista e para promover objectivos nacionais de crescimento económico desenfreado através de ligações com as transnacionais. Não admira que, ao invés de mero instrumento, os militares logo passassem a ser vistos como o modelo daquilo que a nova sociedade filipina deveria ser.

Como foi dito num dos estudos da época: “a capacidade dos militares de ‘governar e impor obediência’ era vista como o primeiro novo princípio ou a primeira manifestação da Nova Sociedade: ‘uma raça de homens capazes não apenas de governar os outros, mas também de se governarem a si próprios’. Assim, a disciplina, a contenção, a centralização do poder a outros aspectos da tradicional ideologia militar viriam a constituir a pedra fundamental da Nova Sociedade de Marcos”.

Portanto, a militarização buscava não simplesmente impor o medo e o silêncio ao povo filipino, mas também transformar a consciência do

povo de modo a adaptá-la ao regime autoritário. O exército preparou vários programas especiais de treino de cidadãos, especialmente destinados aos jovens, para incitá-los a agir como “os principais propagadores da Revolução Democrática” e da “Nova Sociedade” do casal Ferdinand Marcos. Para completar, haveria marchas e mensagens gravadas do presidente e da primeira dama.

É apenas natural pressupor — e o relatório da CIJ documenta-o em detalhe — que aqueles que não concordassem com a “nova visão” deveriam estar dispostos a serem considerados como parte dos “custos humanos e sociais” da militarização.

Como diz José Diokno: “cerca de 15.000 pessoas tiveram morte violenta no meu país em 1974, talvez metade desse número em virtude de conflitos entre os militares e as forças rebeldes ou dissidentes. Mas, no mesmo ano, cerca de 46.000 pessoas morreram de pneumonia; 31.000 de tuberculose; 15.000 de avitaminose e de outras formas de insuficiência alimentar; e 12.000 de tumores malignos. Todas morreram de causas que podiam ter sido evitadas ou curadas. No entanto, naquele ano, o governo filipino gastou apenas 3 dólares *per capita* em serviços de saúde, em comparação com os 8 *per capita* com as forças armadas. A moral da estória é simples: as armas matam de várias formas diferentes”. (C. A.)

Desde 1977 quatro dirigentes da principal organização de defesa dos direitos humanos foram assassinados pelos esquadrões da morte orientados pelo exército filipino

No dia 6 de Julho do ano passado, o advogado Crisostomo Cailing foi morto a tiro, na sua residência, por indivíduos não-identificados. Cailing era membro do Grupo de Assistência Jurídica Gratuita (FLAG), a maior e mais antiga organização de defesa dos direitos humanos das Filipinas.

Há fortes suspeitas de que o assassinato de Cailing tenha sido obra dos militares filipinos ou de pessoas com o seu apoio. Cailing foi o quarto membro do FLAG assassinado ou dado como "desaparecido" desde 1977.

"O assassinio de Cailing demonstra claramente o desprezo dos militares e do governo pelos direitos humanos, pelas leis do país e pela administração da justiça nas Filipinas", declarou José Diokno, presidente do FLAG e ex-ministro da Justiça das Filipinas, hoje um dos principais adversários do governo de Ferdinand Marcos.

Os assassinatos de advogados

Pelo menos dois outros advogados associados ao FLAG foram gravemente feridos, enquanto muitos outros já foram alvo de atentados ou receberam ameaças de morte.

O FLAG é uma associação de advogados que abrange todas as regiões das Filipinas prestando assistência jurídica gratuita a indivíduos e comunidades pobres, presos políticos e outras vítimas da opressão dos militares e do governo.

O FLAG foi criado por Diokno em 1974, dois anos após a imposição da lei marcial nas Filipinas. O próprio ex-senador Diokno esteve detido durante cerca de dois anos no início da década de 70. Ao ser libertado, prometeu dar assistência jurídica gratuita àqueles que permaneciam detidos, bem como aos pobres. Assim nasceu o FLAG.

No desempenho das suas funções, os advogados do FLAG têm denunciado inúmeros abusos por parte do governo e dos militares. Muitos tiveram

de pagar um alto preço pelas suas actividades.

Vários membros do FLAG foram assassinados, detidos, torturados e ameaçados de morte. Os militares têm sido responsáveis pela maioria dos incidentes.

Só no ano passado, cinco membros do FLAG foram presos, continuando detidos, não obstante o Supremo Tribunal das Filipinas ter ordenado a libertação temporária de três deles.

Além disso, vários membros do FLAG foram incluídos na "Ordem de Combate", uma espécie de lista negra contendo os alvos prioritários dos militares. Supostamente, esta lista, compilada pelas forças armadas, contém os nomes dos mais "importantes terroristas comunistas".

Até hoje, três membros do FLAG foram mortos e um "desapareceu" sem deixar vestígios: em 1977, o advogado Hermon Lagman foi visto pela última vez numa esquina da Grande Manila. Desapareceu, sendo o seu paradeiro desconhecido até hoje; em Setembro de 1984, o advogado Zorro C. Aguila foi morto a tiro por desconhecidos, ao que tudo indica membros das forças armadas; em 2 de Abril do ano passado, o advogado Ramraflo R. Taojo foi morto a tiro na sua casa, por indivíduos que, segundo se acredita, são membros de uma unidade paramilitar que actua sob a protecção das forças armadas; o assassinato de Crisostomo Cailing no dia 6 de Julho de 1985, foi o mais recente homicídio misterioso de um membro do FLAG.

As torturas

Nos anos anteriores, várias organizações internacionais defensoras dos direitos humanos visitaram as Filipinas para investigar denúncias de violações. Entre elas, a Amnistia Internacional (AI), a Comissão Internacional de Juristas (CIJ) e o Comité de Advogados pela Protecção Internacional dos Direitos Humanos.

Pelo teor dos relatórios publicados por essas organizações, os abusos contra os direitos humanos nas Filipinas incluem prisões e detenções generalizadas por crimes políticos de definições vagas, como incitação à revolta e à subversão, bem como torturas durante a detenção, prática do "aldeamento" (transferência de residentes rurais, providenciada por militares ou autoridades civis, para acampamentos especiais), além de execuções sumárias e desaparecimentos.



O exército filipino massacrrou 126 pessoas em Mindanao

A Amnistia Internacional enviou uma missão às Filipinas em 1981 e, no seu relatório de 1983, documentou um grande número de casos de prisões de pessoas envolvidas em actividades políticas não-violentas, denúncias de tortura e assassinatos.

Uma outra missão, enviada pela CIJ às Filipinas em 1984, documentou o mesmo tipo de abusos num relatório especial publicado em 1984.

Segundo Niall Macdermott, secretário-geral da CIJ, o relatório da missão confirmou que, "não obstante a suspensão da lei marcial, o presidente Marcos conservou poderes de emergência para prender e deter indivíduos" e "emitiu decretos que preservam, para ele e para as forças armadas, muitos dos poderes concedidos pela lei marcial".

A Força-Tarefa pró-Detidos (TFD), outro respeitado grupo de defesa dos direitos humanos nas Filipinas, calcula, segundo consta do relatório da CIJ, que, apenas na ilha de Mindanao, ocorreram 191 execuções extrajudiciais, 126 mortes em massacres colectivos e 74 desaparecimentos atribuídos às forças do governo nos primeiros nove meses de 1983.

A TFD revelou ainda, em Março de 1984, que quatro crianças morreram no "aldeamento" de Zamboanga del Norte, criado em Novembro de 1983. Consta que a causa da morte das crianças deveu-se a más condições sanitárias.

O relatório da CIJ cita muitos outros casos de assassinato e tortura. Entre eles, o caso de Pedro Segura, um jovem de 24 anos, detido em Outubro de 1983 como suspeito de ter assassinado um polícia pelo facto de possuir uma motorizada semelhante àquela que teria sido utilizada pelo assassino. O seu corpo foi encontrado, três dias após a detenção, amarrado e mutilado.

Outro caso incluído no relatório da CIJ foi o de Rolieto Trinidad, preso em 1982 e acusado de subversão. Rolieto declarou ter tido os olhos vendados, após o que foi torturado repetidamente com golpes aplicados em várias partes do corpo, além de lhe terem esfregado pimenta nos olhos e nos órgãos genitais, aplicado queimaduras de cigarros, jactos de água no nariz e na boca e sacos de plástico em torno da cabeça para sufocá-lo. Segundo declarou a tortura foi levada a cabo por militares e polícias das Filipinas.

Rolieto Trinidad foi solto no início de 1984 após dois anos de prisão e tortura.

Apesar destes relatórios divulgados por organizações internacionais de direitos humanos, o presidente Marcos continua a negar qualquer alegação de abuso contra os direitos humanos no seu país e declara nada ter a ver com os assassinatos e violações.

Mas, dentro das Filipinas, muitos grupos defensores dos direitos humanos, além do FLAG, têm surgido para ajudar as vítimas de tais abusos.

Entre eles estão a Força-Tarefa pró-Detidos, criada pela Associação de Religiosos Superiores da Igreja Católica; o MABINI (Movimento de Advogados em favor da Integridade, Fraternidade e Nacionalismo), grupo de advogados politicamente activos; e o PRÓTEST (Liga dos Advogados Protestantes das Filipinas), cujos objectivos são os mesmos do FLAG.

Como muitos grupos semelhantes, o FLAG tem afirmado que a única esperança de pôr fim aos abusos contra os direitos humanos no país é através da denúncia contínua.

Infelizmente, a preocupação e os protestos de grupos internacionais de defesa dos direitos humanos não conseguiram produzir, até agora, qualquer efeito visível sobre as autoridades filipinas.

Não obstante, é fundamental a pressão internacional, não só de grupos defensores dos direitos humanos mas também de governos para que o povo filipino possa manter a esperança de recuperar os seus direitos.

Num apelo a advogados estrangeiros para protestarem contra a perseguição de advogados do FLAG e de outros activistas da área dos direitos humanos, Diokno disse: "a não ser que os advogados filipinos e do exterior tomem providências mais enérgicas, a situação em relação aos direitos humanos nas Filipinas continuará como está". (Rajesh Abraham/Third World Network) ●



- Comércio internacional de produtos alimentares e bens de consumo.



SOCIEDADE COMERCIAL DE
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA

- Importação e exportação de bens de equipamento.
- Agentes exclusivos de várias indústrias de todos os continentes.

IMPORT' - EXPORT'
O CONTACTO PRIVILEGIADO PARA ÁFRICA E MÉDIO ORIENTE

R. da Fé, 10 e 10-A - 2.º D. 1100 Lisboa

Telex 43033 Tarius P.

Telefones: 52 53 43 - 52 52 95

África/Angola

Um congresso renovador

Coincidindo com o décimo aniversário da independência, o MPLA realizou o seu II Congresso, marcado pela autocrítica e pela ascensão de uma nova geração dirigente

Enquanto transcorriam os trabalhos do II Congresso do MPLA-PT em Luanda, a capital angolana voltava a converter-se no centro das atenções da imprensa africana e internacional. Poucos meses antes, em Setembro, a realização da conferência ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados havia reunido em Angola mais de 500 jornalistas e numerosas delegações encabeçadas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros do movimento. Também em Dezembro o número de delegações estrangeiras presentes em Angola era significativo, convidadas pelo MPLA para assistirem ao II Congresso do partido e às celebrações do décimo aniversário da independência.

A experiência adquirida a nível organizativo por ocasião da cimeira dos Não-Alinhados ajudava a dar eficácia aos trabalhos do Congresso. A infra-estrutura daquela ocasião — intérpretes para acompanhar as delegações, transporte, instalações hoteleiras — funcionavam também com uma sincronia e um conhecimento que lhes permitia incluir uma maior desenvoltura.

E se estes aspectos organizativos funcionavam bem, o que dizer do entusiasmo e do orgulho da população que a 10 de Dezembro desfilou no histórico Largo 1º de Maio, onde uma década atrás o presidente Agostinho Neto proclamou a independência? Este povo trabalhador e

sofrido, os jovens e os pioneiros, todos se uniram para protagonizar um belo desfile onde o impacto maior era a imagem de um mar humano e a criatividade.

Era impossível assistir àquelas comemorações sem recordar que dez anos antes este país emergia do colonialismo e ingressava na vida independente, marcado por uma guerra de agressão que lançava nuvens negras sobre o seu futuro. A explosão de alegria dos

pioneiros neste 10 de Dezembro de 1985 era o símbolo mais evidente de que Angola havia saído vitoriosa da sua primeira grande prova: consolidar a independência e resistir à agressão externa.

A guerra não acabou, tropas sul-africanas ainda ocupam uma faixa do território fronteiriço com a Namíbia e as sabotagens e massacres da UNITA — treinada, financiada e armada pelo regime de Pretória — ainda causam

Fotos: B. Bisso



Com o II Congresso cresceu a representação das classes trabalhadoras, principalmente dos operários e camponeses

elevadas perdas humanas e materiais que dificultam a reorganização da produção e obrigam o MPLA-PT a destinar quase 40% do orçamento nacional à Defesa.

Mas embora Angola não se tenha livrado da guerra, de uma coisa os seus agressores não duvidam: poderão retardar a reconstrução do país, mas colocar um governo servil aos seus interesses em Luanda, derrotando militar e politicamente o MPLA, essa é uma ilusão que já foi sepultada há bastante tempo por aqueles que a alimentavam.

O II Congresso do partido

Quando o MPLA decidiu passar de movimento a partido os seus dirigentes tinham a esperança de se poder dedicar às tarefas da reconstrução nacional. As sucessivas agressões sul-africanas não o permitiram e o I Congresso do partido foi marcado pela difícil conjuntura nacional e internacional que Angola e a África Austral em geral atravessavam.

Por essa razão, as expectativas em relação a este II Congresso eram muito grandes, podendo-se afirmar que foram satisfeitas. Todo o ano de 1985 foi dedicado prioritariamente à preparação do evento. A I Conferência Nacional do Partido (realizada em Janeiro de 1985) colocou em debate os grandes temas, retomados depois no II Congresso, e conferiu o tom de autocrítica séria e dura que também prevaleceu nos trabalhos do órgão partidário máximo. "A guerra não deve ser considerada como o único factor determinante da actual situação de estagnação da economia nacional nem como desculpa para todas as insuficiências actuais", afirmou naquela oportunidade o presidente José Eduardo dos Santos.

Eduardo dos Santos foi igualmente duro em relação ao não cumprimento das metas do I Congresso extraordinário, "a maior parte das quais — assinalou — não foram realistas ou reflectiam um optimismo excessi-

vo, uma certa euforia ou até uma grande inexperiência na elaboração das previsões".

Naquela conferência no início de 1985, o presidente fizera também uma afirmação que durante o Congresso esteve muito presente nas intervenções dos delegados: "o partido terá que melhorar o seu funcionamento para exercer cabal e eficazmente o seu papel dirigente". Precisamente a tese sobre o partido como força dirigente do processo foi uma das mais elaboradas e discutidas pelo órgão máximo do MPLA-PT, sendo no melhoramento do funcionamento partidário que está concentrada uma boa parte dos actuais esforços dos seus dirigentes.

O próximo quinquénio (o Congresso, por determinação dos estatutos do partido, deve reunir-se cada cinco anos) é decisivo para Angola em todos os campos: político, económico, militar, diplomático, social e cultural. E em todos eles estará a marca de uma boa ou má organiza-

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO COMITÉ CENTRAL

Sete mulheres foram eleitas para o novo Comité Central, e uma delas, Maria Mambo Café ficou como membro suplente do Bureau Político. Ainda é um número reduzido, se levarmos em conta que o total de membros efectivos passou para 75, porém marca um avanço em relação ao passado.

As sete dirigentes do MPLA são: a já citada Maria Mambo Café, que desempenha, desde 1983, o cargo de secretária do Comité Central para a Política Económica e Social e cuja militância no MPLA começou em 1962, tendo inclusive participado em representação do movimento dos Acordos de Alvor, os quais assinalaram o caminho para a independência de Angola; Maria Ruth Neto, irmã de Agostinho Neto, pertence ao Comité Central desde o I Congresso, sendo também secretária-geral da OMA, além de deputada da Assembleia do Povo;

Lucrécia Alfredo António Francisco, militante desde 1961, já pertencia também ao Comité Central e é deputada da Assembleia do Povo e coordenadora política das Unidades de Produção do Dande e Ambriz; Rhodet Teresa Makiny dos Santos, militante do MPLA desde 1962, dirigiu uma secção militar durante a luta de libertação, tendo ingressado no Comité Central em 1977, desempenha actualmente o cargo de secretária de Estado dos Assuntos Sociais; Irene Agostinho Neto, irmã do falecido presidente Neto, ingressou no movimento em 1960, é deputada da Assembleia Popular Provincial de Luanda, membro das Brigadas Populares de Vigilância e pertence ainda ao Comité Nacional da OMA; Francisca José Lando, de 30 anos, ingressou no movimento em 1972, foi eleita em 1978 deputada à Assembleia Popular Provincial de Cabinda e, em 1983, coordenadora da Comissão Provincial do Partido; Luzia de Sousa Inglês, desempenha o cargo de chefe do centro de comunicações da Presidência e tem uma longa experiência militar, desde a época da guerrilha onde actuou sempre como operadora de radar. Tem a patente de capitão das FAPLA.

ção e funcionamento do partido.

As mudanças

Por sugestão do antigo Comité Central, o Congresso aprovou o aumento do número de membros do órgão executivo do partido de 60 para 90, dos quais 75 são efectivos e os restantes 15 suplentes. Os candidatos ao novo Comité Central surgiram de um longo processo democrático nas bases do partido, os quais deviam cumprir os requisitos de serem militantes do MPLA pelo menos há oito anos, terem mais de 26 anos, além de exigências quanto à idoneidade moral, disciplina no trabalho e compromissos comprovados com a política e a ideologia defendidas pelo MPLA-PT.

Embora todas as teses em debate no Congresso suscitassem interesse, a eleição do novo Comité Central do partido era a que criava maior expectativa, principalmente entre os enviados especiais dos diversos órgãos informativos e agências noticiosas internacionais.

O Comité Central anterior havia ditado as directrizes para o acto eleitoral — a votação é secreta — definindo que a indicação de candidaturas¹ devia levar em conta os princípios da renovação e da continuidade.

Isto significava, por um lado, a necessidade de substituição de alguns dos antigos membros por novos dirigentes para renovar a direcção e, por outro, a necessidade de garantir a estabilidade de “uma parte considerável dos quadros dirigentes que dominam as suas funções e gozam de confiança”.

Ambos os princípios foram cumpridos. Saíram do Comité

¹ Os candidatos ao Comité Central foram organizados numa lista única de 100 nomes, dos quais 90 foram eleitos.



O desfile de 10 de Dezembro foi marcado pelo grande entusiasmo popular

Central alguns dirigentes e entraram outros, principalmente a partir de um critério defendido com veemência pela direcção partidária, de descentralizar o Comité Central, isto é, incluir nele dirigentes das províncias para evitar uma excessiva concentração do poder político em Luanda.

Outro aspecto importante do Congresso foi a inclusão no novo Comité Central de vários destacados quadros militares. Num país como Angola, que nos seus dez anos de independência tem vivido praticamente em estado de guerra permanente, durante os quais coube ao exército (as FAPLA) o principal papel na contenção da invasão sul-africana, era uma das prioridades do partido crescer no seio das for-

ças armadas e aumentar a presença de militares nas instâncias máximas do poder político-partidário. Este objectivo foi também cumprido e cerca de 30% do novo Comité Central é integrado por homens e mulheres das FAPLA de reconhecida militância partidária.

O mesmo empenho tiveram os membros da direcção partidária em aumentar a representação das classes trabalhadoras — operários e camponeses, principalmente — no Comité Central. Dos quatro candidatos indicados pelo antigo Comité Central, todos são membros da classe operária. Poucos dias depois de eleito, o Comité Central reuniu-se pela primeira vez para escolher entre os seus membros o Bureau Político do partido.

Durante o desfile de 10 de Dezembro, em comemoração do 10º aniversário da independência, do êxito do II Congresso e do 29º aniversário da fundação do MPLA o presidente Eduardo dos Santos falando de improviso referiu-se aos debates do Congresso e às mudanças na direcção partidária (ver matéria nesta edição).

Foi interessante verificar a reacção popular quando o presidente se referiu ao facto de alguns dos antigos membros da direcção não terem sido reeleitos: houve uma espécie de aprovação colectiva às palavras de Eduardo dos Santos, que afirmou acatar essa decisão soberana dos delegados por se tratar de uma eleição democrática. As massas exigiam que o presidente continuasse a referir-se ao Congresso, mas o chefe de Estado e presidente do partido preferiu

deixar este tema para um diálogo posterior com o povo, depois de o novo Comité Central ter tido tempo e condições de analisar mais detalhadamente as directrizes saídas do Congresso.

Uma nova geração irrompeu em força no partido e no Comité Central.

É o que alguns correspondentes começam a chamar de "a geração do presidente", homens e mulheres entre 35 e 45 anos que estão a assumir uma crescente parcela do poder, renovando alguns dos quadros que já conquistaram o seu lugar na história do país.

Os dias do Congresso (2 a 9 de Dezembro) foram intensos cenários de debates por vezes duros, mas como destacava um dos dirigentes dos primeiros anos do MPLA, a unidade — considerada fundamental para alcançar

as metas propostas — foi mantida.

Agora Angola tem diante de si os frutos de um ano de trabalho dos seus quadros políticos e da sua liderança partidária, uma espécie de diagnóstico dos males que atingem o aparelho do partido e do Estado e dos desafios que se colocam daqui por diante. Este quinquénio será a prova de fogo. Apesar das agressões externas, Angola terá que dar resposta a crescentes reivindicações de um povo que nesta década se tornou independente política e, sobretudo, mentalmente do colonialismo. E que, consciente de que o país é um dos mais ricos do continente africano, deseja fervorosamente a paz para começar a usufruir de alguns dos benefícios que, apesar dos gigantescos passos dados neste decénio, ainda não estão ao alcance de todos. (Beatriz Bissio) ●

Presidente Eduardo dos Santos: "a demagogia leva ao descrédito"

O presidente do MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, discursou no dia 10 de Dezembro, no Largo 19 de Maio, por ocasião das comemorações do II Congresso do partido e do décimo aniversário da independência.

Eis os principais trechos do discurso do presidente José Eduardo dos Santos:

"De facto, as datas que comemoramos hoje, têm um profundo significado histórico. Elas simbolizam o início de etapas que marcaram viragens decisivas na vida do nosso povo, estão

ligadas à dor, ao sofrimento do povo angolano que lutou contra a escravatura, o trabalho forçado, a humilhação, a exploração e opressão impostos pelo colonialismo português. Estão ligadas aos enormes sacrifícios e privações consentidos por todos os patriotas que ousaram erguer-se e lutar na clandestinidade, na guerrilha, para acabar com a opressão e criar um país independente, livre, soberano, forte e próspero.

"A independência nacional só foi possível graças à orientação firme e esclarecida do MPLA, que soube unir numa mesma bandeira, sem distinção de crer,

de religião ou raça todos os angolanos decididos a lutar contra a dominação colonial portuguesa por uma independência real e completa.

"O MPLA teve também o grande mérito de ter compreendido que depois de alcançada a independência, para o aprofundamento da revolução democrática e popular, novas e crescentes tarefas se impunham realizar e que só um partido marxista-leninista seria capaz de conduzir a classe operária e todo o povo trabalhador na defesa das suas conquistas e na luta contra as agressões constantes do imperialismo.

"Em dez anos de independência, não percorremos um caminho fácil. O nosso país esteve sempre sujeito a uma agressão externa. Os racistas sul-africanos ocuparam a província do Cune e estabeleceram vários planos para derrubar o nosso governo e colocar no poder os fantoches da UNITA. Chegaram mesmo a marcar prazos para tomar a ci-

dade de Luanda através dos factos, mas a verdade é que o MPLA—Partido do Trabalho está aqui e cada vez mais firme, cada vez mais determinado e cada vez mais apoiado pelo povo trabalhador a defender a independência e a revolução angolana.

“Para além dessa situação difícil criada pela guerra de agressão externa, herdámos do colonialismo uma situação económica e social desastrosa. Todo o parque industrial esteve paralisado por causa da fuga dos técnicos e dos seus proprietários. Os circuitos comerciais estavam destruídos, os meios de transporte haviam sido roubados para o exterior, o aparelho administrativo do Estado desorganizado, a taxa de analfabetismo era elevada, havia grande miséria, atraso, falta de quadros.

“Dez anos foram um período muito curto, naturalmente, para resolvermos todos esses problemas. A nossa população ainda sofre de muitas carências no que respeita à assistência médica e medicamentosa, ao ensino, à habitação, aos géneros alimentícios, ao abastecimento da água potável, etc. . A herança foi bastante pesada e teremos que levar ainda muito tempo para resolver muitos desses problemas. Foi graças ao esforço e determinação do nosso povo que conseguimos vencer muitas dificuldades e resolver também muitos problemas.

“O relatório do Comité Central apresentado ao II Congresso fez o balanço do que foi realizado, apontou as nossas falhas, indicou problemas que devem continuar a ser resolvidos com a maior urgência e propôs muitas orientações que foram aprovadas pelos delegados. Os delegados ao II Congresso discutiram de forma corajosa, disciplinada e militante, as questões mais candentes da vida do partido e da nação e converteram de facto o II Congresso num ponto de partida muito importante para apro-



José Eduardo dos Santos: “é necessário que as decisões sejam cumpridas”

fundar o nosso processo revolucionário e garantir a resolução dos problemas do povo.

“Os camaradas já ouviram o conteúdo das resoluções do II Congresso, agora acabaram de ver os novos membros do Comité Central eleitos para aplicar na prática as decisões do Congresso. Constatam que houve mudanças. Alguns membros da direcção antiga não foram reeleitos pelos militantes, outros passaram de membros efectivos a membros suplentes do Comité Central.

“Aceitamos os resultados desse processo democrático porque pensamos que traduz a vontade da maioria dos membros do partido e do nosso povo trabalhador.

“As palavras e as intenções do partido não devem ser diferentes das suas acções. Aquilo que o partido correctamente delibera deve ser executado, primeiramente pelos seus membros, e isso custe o que custar. Só desta forma cresce o prestígio do partido junto das massas.

“A nossa influência no seio das massas trabalhadoras au-

menta quando as massas verificam que há uma coincidência entre o que afirmamos e o que praticamos. E quando não há coincidência entre as palavras e os actos surge a demagogia que nos leva ao descrédito.

“Temos agora muitas orientações do Congresso contidas nas suas teses e resoluções e o Comité Central eleito precisará do apoio de todos os membros do partido, de todos os quadros e trabalhadores honestos, para aplicar essas decisões à prática com eficiência e melhorar a nossa situação económica e social. Para cumprir isso será necessário que não contempimizemos com a sabotagem, a corrupção, a especulação, a irresponsabilidade, a intriga política e a confusão ideológica dos sectores reaccionários da pequena burguesia, que na rectaguarda tentam enfraquecer a acção do partido e a sua ligação indissolúvel com as massas.

“É também necessário aumentar a exigência e a responsabilização a todos os níveis. Aumentar sobretudo a vigilância, o controlo, para que as decisões sejam de facto cumpridas”. ●

intexang

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda - R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE AN
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial



Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos conferencistas

Ao serviço dos congressistas



Complexo da Samba

Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logitécnica, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação

Sara Ocidental

Impasse militar e êxitos políticos

A solução do conflito entre a Frente Polisario e Marrocos parece distante, mas os patriotas saraus alcançaram vitórias diplomáticas recentes que aumentaram o isolamento do rei Hassan II

O conflito do Sara Ocidental persiste e uma solução negociada para lhe pôr termo parece longe de ser encontrada. Muito embora as sucessivas resoluções aprovadas pelas instâncias internacionais (OUA, ONU, Não-Alinhados, etc.) exortem as duas partes em conflito — o Reino de Marrocos e a Frente Polisario — a negociar directamente com condição prévia para a realização posterior de um referendo de autodeterminação às populações do território daquela antiga colónia espanhola do nordeste africano, o certo é que as autoridades marroquinas se recusam a fazê-lo, evidenciando um distanciamento e uma intransigência de quem parece bem apoiado numa posição de força.

A verdade, porém, é algo diversa daquela que as autoridades de Rabat pretendem fazer crer (ver neste número matéria sobre Marrocos), sendo a sua argumentação e discurso até algo contraditórios.

Enquanto o rei Hassan II declarava, por exemplo, no passado dia 24 de Novembro, ao "Clube de Imprensa" da *Radio France Internacional* que Marrocos estava pronto a discutir "indirectamente" com a Polisario — mas nunca directamente —, entre outros aspectos sobre as modalidades de organização de um referendo, o seu ministro dos Ne-

gócios Estrangeiros, Abdellatif Filali, em declarações à imprensa à sua chegada de Nova Iorque, no passado dia 13 do mesmo mês de Novembro, onde o seu país sofrera mais um revés diplomático no seio da comissão de descolonização da Assembleia Geral da ONU, afirmaria que "o dossier está definitivamente encerrado no plano internacional" sublinhando a "inoportunidade de qualquer novo debate" sobre a questão do Sara e da participação de Marrocos, o que — segundo disse — apenas daria ocasião aos adversários do seu país de invocarem "argumentos sem qualquer justificação histórica ou jurídica."

Em boa verdade é do total isolamento diplomático de Marrocos no plano internacional que se trata. ...

Assembleia Geral da ONU: o último desaire marroquino

Efectivamente, as declarações do ministro Abdellatif Filali de que o seu país consideraria a partir de agora todas as discussões sobre o conflito na ONU "uma pura perda de tempo"¹ e de que Marrocos se mostrava disposto a boicotá-las futuramente, evidenciavam não só o amargo da derrota no seio da IV Comissão da ONU (12 de Novembro) como pressagiavam o desaire diplomático que o seu país sofreria quando a resolução viesse a ser discutida e aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, o que veio a acontecer no dia 2 de Dezembro. A resolução da ONU

¹ Curiosamente, três dias após estas declarações, o rei Hassan II retirava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Informação o pelouro da comunicação social atribuindo-o ao ministro do Interior e apontado como seu homem de total confiança, Driss Basri.

Carlos Gil



Aos êxitos alcançados no campo militar juntam-se agora importantes vitórias na área diplomática

(ver *cadernos* nº 84, Dezembro/1985) viria a ser aprovada com o voto favorável de 96 países, sete contra e 39 abstenções. Sendo os seis países que votaram ao lado de Marrocos: a República Centro Africana, a Guiné Equatorial, o Gabão, Guatemala, Filipinas e Zaire.

Os representantes de Marrocos nas Nações Unidas não só presenciaram a esmagadora votação da resolução que, retomando o preconizado na resolução 104 da XIX Cimeira da OUA, defendia as negociações prévias directas entre as duas partes em conflito, como viram recusada e sem aceitação a sua proposta de referendo para Janeiro de 1986 sem conversações com a Polisário.

Com esta proposta, apresentada pelo próprio primeiro-ministro marroquino diante da Assembleia Geral da ONU, o que pretendia de facto Hassan II? Avançar com mais uma manobra de diversão que levasse ao arrastamento da questão, manobras em que o monarca marroquino se tem, ao longo dos seus "vinte e cinco anos de carreira" — como ele próprio diz — mostrado exímio em utilizar.

Basta recordar a este propósito o que foi a actuação diplomática de Marrocos desde 1975 até à XX Cimeira da OUA, em 12 de Novembro de 1984, em que foi consagrada a admissão da RASD no seio da organização pan-africana, altura em que o Reino marroquino abandonou a organização: de cimeira em cimeira, de reunião em reunião um constante ganhar de tempo, tentando a todo o custo evitar — ou pelo menos adiar — o inevitável. Gerindo — se assim se pode dizer — o seu crescente isolamento político.

Marrocos: que estratégia?

Depois de mais esta derrota política e diplomática no plano

44 - terceiro mundo

internacional, que não deixará de produzir efeitos internos, que estratégia seguirá Marrocos no futuro próximo? Manter-se-á a intransigência pura e dura?

A mesma questão se coloca no que diz respeito à actuação futura da Frente Polisario, quer no campo político quer militar. Aqui, porém, as respostas parecem mais evidentes e as conclusões aprovadas durante o VI Congresso do movimento de Libertação sarauí, que se realizou entre 7 e 10 de Dezembro último nos campos de refugiados, no sul da Argélia, deixam antever isso mesmo: intensificação da guerra de libertação nacional, redobrado trabalho político e diplomático essencialmente virado para três frentes — Europa, países árabes moderados e Movimento dos Não-Alinhados.

No campo militar caiu-se no impasse. A construção dos "muros" de areia posta em prática por Hassan II a partir de Agosto de 1980 — a conselho de vários peritos e conselheiros militares estrangeiros — vieram, porém, proteger as Forças Armadas Reais (FAR) dos mortíferos ataques do Exército de Libertação Sarauí (ELPS)². As FAR não só passaram a controlar de novo importantes zonas do território que haviam abandonado na sequência dos ataques do ELPS — essencialmente no norte do território, a província de Saguia el Hamra — como levaram a que, progressivamente, os combates se desenrolassem cada vez mais longe das vilas e cidades ocupadas do Sara, onde a Polisario conta com fortíssimos apoios.

A par desta táctica militar, o rei vem fomentando a instalação em massa no território — sobretudo e essencialmente nas cidades de El Aioun, Smara e Dhakla — de famílias marroquinas vindas

na sua maioria do norte de Marrocos, o que as leva algumas vezes a conhecer uns rudimentos de espanhol. Trata-se de uma colonização interna acelerada, implementada através de regalias de carácter económico e social, através da qual se procura provocar uma miscigenação a curto prazo, factor importante a ter em linha de conta quando a palavra referendo começa a ser invocada com tanta regularidade...

Apenas um exemplo: El Aioun, a capital do Sara Ocidental, segundo o último censo realizado pelas autoridades coloniais espanholas teria, em 1974, cerca de 60.000 sarauis. Destes, muitos foram os que se juntaram à Frente Polisario e procuraram refúgio na vizinha Argélia. Hoje, é dado como certo que El Aioun tem uma população que já ultrapassou os 100.000 habitantes...

Uma guerra de desgaste

A estratégia dos muros, o corte do financiamento da Líbia, país com o qual Marrocos assinou em Agosto de 1984 "um tratado de união" e que até aí era apontado como o principal financiador do custo de guerra de libertação, a impossibilidade de utilizar meios militares mais sofisticados como os mísseis terra-terra — ou por não os possuir ou para não provocar os riscos de uma internacionalização do conflito — levam o ELPS a ter que utilizar a "guerra de desgaste": diariamente as FAR, ao longo dos muros, são alvo de ataques de artilharia pesada, em locais diferentes e a todas as horas do dia por forma a que os efectivos marroquinos tenham que estar em alerta constante. A par dos bombardeamentos dão-se de quando em vez ataques de tropas de comandos sarauis, mas os combates perderam a espectacularidade de 1979 a 1980.

A nível político e diplomático

² Os muros encontram-se já construídos. O 5º, o único que abrange já zonas do centro e sul do território, encontra-se em construção.

co, as vitórias e progressos registados pela luta de libertação do povo do Sara Ocidental têm sido porém espectaculares. Na OUA e depois de ver consagrada a sua admissão, em 12 de Novembro de 1984, a RASD viu-se elevada, por votação dos países membros da organização, a uma das suas vice-presidências, o que marca um êxito retumbante no continente africano. A última reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Não-Alinhados realizada recentemente em Luanda veio provar igualmente que também aí os progressos são evidentes, podendo vir a alcançar novos e importantes desenvolvimentos durante a próxima cimeira de chefes de Estado, marcada para Harare, capital do Zimbabwe. O reconhecimento da RASD por 63 Estados, o último dos quais a Índia, veio conferir ao jovem Estado sarauí uma presença marcante na cena internacional, o qual já ninguém poderá ignorar ou subestimar. Por outro lado, o diálogo mantido com certos governos conservadores árabes ou o empenhamento conseguido por parte de certos parlamentares europeus no sentido de sensibilizarem a opinião pública dos seus países e os seus governos vêm demonstrar que, não obstante os êxitos já alcançados, a luta de libertação sarauí poderá ainda no plano diplomático vir a conseguir novas e importantes vitórias num futuro breve.

Marrocos/Polisario: um diálogo impossível?

Bachir Mustapha Sayed, membro destacado do Comité Executivo da Frente Polisario resumia, ainda recentemente, a posição das duas partes:

“Para a Polisario a única base aceitável é o direito à independência da RASD dentro das fronteiras herdadas do colonialismo. Os marroquinos, por seu lado, partem de uma posição



O tempo corre a favor da Polisario

contrária: a única base de discussão que nos querem impor é a aceitação de um facto consumado que é a ocupação militar. . .”

Até que ponto será possível encontrar uma plataforma de diálogo que permita ultrapassar este fosso que separa as duas posições?

Entre uma e outra posição surge de quando em vez uma terceira via que é bom ter presente, embora ela seja claramente inaceitável para a Frente Polisario, e poria em questão até o princípio base da OUA que é o do respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo. Chamemos-lhe “plano francês”, criado no tempo de Giscard d’Estaing mas que conta com adeptos entre os conselheiros do actual presidente Mitterrand: um “mini Estado” Sarauí, territorialmente situado no sul da antiga colónia espanhola e de preferência “federado” à Mauritânia.

Ambas as partes têm consciência que no campo militar ne-

nhuma delas consegue derrotar a outra. Embora o desgaste e o tempo corram a favor da Polisario que, como afirmam os seus mais destacados dirigentes, “não tem que resolver crises económicas e sociais no interior das suas fronteiras. . .”

Parece inegável que só um referendo de autodeterminação, resultante de negociações directas entre os beligerantes, seria capaz de trazer uma solução política para o conflito que há já mais de onze anos devasta aquela região do noroeste de África. Princípio simples na sua concepção mas de difícil implementação, dada a diversidade de reais intenções das duas partes.

Para que o referendo fosse “correcto, regular e isento de quaisquer constrangimentos militares ou administrativos”, as negociações entre as duas partes deveriam acordar: no número e composição das forças de manutenção da paz; na constituição de uma administração que supervisionaria o período de transição e a realização e apuramento do referendo; e em terceiro lugar — e talvez um dos mais delicados pontos — na população que poderia integrar os cadernos eleitorais, em que nem os efectivos das FAR nem as famílias marroquinas trazidas para o Sara depois de 1975 poderiam, obviamente, fazer parte.

O quadro de fundo em que necessariamente o diálogo terá que se dar será o delimitado por estas grandes questões. E nem sequer se poderá dizer que esse frente-a-frente seja inédito: representantes do rei Hassan II e dirigentes da Frente Polisario já se encontraram à mesma mesa, pelo menos que se conheça em Bamako, no Mali (1981), em Argel (1983) e em Lisboa em Janeiro de 1985.

A pergunta que fica e que não encontra resposta (ainda) continua a ser: negociará Hassan II ou persistirá na intransigência? (Baptista da Silva)

Marrocos

Um país na encruzilhada

O agravamento da crise económica e o impasse na guerra do Sara estão a minar a base de sustentação do regime monárquico do rei Hassan II

Enquanto os ecos da recente visita à França do rei Hassan II de Marrocos, nos passados dias 27 e 28 de Novembro, começam a fazer ouvir-se, uma questão fundamental parece suscitar cada vez mais o interesse dos analistas: que futuro para Marrocos e, principalmente, que possibilidades de sobrevivência política para o actual regime monárquico?

Em que ponto se encontra Marrocos a nível político, económico e social? Que implicações fez surgir, na sociedade marroquina, este interminável conflito sarauí no qual o regime de Hassan II é parte interessada?

Politicamente, e isto depois dos anos 70, o regime marroquino continua a manifestar-se com a mesma ambiguidade de formas e conteúdos que anteriormente: ou seja, através de uma estrutura oficial e formal muito liberal e democrática e de uma estrutura oficiosa e efectiva extremamente hierarquizada e feudal. Oficialmente são o parlamento, os numerosos partidos políticos, os sindicatos que, apesar de limitados num jogo político exclusivo às elites, decidem, de facto, o futuro político, económico e social do país e são responsáveis pelo quadro administrativo da nação. O rei e a instituição

monárquica são, fundamentalmente, os garantes directos e indirectos da escolha popular.

Oficiosa e efectivamente é, pelo contrário, o rei, quem se encontra no centro do sistema político marroquino e que, através de um certo número de pessoas de confiança, como é o caso do seu tio, o general Moulay Hafid, Ahmed Reda Guedira (ex-primeiro-ministro), David Amar (antigo presidente da comunidade israelita de Casablanca e actual presidente do complexo *Omnium Nord-Africain*, a empresa privada do rei), Karim Lamrani (o actual primeiro-ministro), M'Hamed Bahanini (a "memória viva" do rei), Driss Basri (ministro do Interior), Moulay Ahmed Alaoui (ministro de Estado, director dos principais jornais marroquinos de língua francesa, *Maroc-Soir* e *Le Matin du Sahara*, e primo do rei), etc., centraliza as informações e decide sobre os assuntos do país. O parlamento, os partidos políticos, os sindicatos, o exército, a administração jogam um papel completamente marginal e insignificante.

A crise económica e social

Economicamente, depois da euforia dos anos de 1974-75, consequência da quadruplicação do preço dos fosfatos, o país entrou em recessão. Marrocos, apesar de possuir a mais forte agricultura do Magrebe, encontra-se endividado até ao "pescoço" (uma dívida externa de mais de 13.000 milhões de dólares, com um juro na ordem dos 2.000 milhões de dólares por ano) e tem que importar mais de 50 milhões de quintais de cereais por ano, para alimentar uma população de cerca de 24 milhões de habitantes, cidadãos na sua maioria (55%). Em consequência de uma política de estabilização forçada



Apesar da mobilização militar e económica o impasse no Sara continua



O controverso acordo assinado pelo líder líbio Muammar Kadhafi e pelo rei Hassan II, em Agosto de 1984, é hoje quase letra morta. As divergências entre a Líbia e Marrocos continuam e o sonho de Hassan de ver a Frente Polisario sem ajuda externa fracassou

empreendida pelo governo depois de 1978, o défice orçamental continua a oscilar entre 13 e 15%, provocando a absorção de mais de 45% das receitas de exportação. Uma situação, no fundo, que coloca Marrocos no décimo-quinto lugar dos países mais endividados do planeta e entre os mais frágeis do ponto de vista do desenvolvimento: 2,1% de crescimento negativo previstos para este ano.

Socialmente, é evidente que o país se ressentia directamente dos efeitos da crise económica. A pequena e média burguesia paga, actualmente, os males de uma década de aventureira política financeira do regime, bem como o custo da guerra do Sara. Aumento do desemprego (fala-se em mais de 8% da população activa), baixa do poder de compra com um rendimento *per capita* de 600 dólares por ano e uma taxa de inflação de 16,2%, são o resultado imediato desta política. Mas isto não é tudo. A emigração para a Europa encontra-se bloqueada, a maioria dos produtos industriais deste país (tendo em conta os custos de produção demasiado elevados) estão condenados a desaparecer e o sector público, (mais de 500.000 pessoas) estando com-

pletamente saturado, não deixa ver como poderão as novas gerações (entre 50.000 a 60.000 pré-universitários por ano) atingir as suas ambições.

Foi nesta situação interna sem precedentes que o actual primeiro-ministro, Karim Lamrani, pensou, no passado dia 23 de Outubro, ao ler perante as Nações Unidas a mensagem real decretando um cessar-fogo unilateral no Sara Ocidental e ao propor a ideia de um referendo para este território ex-espanhol. E isto, apesar da construção de quatro "muros" (muralhas de areia e rocha de três metros de altura, com uma extensão total de cerca de 1.400 metros, que vão de Djebel ao sul de Boujdour sobre a costa atlântica, que são protegidas por minas, radares, arame farpado e defendidas pelas melhores divisões do exército marroquino) em cinco, previstos nesta zona, e da assinatura do tratado árabo-africano, a 13 de Agosto de 1984, em Oujda, entre o reino e a Jamahiriya do coronel Kadhafi até a essa altura o principal fornecedor de armas e financiador da Frente Polisario.

Externamente, apesar da neutralização da Líbia e de todos os "cálculos" respectivos do rei de Marrocos, a guerra do Sara conti-

nua e está longe de atingir o seu fim.

O desgaste da guerra

Entre 1977 e 1984, ela custou mais de 40.000 milhões de dólares e continua, actualmente, a arrasar a economia deste país. O que torna o presente regime político precário e sem qualquer tipo de possibilidade de sobrevivência. Além disso, o regime encontra-se já demasiado abalado pela vintena de movimentos islamitas e pelas teses políticas de Abdessalem Yacine, Abdelaziz Maamani e Mohamed Motti'A, principais chefes da revolução islamita em Marrocos.

E, finalmente, existe ainda o exército. Um exército cada vez mais desencantado pela atitude do trono e pela frustração de que é vítima desde 1971. Os jovens oficiais estão longe de ter esquecido a morte do general Dlimi — chefe prestigiado da guerra do Sara, adorado pela tropa — e a forma como desapareceu. Os jogos palacianos perante esta guerra escapam e, muito provavelmente, não esperam senão o "momento ideal" para se instituírem como "mestres" da situação e destronar o "patrão". (Alberto B. Mariantoni) ●

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO

*Quem faz da imagem e dos sons
um instrumento para a promoção
do desenvolvimento, da educação,
do progresso, da paz, da Justiça,
e do bem estar social, sabe
que carinho é fundamental
para se atingir qualidade
beleza e eficiência.*



KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA.
TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia
e trabalhos de produção

Av. Patrice Lumumba, n.º 577 — Maputo — Moçambique
Tel. 28615-22413 — Cx. Postal 4645

A guerra no Cabo

Um jornalista branco sul-africano relata como é a vida na Cidade do Cabo, uma região onde a guerra civil já é uma realidade quotidiana. Eis o seu relato:

Trabalhei durante dois anos como repórter na guerra da Namíbia e, durante todo esse tempo, considerava-me um correspondente de guerra. Mas depois que regresssei à Cidade do Cabo é que me apercebi como o meu trabalho anterior não passou de uma brincadeira. Na Namíbia é completamente diferente... é um caso claro de uma guerrilha nativa em luta contra um exército estrangeiro de ocupação. Nem o recrutamento à força e em massa de namibianos conseguiu esconder o facto de que o conflito, na verdade, não é mais do que a última guerra importante contra um poder colonial em África.

Na Cidade do Cabo, actualmente, já não se pode falar em protestos. A guerra civil já é, de facto, uma realidade. É impossível descrever o que acontece diariamente nos bairros negros e resumir todos os acontecimentos de acordo com as exigências diárias dos jornais. As estatísticas de mortos, presos e feridos crescem de tal forma todos os dias que as primeiras páginas dos jornais são apenas suficientes para um resumo sumário que não consegue reflectir a realidade global.

Na Namíbia, nós, jornalistas, trabalhávamos com depoimentos proferidos em tribunais, testemunhas, rumores e boatos, tentando montar a partir deles um relato coerente e o mais verídico possível da guerra. No Cabo, a

guerra acontece perante os nossos olhos. Não há necessidade de depoimentos, testemunhas ou boatos, para se chegar à verdade. O problema já não é a escassez de informações, mas a falta de repórteres para cobrir, no local, o desenrolar das batalhas.

A guerra já faz parte da vida diária dos subúrbios brancos, que já não estão a salvo da revolta negra. Os jornais recebem a todo o momento telefonemas de brancos perguntando se, no momento, a estrada N2 para o aeroporto é considerada segura. Nós apenas podemos responder que "o risco corre por conta de cada um", porque os apedrejamentos e o lançamento de

cocktails molotov acontecem a qualquer hora do dia ou da noite. Hoje em dia, nenhuma rua importante pode ser considerada segura para carros particulares ou veículos comerciais, se eles passarem perto de algum bairro negro. Nem o Eastern Boulevard, que circunda as encostas do Monte Table, é considerado seguro à noite, porque pedras e garrafas com gasolina são frequentemente arremessadas sobre os carros.

Das palavras aos actos

Na estrada N2, os motoristas afirmam que pedras são deixadas penduradas nas pontes para estilhaçarem os vidros dos carros. O mesmo acontece nas ruas da área de Bo-Kaap e até no centro da Cidade do Cabo. Em apenas dois meses, o Cabo deixou de ser considerado pela esquerda liberal como uma cidade "onde se discute muito e se faz pouco", para se transformar no centro da resistência negra contra o *apartheid*.



Nem os brancos escapam da polícia nas manifestações na cidade do Cabo

Athlone, um subúrbio da elite da classe média, tornou-se um símbolo de resistência. Em 4 de Setembro, os estudantes começaram por queimar pneus velhos, depois de erguerem barricadas. A polícia, em resposta, lançou granadas de gás lacrimogéneo. Os manifestantes fugiram, reagrupando-se, em seguida, numa barricada ainda maior e igualmente em chamas. A acção policial tornou-se mais brutal e tiros começaram a ser disparados contra qualquer coisa que se movesse. As mães gritavam para que os seus filhos saíssem das ruas. Isto aconteceu no primeiro dia.

No segundo, os moradores recolhiam pneus velhos e preparavam *cocktails molotov* que depois eram passados aos manifestantes. As mulheres gritavam, iradas, palavrões quando a polícia voltou a Athlone. Hoje essa zona é uma frente permanente de combates de rua, na batalha do Cabo. A polícia só entra na área em grandes contingentes que ocupam totalmente as ruas. Cada quarteirão, cada escola tem os seus "esquadrões de acção", que coordenam as investidas contra a polícia, ajudando a preparar bombas incendiárias e a recolher material para a construção de barricadas.

Sempre que a polícia chega, as ruas ficam, subitamente, repletas de carros particulares que se movimentam sem rumo e lentamente congestionando completamente o tráfego, de maneira a retardar ao máximo o avanço dos blindados do exército e das forças de segurança. A polícia agora aparece em contingentes maciços que logo provocam uma batalha campal. Sempre que alguém é ferido, imediatamente chega um carro particular que recolhe a vítima e a leva a um médico simpatizante dos estudantes e manifestantes. Quando se está no meio de um conflito é muito comum ouvir alguém chegar e dizer que um



A solidariedade entre os negros é total

"camarada" ofereceu o seu carro para ser usado como barricada.

A organização popular

No subúrbio de Guguletu, também no Cabo, cada casa foi transformada num centro de comando. Sempre que a batalha recomeça, uma ambulância começa a circular pelas ruas à procura de feridos, que são transportados de uma maneira incrivelmente organizada para clínicas consideradas seguras, onde médicos providenciam atendimento imediato mesmo sob a ameaça de perderem os empregos. Uma sofisticada rede de contactos foi estabelecida para evacuar pessoas procuradas pela polícia, ou retirar da zona de combate jornalistas que cobrem a luta.

Na área de Mitchell's Plain, garotos com binóculos passam os dias nos tectos das casas para detectar a aproximação dos blindados da polícia, popularmente conhecidos como *Casspirs* e *Hippos*. Em Mitchell's Plain são as crianças que dão todas as informações aos jornalistas dizendo quem foi ferido, morto ou preso. São também elas que

anunciam onde será a próxima manifestação ou protesto. Frequentemente durante estes *briefings* informais com crianças de idade não superior a sete ou oito anos, os nossos "informadores" pedem subitamente desculpa para interromper a conversa e arremessar pedras sobre algum veículo comercial já identificado como suspeito de transportar polícias à paisana. Terminada a chuva de pedras, as crianças voltam ao grupo pedindo uma vez mais desculpas e reiniciam a conversa. Não há qualquer exagero em dizer que a região do Cabo se tornou numa frente de guerra, por uma população que se passou a considerar parte activa de um movimento guerrilheiro em luta contra o governo. É comum ouvir dizer que "o Cabo vai libertar a África do Sul".

Crianças que não chegaram ainda à puberdade dizem sem o menor temor: "eu gostaria de ter uma granada" e alguns adolescentes revelam que aquilo que mais querem na vida é ter uma metralhadora *AK-47* e algumas munições para "dar uma lição aos *boers*". O nível de preparação política pode não ser elevado, mas os senhores Botha, Malan e La Grange¹ podem estar certos de que a maior parte das palavras-de-ordem gritadas nas ruas do Cabo são as mesmas do Congresso Nacional Africano (ANC), do Partido Comunista Sul-Africano e da Frente Democrática Unida.

Trabalhar como jornalista nas ruas do Cabo é uma actividade de alto risco. Talvez eu não devesse dizer isto, mas a verdade é que muitos profissionais da imprensa respiraram aliviados quando o governo proibiu o acesso de jornalistas às zonas de guerra. Uma estranha relação foi estabelecida entre a população e os jornalistas. A qualquer momento e

¹ Respectivamente, presidente executivo, comandante do exército e ministro da Lei e da Ordem.

em qualquer lugar pode chegar um popular pedindo para ver a nossa identificação. Quando o documento é apresentado, surgem perguntas bastante embaraçosas, tais como: "porque é que vocês dizem nos jornais que a polícia alegou ter disparado depois de ser apedrejada, quando aconteceu o contrário?"

Mas não são as ameaças dos populares o que mais assusta os repórteres. São as cenas dos *Casspirs* descendo em alta velocidade pelas avenidas, com soldados disparando em todas as direcções, que provocam pesadelos e terror, mesmo à luz do dia. Por causa do fácil acesso aos bairros negros do Cabo, a guerra tem sido coberta, basicamente, com informações fornecidas pela população. Os repórteres e fotógrafos não viajam em veículos da polícia, porque eles seriam facilmente identificados como simpatizantes das forças de segurança, e de imediato hostilizados. A vingança pode ser inesperada e terrível.

O governo perdeu o controlo

Mesmo os repórteres simpatizantes do governo branco acreditam que as forças de segurança perderam o controlo sobre os bairros negros do Cabo. Vivemos aqui como se fossemos protagonistas de séries policiais norte-americanas. Os repórteres deslocam-se às áreas de batalha uma vez por outra, para sentirem a sensação real da guerra. A população, no entanto, vive esta mesma situação dia após dia, hora após hora. Viver num clima como este, onde a violência é gerada pelo governo, cria por seu lado uma contra-violência, ódio e amargura, sentimentos que levaram décadas até serem apagados.

Os activistas políticos já não dormem em casa, as crianças já não brincam nas ruas e os jornalistas raramente se aventuram para além dos limites dos bairros brancos. Os meus contactos nas



Os funerais de manifestantes negros tornaram-se uma forma de protesto

áreas mais agitadas desapareceram, sendo impossível encontrá-los, pois estão presos ou na clandestinidade. Eles não são revolucionários, mas simples liberais, muitos deles um pouco à esquerda do Partido Federal Progressista² ou então membros de organizações religiosas, movimentos de direitos civis ou de grupos contrários ao recrutamento militar obrigatório.

Todo o peso do aparelho policial tem sido usado para tentar destruir sistematicamente as organizações de massas que se tornaram poderosas e extremamente influentes, as quais recebem um apoio praticamente total das populações negra e mestiça, desde a implantação do parlamento tricameral³, no ano passado. Os blindados da polícia circulam

constantemente pelas ruas da periferia dos bairros negros prendendo qualquer pessoa que remotamente lhes pareça suspeita ou possa hipoteticamente estar ligada a organizações de massas contrárias ao racismo. Uma vez fui preso; na esquadra da polícia encontraram na minha pasta um panfleto que havia sido distribuído nas ruas pela Frente Democrática Unida (UDF). Um sargento à paisana disse-me em tom de ameaça que de acordo com o "estado de emergência qualquer coisa que constituísse uma crítica ao governo estava automaticamente proibida". Controlei o riso, mas logo em seguida apercebi-me de que a situação era mais séria do que imaginava. Quando o governo proibiu o trabalho da imprensa nas áreas de conflito, a polícia passou a interpretar a lei de acordo com a sua vontade. O longo reinado de terror na África do Sul tinha apenas começado. (Tony Weaver, repórter do jornal "Cape Times" num artigo publicado no "Weekly Mail", da África do Sul). ●

² Partido branco, legal, representado no parlamento e que faz oposição moderada ao *apartheid*, mas que é contra um governo de maioria negra.

³ O parlamento tricameral prevê câmaras separadas para os brancos, mulatos e indianos e foi rejeitado pelos negros que continuam sem direito de voto.

Moçambique

ONU faz apelo a favor de Moçambique

Um estudo das Nações Unidas, revelado há pouco, faz um dramático apelo à comunidade internacional para ajudar as vítimas da guerra e da seca

A pesar do estilo moderado, o relatório redigido por técnicos das Nações Unidas sobre a situação de carência existente em Moçambique transformou-se num veemente apelo à solidariedade internacional. Indo muito além dos danos debitados às calamidades naturais — o país suporta as consequências da pior seca já verificada nos últimos 50 anos — o documento divulgado em Genebra constitui, também, um convincente libelo acusatório do papel desestabilizador desempenhado pela África do Sul contra o governo de Maputo.

Elaborado por especialistas que visitaram a região nos últimos seis meses do ano, o texto permite verificar que, como pano de fundo do conflito armado, a outra frente de combate é igualmente dura e implacável. Nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete, 2.146.300 pessoas sofrem as suas consequências.

No que se refere à seca, exceptuando-se algumas áreas de Gaza, nas demais regiões a estiagem que se prolongou por três anos empobreceu o solo. Para se ter uma ideia de parte do pro-

blema criado para os agricultores, basta dizer que no auge da seca começou a verificar-se a salinização de terras distantes alguns quilómetros da costa. Através do leito dos rios, então quase extintos, a água do mar penetrava terra adentro, inutilizando desta forma antigas zonas férteis.

Por outro lado, os ataques sistemáticos contra alvos económicos e sociais, por parte da RENAMO, uma extensão das forças armadas sul-africanas, tiveram "um largo efeito desestabilizador ao longo de todo o país". Como a população mais atingida é a rural, a produção e escoamento de alimentos sofreram uma redução drástica. Para fazer frente à situação de penúria, até Abril de 1986, altura em que se esperam colheitas consideradas regulares, Moçambique necessita de 445.780 toneladas métricas de cereais. O total de importações, doações e produção interna chega apenas a 282.565 toneladas, ficando um défice de 162.215 toneladas.

No tocante ao apoio no sector da saúde, o programa de assistência a vítimas de subnutrição e aos centros médicos, proposto no relatório, perfaz um total de 1.735.000 dólares. Nesta cifra está contemplada a distribuição de roupas para adultos e crianças. Uma constatação chocante feita por aqueles que tiveram a oportunidade de percorrer os centros de atendimento é a extrema nudez a que se chegou em algumas áreas. É possível encontrar pessoas cobertas apenas por trapos, sacos ou mesmo cascas de árvores. De acordo com outras informações, o quadro de penúria é de tal ordem que sucede às vezes uma família ter para se vestir apenas uma *capulana* — vestimenta tradicional que consis-



Peter Williams

Dois milhões de moçambicanos sofrem os efeitos da seca e do banditismo



Peter Williams

Organizações religiosas da Europa têm dado ajuda material aos camponeses mais atingidos pela falta de chuvas

te num corte de pano colorido, de dois metros de comprimento, que se usa atado à cintura. Quando o marido necessita sair, a mulher fica dentro de casa porque não tem com que se vestir.

Ainda em meados de 1985, a FAO tinha advertido para a urgência de uma acção coordenada a nível internacional com o fim de salvar os flagelados pela seca no continente africano. Durante uma conferência de imprensa realizada em Nairobi, capital do Quênia, o Sudão, a Etiópia, Níger, Chade e Moçambique foram apontados como regiões atravessando uma etapa crítica. As necessidades globais em alimentos foram calculadas na altura em 7 milhões de toneladas. O mais recente relatório das Nações Unidas sobre a assistência destinada apenas ao último país, estipula em 37 milhões de dólares o valor do programa de emergência a ser aplicado.

Ataques contra a Cruz Vermelha

Os trabalhos da Cruz Vermelha de Moçambique em Manja-

caze, província de Gaza, tiveram início em 1983, quando a população da área se viu confrontada com a seca e os bandidos armados. O grande número de pessoas que para aí acorriam em consequência dos combates verificados em Inhambane, província limítrofe, e a situação extremamente difícil em que se encontravam as crianças, levaram a que a área fosse definida como prioritária.

Para evitar a proliferação desnecessária de centros infantis, foram organizados cursos para a formação de nutricionistas. Uma vez concluída a sua preparação básica, eles eram enviados para as aldeias comunais, onde seguiam os planos de assistência traçados. Desta forma, a própria população de uma região via-se envolvida na tarefa de prestar ajuda aos menores carentes de atenção.

No relatório divulgado em 1985, as Nações Unidas denunciavam os problemas criados pelo governo de Pretória na África Austral e que impediam o desenvolvimento efectivo de

projectos de apoio a áreas afectadas por calamidades naturais. O clima de instabilidade surgido com as agressões contra os países vizinhos tem inibido uma assistência mais adequada aos flagelados por intensas secas ou cheias catastróficas. Esta situação foi confirmada por Isaias Funzame, presidente da Cruz Vermelha de Moçambique, ao falar sobre os danos causados pela RENAMO, particularmente nos dois últimos anos.

Infiltrados através da fronteira que separa a África do Sul e Moçambique, região onde se encontram localizadas as províncias de Gaza e Maputo, os bandidos armados, à semelhança do que ocorreu em Maio último na zona da linha férrea que une a capital do país com Chicualacuala, atacam e pilham os camiões da Cruz Vermelha. Deve-se ressaltar que os veículos que transportam medicamentos, alimentos e roupas, trazem impressos, de forma bem visível, o emblema da organização humanitária e são conduzidos por civis. Não há, pois, como justificar os ataques

contra estas viaturas. As operações desencadeadas a partir de Krugerpark, território sul-africano, obrigaram a que fossem suspensos os trabalhos de apoio aos cidadãos de Moçambique que vinham sendo expulsos do belicoso vizinho. Na Moamba, um dos distritos de Maputo, as acções de distribuição de ajuda tiveram que ser drasticamente reduzidas por causa dos actos de terrorismo praticados pelo *matsangaissa*.

Em Manica, os esforços da Cruz Vermelha concentraram-se no atendimento de populações inteiras deslocadas dos seus locais de origem. Crianças órfãs, numerosos grupos de pessoas que conseguiram fugir dos acampamentos da RENAMO acorriam aos postos de socorro montados em Machaze, distrito situado ao sul da província. Com a chegada das chuvas, foram distribuídos instrumentos agrícolas e sementes. Um novo contratempo, porém, irá prejudicar as colheitas: as plantações são invadidas pelos elefantes.

Do ponto de vista físico e psicológico, Isais Funzame descreve os refugiados das áreas de operações da RENAMO como se encontrando numa situação lamentável. "Os bandidos armados, diz ele, somente abandonam uma região quando a população nada mais tem para ser roubado". Em consequência do estado de subnutrição em que se encontram, até mesmo os adultos têm que se submeter nos primeiros dias a uma dieta especial. Sumariamente vestidos, fisicamente afectados e aterrorizados, são contingentes humanos exigindo um trabalho dedicado de recuperação.

O apoio recebido para socorrer as vítimas das calamidades naturais e dos bandidos armados é diversificado. Ele vem de países como a União Soviética, Alemanha Democrática, Hungria e alguns outros da Europa Ocidental, como também de instituições religiosas internacionais.

Em Moçambique, o Conselho Islâmico e a comunidade muçulmana vieram juntar-se a outros organismos na oferta de donativos em dinheiro.

A ajuda prestada por estes crentes tem um relevante significado político. Oriundos na sua maior parte do Paquistão e da Índia, de onde trouxeram a religião e a prática do comércio, tornaram-se elemento de peso na economia da África Oriental. Logo após a independência de Moçambique, em 1975, depois de um curto compasso de espera, a comunidade constituída pelos israelitas, que é liderada pela família Aga Khan, retirou-se em massa do país. Sempre olhando com reservas os rumos que os acontecimentos tomavam, somente dez anos depois é que os muçulmanos se organizaram e decidiram cooperar, como grupo, com as autoridades moçambicanas.

Cristãos com o governo

Em 1982, em consequência de um apelo lançado pelo governo, que na altura coordenava esforços para combater os efeitos da terrível seca, uma das organizações que responderam afirmativamente foi o Conselho Cristão de Moçambique. Entre as igrejas a ele filiadas encontram-se a Anglicana, Metodista Unida, Presbiteriana, Congregacional e a Baptista. A Igreja Católica e algumas outras confissões religiosas não se incluem neste número.

Graças aos contactos internacionais — por exemplo, Serviço Mundial de Igrejas, Conselho Mundial de Igrejas e Comité Central Menonita — foi possível contar, em 1983, com fundos equivalentes a 2 milhões e 250 mil dólares. Nos anos seguintes, as ofertas alcançaram os 4 milhões, sendo que em 1985 o montante previsto era de 6 milhões. Mas os donativos não vieram apenas de fora. Eles chegaram inclusive de regiões tam-

bém afectadas pela seca. Era a solidariedade transpondo as barreiras mais difíceis.

De acordo com Wilson Silva, funcionário do Departamento de Projectos do CCM, as doações em moeda e produtos são investidas em planos visando cobrir necessidades em três níveis: emergência, reabilitação e desenvolvimento. No primeiro encontram-se aqueles trabalhos relacionados directamente com a alimentação, vestuário e assistência médica, na fase mais aguda da crise. O segundo diz respeito à organização dos flagelados para que possam produzir e alcançar a auto-suficiência. E, finalmente, o terceiro refere-se à assistência material e técnica a grupos já mais estabilizados.

Em diferentes etapas, estes projectos podem ser encontrados nas províncias de Gaza, Sofala e Inhambane. Nesta última, 32.500 famílias constam dos projectos do CCM. Vítimas da seca, elas recebem milho, óleo, feijão e leite como parte de uma ajuda de emergência. A área da operação desencadeada em 1985 abrange Jangamo, Cumbana, Mupecua e os arredores da própria capital, locais de afluência de uma população sem haveres de qualquer espécie.

A distribuição dos produtos destinados às zonas afectadas faz-se através do Gabinete de Prevenção de Combate às Calamidades Naturais. Nas províncias, o plano de assistência é coordenado por funcionários desta instituição governamental e do Conselho Cristão de Moçambique. Conforme observou Wilson Silva, até 1982 o trabalho realizado pelas diferentes confissões cristãs restringia-se ao plano espiritual. Hoje, ele abrange também o material. Em ambos os casos existem linhas mestras a serem seguidas e a sua observância afasta a possibilidade de restrições à actualização religiosa no país. (Etevaldo Hipólito)

Dólares para aumentar a fome e o armamento

Os camponeses morrem à míngua mas a força aérea hondurenha é a mais sofisticada da América Central. A comparação entre o orçamento social e os gastos militares apresenta um contraste dramático

Em meados de Agosto de 1985, 300 médicos apoiados pelo pessoal auxiliar paralisaram por 48 horas os principais centros hospitalares de Tegucigalpa, San Pedro Sula e La Ceiba, as três principais cidades do país, reivindicando mais equipamento e o fim da corrida armamentista. O movimento contou com o apoio dos estudantes e professores da Faculdade de Medicina, da Ordem dos Médicos e do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde.

Estes profissionais denunciaram que nos hospitais do Estado não há remédios, roupa, seringas nem equipamento sanitário. Os centros de saúde chegam a atender os pacientes apenas com o recurso à água fervida e ao sabão no caso de ferimentos, aspirinas comuns no tratamento de dores e sem qualquer medicamento especializado, mesmo quando se trata de doenças que requerem tratamento especial.

O aumento do orçamento destinado à Saúde em 1984/85 foi de 1,9%, em comparação com os 39% destinados à Defesa.

Os médicos afirmaram através de um comunicado que "se o país tem dinheiro para comprar armas destinadas a uma suposta

defesa territorial, também pode tê-lo para manter o povo saudável, pois é ele quem empunhará as armas". O documento acrescentava: "o nosso povo, doente, nem precisa ser atacado. Basta esperar mais um pouco para que morra e vá a enterrar."

As Honduras contam um médico para cada 2.600 habitantes, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece um mínimo de um médico para cada mil cidadãos. Segundo estes

dados, um milhão e duzentos mil hondurenhos não contam com qualquer tipo de assistência médica. No entanto, existem cerca de 500 profissionais do sector sem emprego.

Camponeses e soldados: diferentes dietas

No segundo país em extensão geográfica da América Central, 72% da população passa fome. Desse total, um milhão cento e setenta e seis mil pessoas — o que equivale a 42% dos habitantes — consomem por dia apenas uma sexta parte das calorias, proteínas e gorduras que o corpo humano exige em condições normais.

Enquanto isso, nas bases militares norte-americanas nas Honduras, os soldados dos Estados Unidos e os seus camaradas hondurenhos em visita contam com enormes frigoríficos que armazenam todo o tipo de alimentos, desde carne e verduras até chocolate e doces, e possuem uma rede de fornecimento dos mais variados sumos de frutas tropicais.



O orçamento para a saúde aumentou 1,9% e o da defesa 39%



Presidente Roberto Suazo Córdova (foto): "os interesses dos Estados Unidos têm sido protegidos por um preço muito baixo"

Por outro lado, o campesinato das Honduras constitui 70% da população, sendo o seu rendimento *per capita* de 27 dólares. O rendimento dos 30% restantes — onde se incluem os membros das forças armadas — é de 417 dólares.

Mortalidade infantil e armamentismo

"Cinquenta crianças morrem diariamente nas Honduras devido a diversas doenças ou por má alimentação", afirmou em Novembro de 1984 James P. Grant,

secretário do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Realidade que se mantém até hoje. Perante o olhar dos famintos, vítimas da mais grave crise económica do país dos últimos 50 anos, desfila o mais sofisticado armamento de fabricação norte-americana, britânica e israelita.

Com uma esperança de vida de apenas 57 anos, as Honduras ocupam, contudo, o primeiro lugar na América Central e o quarto entre os países da bacia das Caraíbas em importação de armas (dados referentes aos anos de 1975 a 1979) segundo o anuário de 1980 do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI).

Em 1980, durante o governo Carter, a ajuda económica e militar dos Estados Unidos às Honduras foi de apenas três milhões

AZCONA: "NÃO PERMITIREI ACÇÕES DE ANTI-SANDINISTAS"

José Azcona, eleito presidente das Honduras em Novembro último, afirmou que a presença de grupos armados anti-sandinistas no seu país viola a Constituição e as leis nacionais.

"Como presidente das Honduras — afirmou — vou percorrer todo o país e ordenar uma investigação sobre este delicado problema. Mas, asseguro que a lei será aplicada e eles (os "contras") terão que levar a luta para o seu país."

O tema da presença maciça de contra-revolucionários — na sua maioria ex-guardas somozistas — foi um dos mais polémicos da campanha eleitoral, só perdendo para o da crescente influência militar dos Estados Unidos no país.

Para José Azcona, a presença militar norte-americana nas Honduras "foi bastante limitada este ano (1985)". Desde a posse do governo Suazo Córdova, que os Estados Unidos aumentaram os seus efectivos militares em território hondurenho, distribuindo cerca de mil soldados por diversos pontos do país.

Há mais de três anos, que as Honduras e os Estados Unidos realizam manobras conjuntas praticamen-

te ininterruptas, a maioria delas perto da fronteira com a Nicarágua. O governo sandinista acusa as Honduras de permitir a utilização do seu território para treino dos "contras".

Por sua vez, o embaixador norte-americano nas Honduras declarou que os Estados Unidos darão o seu apoio ao novo governo de Tegucigalpa, "devido à sua origem democrática". John Arthur Perch assegurou que Washington trabalhará tão estreitamente com o novo governo como o fez com a administração do presidente Suazo Córdova.

José Azcona vai herdar um país com uma dívida externa de cerca de 2.500 milhões de dólares; um défice fiscal superior a 400 milhões de dólares; um índice de desemprego de 25%; e uma queda dos preços dos produtos de exportação, como o café, banana e madeira.

Azcona foi eleito com menos votos do que o seu principal adversário, Rafael Callejas, do Partido Nacional; porém, o seu partido, o Liberal, foi o mais votado no cômputo geral. A Constituição das Honduras estabelece que deve ser proclamado presidente o candidato mais votado individualmente, mas este critério foi modificado pouco antes das eleições, o que permitiu a vitória de Azcona. O Partido Nacional tentou, sem o conseguir, impugnar os resultados.



A força aérea das Honduras é a maior da América Central. Entretanto, a sua população passa fome, morre de doenças curáveis e o índice de analfabetismo é elevado



de dólares. Em 1982, com Ronald Reagan no poder, o montante da ajuda chegou a 66 milhões de dólares. No período 1984-85 esta cifra aumentou para 140 milhões.

Montante que talvez fosse suficiente para erradicar a mortalidade infantil que é de 117 crianças em mil (a Organização Mundial de Saúde estabelece que ela não deve ser superior a 30 em mil natos-vivos). Esta realidade adquire proporções mais graves se se levar em conta que as principais causas da mortalidade infantil são doenças curáveis: desnutrição, sarampo, anemia, malária e tuberculose.

Existe outro exemplo dramático: em 1984 houve 57 casos de crianças hondurenhas atingidas pela poliomielite. Esta doença foi totalmente erradicada há onze anos da Costa Rica e há quatro da Nicarágua.

Outro dado: com uma taxa de analfabetismo de 60%, o orçamento para a Educação Pública teve um aumento de apenas 3,3%. Nas Honduras — tal como na Costa Rica — existem “mais

quartéis do que escolas e mais soldados do que professores”.

Em defesa dos interesses... dos Estados Unidos

Este país cuja população passa fome, morre de doenças curáveis e possui um elevado índice de analfabetismo tem, contudo, a maior força aérea da América Central.

A aviação militar hondurena conta com aviões canadenses *F-38*, *Aravas* israelitas, caças *Super Mysterre* franceses, um grande número de caça-bombardeiros *Dragon Fly A-37* usados na contra-revolução, *Cessnas*, *Douglas 130* e helicópteros *UH-1H*. O exército, por sua vez, está equipado com tanques ligeiros *Skorpion* de fabricação britânica, blindados *RBV* israelitas e uma grande quantidade de caminhões de transporte de tropas, “jeeps” e armamento pesado e ligeiro de fabricação norte-americana.

Segundo um estudo divulgado em Fevereiro do ano passado pelo Conselho de Assuntos Hemisféricos (COHA), com sede em

Washington, as Honduras, que têm um número insuficiente de médicos, abrigam mil assessores militares norte-americanos em regime de permanência e cerca de 6.000 em manobras temporárias.

A “explicação” para este marcante contraste talvez possa ser encontrada numa carta que o presidente Roberto Suazo Córdova enviou a Ronald Reagan em 14 de Julho de 1983, onde expunha prioridades económicas e, entre outros pontos, afirmava que “os interesses estratégicos dos Estados Unidos têm sido protegidos por um preço muito baixo”.

O presidente hondurenho — que antes de se dedicar à política era médico de clínica geral — assegurava: “o apoio orçamental solicitado representará a longo prazo um custo relativamente baixo (para os Estados Unidos) se se levar em conta os riscos políticos e militares que as Honduras têm assumido”. Finalmente, Suazo Córdova afirmava: “estes riscos têm sido assumidos não só em nossa defesa, mas na dos interesses vitais dos nossos países”. (Roberto Bardini) ●

Prós e contras da reforma monetária

A criação do *austral* e as medidas anti-inflacionárias permitem o saneamento da economia e a criação das bases do crescimento económico. Esta é a opinião do economista Aldo Ferrer, ex-ministro da Economia, em entrevista exclusiva a *cadernos*.

Aldo Ferrer, ex-ministro da Economia e actual presidente do Banco da Província de Buenos Aires, viveu o processo da criação da nova moeda argentina, o *austral*. Os seus pontos de vista sobre os resultados que a nova política financeira do governo radical pode obter são pouco conhecidos da opinião pública.

Segundo Aldo Ferrer, um dos aspectos mais criticáveis da gestão económica da maior parte dos governos latino-americanos é ter concentrado todos os esforços e preocupações no problema da dívida externa, relegando para segundo plano outros problemas económicos — como a situação fiscal e monetária e o ordenamento interno — que, se bem

encaminhados, poderiam contribuir, inclusive, para fortalecer o poder de negociação do continente perante os credores.

Sobre estes temas, *cadernos do terceiro mundo* entrevistou o dirigente argentino, recentemente em Montevidéu, quando Aldo Ferrer participou no seminário sobre integração latino-americana e dívida externa, promovido pelo ILET (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais). A seguir, reproduzimos as suas principais declarações.

Ataque frontal à inflação

Cada país apresenta realidades distintas, com desafios e características próprias. No caso argentino, a situação arrastava-se desde a época dos governos militares que conduziram a economia a uma crise profunda. O resultado é conhecido: uma elevada dívida externa, uma inflação sem precedentes e um processo de empobrecimento generalizado do povo.

Com o restabelecimento da democracia, vieram à tona todas as tensões acumuladas, o que explica a razão porque a taxa de inflação chegou aos níveis registados nos meses anteriores às medidas adoptadas pelo governo. O povo argentino foi tirando relevantes conclusões. A primeira e mais importante é que devemos preservar a democracia, porque viver fora dela compromete a segurança da nação e pode levá-la à dissolução.

O facto de não termos, na altura, um regime democrático conduziu-nos a uma guerra e a uma derrota, o que nunca acontecera antes na história do país. Estou convencido de que o povo chegou à conclusão de que não temos outra alternativa senão a de viver em democracia. E pode-



B. BISSIO

“Cada país apresenta realidades distintas, com características e desafios próprios”, afirma o economista Aldo Ferrer



B. BISSIO

Seminário sobre integração e dívida externa, promovido pelo ILET no passado mês de Agosto em Montevideo

se afirmar que é esta a primeira vez, desde 1930, que nenhum sector significativo da sociedade argentina pensa de forma diferente. Este é um dado importante para se julgar a estabilidade do sistema democrático argentino.

Mais: o povo também se convenceu da necessidade de pôr a casa em ordem. A inflação reflectia desequilíbrios e tensões enormes e fomos obrigados a eradicá-la de uma forma muito drástica. Com uma taxa de inflação mensal de 30% como a que imperava na economia argentina era praticamente impossível fazer alguma coisa.

O governo percebeu este estado de espírito, fez a sua própria avaliação do comportamento da economia desde o início do período constitucional e anunciou o ataque frontal à inflação. E quais são os fundamentos deste programa? A primeira pre-

missa é a necessidade de um ordenamento fiscal: procurar obter recursos genuínos da população para pagar os gastos públicos — inclusive a dívida externa — e, por outro lado, um congelamento dos preços que mantenha uma trégua na distribuição da receita, durante o processo de reajustamento.

A resposta da sociedade foi muito positiva. Em consequência, o aumento dos preços tem sido extremamente baixo. Actualmente, as únicas dúvidas são relativas a alguns produtos de safra, como a carne, frangos e verduras. Porém, a maior parte dos preços, incluindo os dos serviços públicos e a taxa de câmbio, têm um congelamento real.

E porque é que isso acontece? Não porque o governo tenha exercido um controlo sobre os comerciantes e industriais, coisa que teria sido impossível já que não existe uma maneira de im-

por um congelamento de preços na base exclusiva do controlo oficial.

Se o programa teve êxito, foi devido à resposta da sociedade. Ela convenceu-se de que era isso que devia ser feito. E aconteceu então o facto notável do congelamento real dos preços e uma queda muito significativa da inflação.

Daqui por diante, há ainda uma complexa tarefa: obter bons resultados do reordenamento das empresas do Estado, eliminação dos seus défices, aumento da sua eficácia. E há que colocar em andamento a economia argentina, os recursos ociosos, ordenar o sector financeiro, baixar as taxas de juro e replantar o crescimento económico a longo prazo.

A condição prévia para o crescimento económico é a estabilidade. Mas ela, em si e apenas, não assegura o crescimento. É necessária uma política global

de investimentos, de tecnologia, de cooperação internacional, de comércio externo, de mobilização popular. Todo este conjunto de definições da política económica podem conduzir ao crescimento do país a longo prazo.

Sou optimista. Acredito que, assim como estamos a vencer a luta pela preservação da democracia, triunfaremos no combate à inflação e assim teremos criado as condições para iniciar uma etapa de crescimento económico.

A reforma monetária

Com medidas de natureza política, conseguiu-se reverter uma situação económica. E, neste contexto, produziu-se a reforma monetária, cujos efeitos têm sido muitos positivos. O facto de se ter uma moeda, o *austral*, que neste momento tem uma cotação superior ao dólar, que tem mantido o seu valor e que nos está a devolver o prazer de sabermos que a nossa moeda vale alguma coisa já gera uma estabilidade que se havia perdido na Argentina.

Isto é importante em todos os sectores sociais. Principalmente no sector operário, que recebia o seu salário no fim do mês e que, depois da primeira semana, enfrentava preços com um aumento de 15%. Produzia-se, assim, uma depreciação do poder do dinheiro nas mãos das pessoas, geralmente das que recebem menores salários.

O facto de se manter o nível do orçamento do povo e a existência de uma nova moeda tem um efeito importante. Porém, só a reforma monetária não poderia ter alcançado êxito se o conjunto do programa não tivesse sido vitorioso, ou seja, se os preços não tivessem parado de crescer. O simples facto de se cortar todos os zeros à direita da moeda significou um acontecimento positivo, que facilitou os cálculos.

A emissão da moeda e a dívida externa

A economia argentina já vinha de uma etapa recessiva, com uma elevada inflação. Neste momento, o governo não tem emitido dinheiro, mas já existe uma grande quantidade circulante em consequência do aumento das reservas internacionais. Houve uma grande entrada de capitais de curto prazo o que provocou um aumento da liquidez que o governo absorveu com a colocação de títulos nos bancos e a manutenção de uma taxa de juro interna alta.

Este é um sério problema que



Manifestação contra o Fundo Monetário Internacional em Buenos Aires

temos que resolver: de alguma forma temos que conseguir parar as expectativas inflacionárias com menores taxas de juro, porque o custo é muito alto do ponto de vista do nível de actividade. Eu diria, contudo, que o compromisso do governo de não emitir dinheiro não afecta a actividade; mais importante é talvez o problema das taxas de juro. Na medida em que o governo cumpra a sua meta de não emitir dinheiro e altere as expectativas, será possível baixar as taxas de juro.

Porém, estas medidas têm ou-

tra consequência importante. Defender os interesses nacionais com uma taxa de inflação de 30% ao mês é impossível; ninguém leva o país a sério. E com esta desordem, é inútil fazer planos a longo prazo.

Com o êxito do programa de estabilização, a Argentina estará finalmente em condições de voltar ao tema da dívida externa, que consiste na transferência de recursos do país para o exterior, como vem acontecendo com outros países da América Latina.

Ao pôr a casa em ordem, estamos também a fortalecer a nossa posição internacional dentro de um modelo mundial que, acreditamos, tende a flexibilizar-se, o que permite pensar na obtenção de melhores condições de negociação.

A Argentina, como todos os países da América Latina, cometeu o erro de concentrar toda a sua política económica na negociação da dívida. Porém, este problema não tem solução e a situação interna continua desordenada. Por isso, a experiência argentina deve levar-nos a uma reflexão. É possível rerepresentar a situação sob outras bases; a partir de um reordenamento interno e de uma posição negociadora mais forte. Naturalmente que a conjuntura internacional também influirá, já que uma maior cooperação latino-americana fortalece o poder de negociação de cada país.

A integração latino-americana

A Argentina tem uma histórica vocação de integração, mesmo que, como os demais países do continente, esteja tão absorvida por problemas imediatos, relegando para segundo plano o tema da integração. Porém, com os novos desafios apresentados pela ordem mundial, o tema da integração tem sido revalorizado. A cooperação latino-americana é entendida actual-

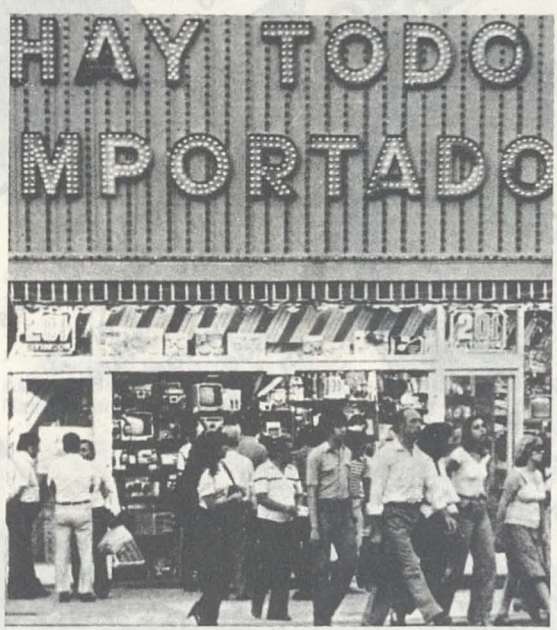
mente como uma necessidade, não apenas no sentido de abrir novas fronteiras para o desenvolvimento, como também para a própria consolidação da democracia. Acredito que não é por acaso que, agora, acontecem contactos frequentes e pessoais entre vários presidentes democráticos da América Latina.

Isto reflecte um novo tempo político e proporcionará novos entendimentos. Sou, actualmente, presidente de um banco — o Banco da Província de Buenos Aires — e nessa condição participei na criação de um novo instrumento: a *Latinequip*, uma empresa destinada à promoção do comércio de bens de capital, a qual tem grandes perspectivas. O importante é que esta empresa foi criada de forma conjunta pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), a Nacional Financiera do México (Nafinsa) e o Banco da Província de Buenos Aires. Acredito que esta iniciativa irá permitir novos empreendimentos a partir de um marco político diferente que nos dará condições de fazer, ao nível latino-americano, projectos concretos em conjunto.

A decisão política de abrir caminhos de cooperação é fundamental, porém não é suficiente. É preciso que haja uma coordenação com os interesses concretos de todos os que vão levar esse comércio avante. Isto porque os presidentes podem chegar a acordo — o que já aconteceu em épocas passadas — mas se não se criarem canais reais de integração, não se avança.

A vontade política pode parar no campo das declarações, se não for acompanhada da convocação dos empresários, das forças económicas dos diferentes países encarregadas de proceder às negociações concretas. Temos que criar os instrumentos para a acção.

Vejamos um exemplo concreto: o eventual intercâmbio entre a Argentina e a Venezuela. As



Nota de cem pesos velhos (em cima). "Vivemos numa economia mista na qual o Estado dá as grandes orientações"

tradicional fontes de abastecimento da Venezuela estão nos Estados Unidos, as suas linhas de exportação têm ligações comerciais com aquele país. Dizer-lhes que não importem mais dos Estados Unidos e que comecem a fazê-lo da Argentina é algo desejável, porém nada fácil de levar a cabo. Devemos criar os instrumentos para que realmente surjam interesses concretos ligados ao comércio com a Argentina.

Ao Estado cabe traçar as linhas mestras de cooperação e acção. Estabelecer as políticas cambiais, os acordos comerciais, dar o ponto de referência para que esse comércio se torne pos-

sível. Porém, esse comércio é feito de forma definitiva por empresários particulares. Não acredito que um intercâmbio entre empresas do Estado ou entre grandes corporações comerciais dos Estados Unidos dê melhores resultados.

Vivemos num sistema misto, numa economia baseada, em grande parte, na iniciativa privada, no comércio privado. Neste sistema, o Estado tem que dar o ponto de referência e a orientação geral, traçar os objectivos. Não acredito que se chegue a um maior intervencionismo estatal, mas sim a uma maior intervenção pública no caminho da acção.

Assine
 cadernos do
terceiro mundo

Todos os meses,
 em sua casa,
 informação
 especializada
 com menor custo.

cadernos do
terceiro mundo



E o privilégio de
 20% de desconto
 em todas
 as nossas
 edições

MOCIMBIQUE:
 Os documentos de formalização

cadernos do
terceiro mundo

ANGOLA:
 Dez anos de
 independência



EXCLUSIVA
 A nova etapa
 da luta pela
 independência

Circulação
 em 70 países.
 Correspondentes
 no exterior
 4 edições em 3
 idiomas. Matérias
 exclusivas.
 Desde 1978
 em Portugal

cadernos do
terceiro mundo

CONVENÇÃO DE LOMÉ
 UMA RELAÇÃO
 NORTE-SUL
 DIFERENTE?



Tricontinental Editora, Lda.
 Calçada do Combro, 10-1.º
 1200 LISBOA
 Telefones 320650/320751
 Telex 42720 CTM TE P

SAO PAULO
 A estratégia
 da pacificação

cadernos do
terceiro mundo

1974-1984

Uma luta de dez anos

Assinaturas
 Portugal

anual (12 números + 1) 850\$
 semestral (6 números) 500\$

Espanha (12 números + 1)

Estrangeiro
 Anual (12 números + 1)
 por via aérea
 Europa, Angola, Moçambique,
 Cabo Verde, Guiné Bissau e São
 Tomé e Príncipe: 23 dólares USA
 Restantes Países: 28 dólares USA

O armamentismo tailandês

Os militares da Tailândia recorrem ao “perigo vietnamita” para justificar a compra de equipamentos sofisticados apesar da crise económica em que o país está mergulhado

Habituaados há mais de meio século a sucederem-se pelo modo expedito do golpe de Estado, os generais tailandeses sempre se mantiveram unidos num princípio básico que está acima das suas disputas de poder e do regateio pelas administrações das grandes empresas estatais e privadas do país: o permanente e dispendioso reequipamento das forças armadas.

Peça fundamental da geoestratégia norte-americana no sudeste asiático, a Tailândia é o

membro da ASEAN¹ que Washington mais privilegia no fornecimento de sofisticado material de guerra, tornando as forças armadas de Banguecoque (200.000 homens nos três ramos) das mais superequipadas do Terceiro Mundo.

Esse fluxo de material bélico tem-se incrementado nos últimos anos, à medida da conso-

lidação da estabilidade dos três países indochineses — designadamente a lenta mas progressiva pacificação do Kampuchea — e das convulsões de imprevisíveis consequências do regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas, um dos flancos mais periclitantes do dispositivo estratégico dos EUA que os cérebros do Pentágono classificam de peça mais ameaçada na sua “teoria do dominó”.

Ligados desde 1954 por um tratado de defesa mútua, o “Pacto de Manila”, os EUA e a Tai-

¹ Associação das Nações do Sudeste Asiático: Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.



Para os militares o recurso ao golpe de Estado tornou-se um hábito como forma de sucessão no poder

lândia têm 30 anos de exercícios militares conjuntos e foram aliados nas guerras da Coreia e do Vietname. Ao longo de todos estes anos, milhares de oficiais tailandeses frequentaram as academias militares norte-americanas recebendo não apenas cursos de tática e estratégia, como as suas inevitáveis estadias fizeram-nos sobretudo passar pelo crivo dos parâmetros doutrinais do Pentágono.

Estas ligações antigas conjugadas com os interesses políticos chineses para o sudeste asiático e os diferendos entre Pequim e Hanói, proporcionaram à Tailândia ser naturalmente escolhida como vector principal da chamada doutrina de “conflito de baixa intensidade”, posta em prática pela administração Reagan nos últimos anos e que visa a manutenção de um clima de tensão na região.

Esta orientação estratégica coordenada por Washington e inquestionada pela elite militar tailandesa, traduz-se na cedência de faixas territoriais fronteiriças para “santuários” das organizações armadas que combatem o regime de Phnom Penh, pelas incursões no Laos onde o exército de Bangucoque ocupa, desde Junho de 1984, três aldeias do país vizinho e — principal objectivo — na criação de um forte dispositivo militar face às tropas vietnamitas estacionadas no Kampuchea e no Laos.

Na realidade, o fantasma do “perigo expansionista vietnamita” tem sido o argumento básico para a subida em flecha das despesas militares tailandesas desde a derrota norte-americana na Indochina em 1975 e da derrocada do regime khmer vermelho de Pol Pot em 1979.

Como aconteceu noutras ocasiões na última década, sempre que se verificaram avanços das forças revolucionárias indochinesas, os Estados Unidos enviaram para Bangucoque, na primavera de 1985, um fornecimento de ar-

mamento classificado de “emergência” durante a ofensiva das tropas vietnamitas e kampucheanas contra as bases antigovernamentais khmers. Meses depois, com a visita do secretário de Estado George Shultz, a Tailândia concluiu com os Estados Unidos uma série de avultadíssimos contratos de material de guerra, entre os quais figuraram as compras de duas corvetas ultra-rápidas equipadas com mísseis *Harpoon*, dois sofisticados sistemas de radar *Firefinder*, dois outros sistemas de detecção de aviões de baixa altitude *LAADS* e 12 aparelhos *F-16*, considerados os caças-bombardeiros mais poderosos do mundo — equivalentes aos *Mig-23* soviéticos — e que a Tailândia é o primeiro país da ASEAN a possuir.

Entre 1979 e 1985, os empréstimos militares regulares norte-americanos à Tailândia mais que triplicaram, passando de 32,4 milhões de dólares para 102,3 milhões, excedendo o total da assistência militar durante este período de seis anos a ajuda global outorgada ao longo dos trinta anos anteriores, incluindo aqui as contribuições dos EUA ao regime de Bangucoque durante as guerras da Coreia e do Vietname.

Por outro lado, o orçamento militar tailandês também triplicou desde 1978, para atingir em 1985 cerca de 1,7 mil milhões de dólares, enquanto que a importação de armamento estimada no período 1973-77 em 310 milhões de dólares, passou em 1978-83 para 1,1 mil milhões.

Contratos militares contestados

Mas se até há pouco tempo atrás, os generais nunca tinham sido contestados pelos fabulosos contratos militares — desde sempre seu domínio reservado — a compra dos *F-16* levantou fortes oposições nos meios políticos civis, nomeadamente no seio da

coligação quadripartida do governo chefiado pelo general na reserva Prem Tinasulanond. Facto sem precedente, essas objecções ao desperdício orçamental apesar de não terem conseguido a revogação do contrato, obrigaram, no entanto, à redução dos 20 aviões encomendados de início para 16 e, finalmente para 12, que custarão à Tailândia cerca de 400 milhões de dólares.

Dos governos formados por partidos políticos, Prem Tinasulanond é o primeiro-ministro que mais tempo ocupou o cargo desde a queda da monarquia absoluta em 1932. Recordista em longevidade governamental, Prem resistiu com a sua reconhecida habilidade de manobra, a duas tentativas de golpes de Estado (as 14ª e 15ª na história recente do reino), a última das quais em 9 de Setembro passado.

Com muitos aspectos ainda obscuros nas suas motivações, esta tentativa golpista que rompeu com uma “tradição” de pronunciamentos militares sem derramamento de sangue, teve como seu principal executor operacional um coronel afastado do exército pela sua participação no golpe dos “jovens turcos” dominado em Abril de 1981. Segundo foi revelado, o coronel Mannon Roopkchorn, além da sua reintegração nas fileiras, pretendia a dissolução do parlamento e a suspensão da Constituição para impor um governo “musculado” que afrontasse a crise económica. Como em 1981, o coronel Manoon falou durante as poucas horas da ocupação de uma estação de rádio pelos revoltosos em nome do Partido Revolucionário, organização sem corpo visível que surge apenas nas tentativas golpistas.

Entre os outros oficiais presos (ao coronel Manoon e seu irmão também oficial golpista foi-lhes permitido refugiarem-se na Birmânia) contam-se um antigo primeiro-ministro, general Kriangsak Chamanand e três ou-

tros generais, entre os quais o ex-chefe das forças armadas, general Serm Na Nakorn.

No entanto, a própria imprensa de Bangucoque, fez-se eco das suspeitas sobre possíveis responsabilidades na instigação do golpe do actual chefe das forças armadas e comandante do exército, general Arthit Kamlang-ek, apesar das declarações deste oficial que repudiou a tentativa golpista horas depois de ela ter abortado.

Arthit, que segundo o estilo tailandês acumula os cargos militares com a presidência do conselho de administração de uma empresa pública, — na ocorrência a companhia dos telefones — é o representante máximo dos interesses das chefias castrenses com quem Prem e os partidos governamentais têm de negociar constantemente a sobrevivência do regime parlamentar. O responsável máximo das forças armadas que em 1983 e 1984 não obteve, como pretendia, uma revisão da Constituição favorável aos interesses do exército, nem conseguiu a reintegração dos oficiais implicados no golpe de 1981, pôde, no entanto, impor ao governo o prolongamento do seu próprio mandato até Outubro de 1986.

Crise nas exportações

A situação de aparente equilíbrio vivida na Tailândia, feita de compromissos permanentemente negociados entre as forças armadas e os sectores civis que apoiam Prem — também sustentado pelo rei Bhumibol Adulyade — pode romper-se a qualquer momento.

O agravamento da recessão económica poderá ser esse detonador.

O crescimento da economia projectado para 1985 a uma taxa de 4,5% não foi alcançado, ficando bastante aquém dos 6% e 5,8% conseguidos em 1984 e 1983, respectivamente.



O primeiro-ministro Prem (foto à direita) já não tem grandes esperanças em chegar ao término do seu segundo mandato

Por outro lado, os produtos de exportação registam dificuldades em encontrarem mercados, designadamente o arroz de que a Tailândia é o primeiro exportador mundial. Os têxteis estão ameaçados pelas medidas proteccionistas decretadas pelo Congresso norte-americano e a indústria açucareira está em crise.

A dívida externa aumentou de 12,4 milhões de dólares em 1984 para quase 17 mil milhões em finais de 1985. Entretanto, as grandes fatias de amortização do crédito externo — 2,4 mil milhões em 1985 — obrigam o governo a repensar todo o programa de industrialização pesada baseada na exploração do gás natural do Golfo de Sião, a reduzir drasticamente urgentes projectos de interesse público, a anular importantes contratos internacionais já assinados e a reprivatizar empresas nacionalizadas deficitárias.

A crise vai enredando a sociedade tailandesa. A classe média vê congelado o seu nível de vida, em crescimento até alguns anos atrás, os camponeses e operários pagam o grosso da factura da recessão e os generais mostram-se pouco dispostos a cederem nos



seus privilégios para os meios políticos e económicos civis. Uma situação que poderá ter um desfecho contrário à condenação do primeiro-ministro Prem no dia seguinte à tentativa de golpe de 9 de Setembro quando denunciou o recurso a “meios anti-constitucionais para resolver os problemas nacionais”.

Num país habituado precisamente a fazer passar todas as alterações políticas pela movimentação de blindados no bairro da capital onde se situam os ministérios, as telecomunicações e os edifícios dos estadao-maiores militares, as esperanças de Prem em chegar ao termo do seu segundo mandato, em 1987, são forçosamente pouco sólidas. (Carlos Pinto Santos) ●

Singapura

Desmorona a pirâmide especulativa

A falência de um grupo financeiro leva ao encerramento da bolsa local e repercute nos países industrializados

A bolsa de Singapura, terceira da Ásia e a mais activa do Terceiro Mundo, fechou as suas portas, em Dezembro passado, por tempo indeterminado, ao desmoronar-se a pirâmide especulativa que dominava, ultimamente, a sua actividade, arrastada pela falência do grupo malaio-singapureano *Pan-Electric Industries*.

A crise causou preocupação nos meios financeiros internacionais, tanto pelo temor que uma cadeia de falências envolva empresas da região, como pelas suas possíveis repercussões em outros

mercados e pelas interrogações que se abrem sobre um modelo de economia altamente especulativo.

A *Pan-Electric*, um grupo cujas actividades principais estão viradas para os mercados imobiliário e de seguros marítimos, foi colocada em liquidação depois de fracassadas tentativas para salvá-la, mediante uma reestruturação da sua dívida, estimada em 191 milhões de dólares.

A dramática decisão das autoridades da bolsa de Singapura deve-se ao temor de um efeito em cadeia que esta falência pu-

desse provocar no restante mercado, dado o volume de créditos obtidos com a venda de acções a futuro, modalidade especulativa com o objectivo de reunir capitais.

Segundo peritos bancários europeus, o *crack* do mercado de Singapura (que, de imediato, arrastou a bolsa de Kuala Lumpur, da vizinha Malásia) implica um desastre para este centro financeiro e, admitem alguns, para o modelo económico que representa.

Teme-se também que a crise de Singapura afecte títulos singapureanos e malaios negociados em Londres bem como as empresas intermediárias das bolsas europeias e norte-americanas que operam com o sudeste asiático.

A falência da *Pan-Electric* deve-se, em princípio, à sua impossibilidade de resgatar uma dívida vencida a 18 de Novembro, ainda que, de facto, ela obedeça a razões mais profundas: a interrupção de uma operação especulativa de *roll-over* envolvendo uma quantia em torno dos 67 milhões de dólares em empréstimos baseados em vendas a futuro de acções da *Pan-Electric* e de outras empresas associadas, como aval da dívida.

Vários especialistas europeus consultados a este respeito assinalaram que este tipo de operações converteu-se numa modalidade muito comum para reunir capitais no mercado de Singapura e, em menor escala, em Kuala Lumpur, 70% de cujas acções são negociadas nestas duas bolsas.

O mecanismo é a venda de acções a termo, que serviam como meio para recolher fundos em dinheiro, que, por sua vez, permitem realizar novas operações. Desta forma constroi-se uma pirâmide especulativa que pode funcionar indefinidamente, desde que o mecanismo não



O país sofre uma grave retracção das suas exportações para os EUA

se interrompa. Se os valores que avaliam as operações caem, desmorona-se o "castelo de cartas".

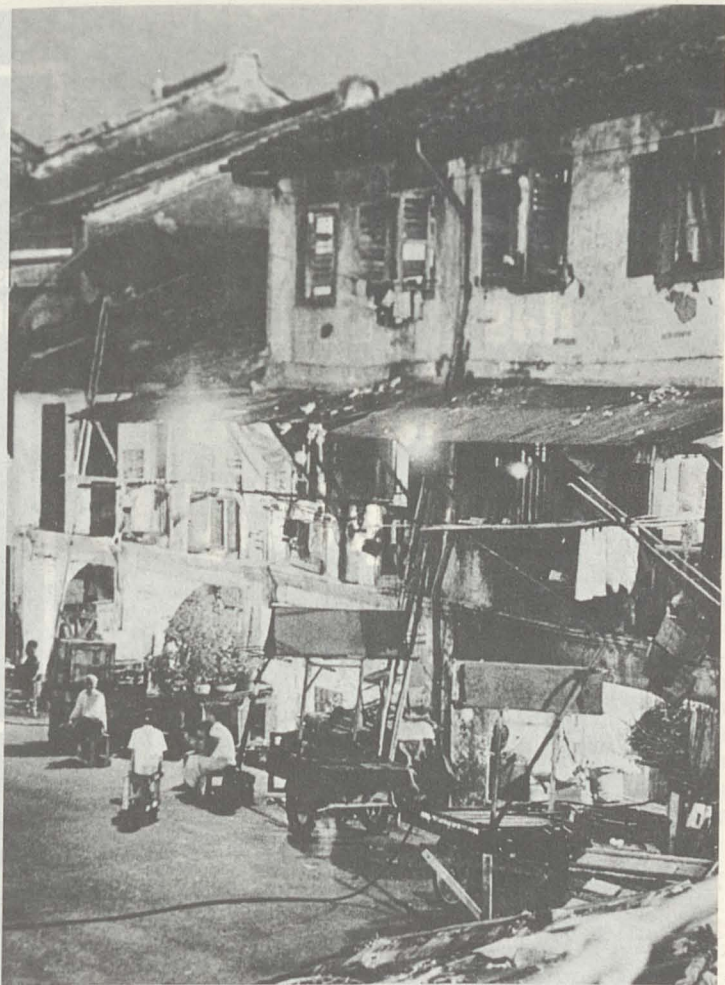
No caso da *Pan-Electric*, a crise eclodiu devido ao não pagamento de 18 de Novembro e ao fracasso das negociações visando a participação do grupo financeiro malásio *Tan Koon Swan*, detentor de 22% das acções do grupo e das principais empresas vinculadas à sua pirâmide especulativa, numa operação de salvamento.

Porém, a extensão desta modalidade operativa em ambas as bolsas levou as autoridades monetárias e da bolsa de Singapura a encerrar por tempo indeterminado os pregões, enquanto se elabora uma regulamentação que impeça tanto a interrupção brusca do circuito como a reintegração do perigoso mecanismo, temendo-se não só os efeitos sobre as empresas não vinculadas ao caso como sobre o índice geral.

Segundo o *Financial Times*, a empresa intermediária londrina *James Capel* teve que pagar cerca de 13 milhões de dólares quando uma subsidiária da *Pan-Electric* recuou numa operação. Outros corretores das bolsas de Singapura e de Kuala Lumpur encontram problemas semelhantes, assinala o diário londrino.

Tanto o *Financial Times* como outras fontes do mundo financeiro europeu estão de acordo que outras empresas, não vinculadas à *Pan-Electric*, podem sofrer a ruptura de operações a futuro, como no caso da companhia aérea *Singapura Airlines*, uma das maiores da região, que lançou, em Novembro passado, no mercado, 95,6 milhões de dólares em acções.

A crise da bolsa de Singapura, a terceira da Ásia depois das de Tóquio e de Hong-Kong e a mais activa de um país do Terceiro Mundo nos últimos anos, é um perigoso sintoma de "reaquecimento" através de uma exces-



Singapura: consequências de um modelo de desenvolvimento baseado simplesmente na especulação financeira

siva "desregularização" dos aspectos especulativos do modelo de economia aberta de exportação preconizado por Singapura. Pelo menos, é esta a opinião de importantes especialistas da região do sudeste asiático.

Por sua vez, Hugues Aubert, consultor da firma suíça *Hanel-Foster*, indaga se o modelo lançado no começo dos anos 70 não se está a esgotar ao voltar-se para pirâmides especulativas com o objectivo de dar oxigénio a uma economia exportadora que, desde o final do ano de 1984, sofre uma retracção das suas ven-

das para os Estados Unidos.

Em todo o caso, dizem os especialistas, as crises de Singapura e de Kuala Lumpur devem ser acompanhadas de perto, procurando o "ponto de inversão" da curva ascendente de um modelo e de uma região que se apresenta ainda como estratégica para a expansão económica dos países industrializados.

Ao mesmo tempo, as repercussões na Malásia coincidem com a grave crise do mercado internacional de estanho, uma das exportações fundamentais deste país. (Deodoro Roca) ●

As "GUERRAS ESTRELAS" das ilusões e perigos



Uma resposta clara e objectiva às seguintes perguntas:

- Quais os verdadeiros objectivos dos planos das «guerras das estrelas» em elaboração nos EUA?
- Quais as posições das URSS e dos EUA em relação à utilização do espaço exterior?
- Quais as consequências para os povos de todo o mundo da «iniciativa de defesa estratégica» apresentada pelo presidente dos EUA?

edições
Avante!

HONDURAS: A CRISE ECONÔMICA ATINGE A IGREJA

O presidente da Conferência Episcopal das Honduras, monsenhor Héctor Santos, tomou a atitude inédita de publicar uma carta pastoral aos seus súbditos pedindo-lhes que aumentem o valor das esmolas dadas durante os cultos dominicais, porque caso contrário a "igreja não terá meios para sobreviver economicamente no país". Monsenhor Santos, que é igualmente bispo de Tegucigalpa, disse que os católicos "não devem dar de esmola apenas o que lhes sobra, porque isso é insuficiente perante a séria crise econômica do país".

Nas Honduras existem aproximadamente 250 padres, a maioria dos quais são estrangeiros e sobrevivem graças aos doativos dos fiéis. Recentemente, a arquidiocese pediu ajuda à Santa Sé, no que não foi atendida. Um padre de uma paróquia do interior recebe hoje mensalmente até 400 dólares, o que na maioria dos casos é insuficiente para garantir a sobrevivência do religioso e a manutenção dos serviços básicos de cada templo. Os preços cobrados pela igreja para casamentos, batizados, enterros e missas subiram cerca de 200%, o que acabou por estimular a evasão de fiéis e aumentar a crise financeira das paróquias hondurenhas.

BOICOTE NEGRO GANHA FORÇA NA ÁFRICA DO SUL

Pelo menos 40 estabelecimentos comerciais brancos da região de Port Elizabeth tiveram que fechar definitivamente devido ao boicote organizado pela população negra em protesto contra o racismo e o estado de emergência decretado pelo governo. Através do boicote, os consumi-

dores africanos deixaram de comprar produtos em lojas de brancos. O movimento provocou ainda prejuízos irreversíveis em quase 100 outros estabelecimentos controlados por cidadãos de origem europeia.



O resultado foi considerado uma importante vitória política pelos organizadores do boicote, que levou a população negra a pagar preços mais altos, já que normalmente as lojas de brancos cobram menos do que os armazéns dos africanos, os quais não contam com as mesmas vantagens fiscais e de crédito de que beneficiam os seus congêneres europeus. O boicote foi levado a cabo em pelo menos 24 cidades sul-africanas com resultados variáveis. Em alguns locais ele foi completo, noutros, apenas parcial. O movimento já dura há mais de cinco meses.

CHILE PERDE QUINHENTOS MILHÕES DE DÓLARES COM PRIVATIZAÇÕES

A venda de ações de oito empresas estatais provocou um prejuízo ao governo chileno no valor de 542,6 milhões de dólares, porque os papéis foram transferidos para investidores privados por preços inferiores ao

valor real. A denúncia foi feita por um grupo de advogados e economistas que investigaram as transações realizadas na Bolsa de Valores de Santiago, onde as ações das companhias privatizadas foram vendidas ao preço do mercado, obviamente desvalorizado em função da decisão do governo em abrir mão do controlo de alguns segmentos chave da economia.

As empresas agora privatizadas são a Companhia Chilena de Electricidade, a Companhia de Telefones, a Empresa Nacional de Explosivos, a Sociedade Química e de Mineração e a Companhia de Aço do Pacífico. Na Bolsa de Santiago cada ação foi cotada na base de vinte centavos de dólar, quando o seu valor real é de aproximadamente 1,48 dólares. Com a transferência do controlo das oito empresas para o sector privado, sobe para mais de 500 o número de companhias estatais desnacionalizadas pelo regime militar chileno desde 1973.

A TAAG JÁ LIGA TODOS "OS CINCO"

Os cinco países africanos de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé) passaram a ficar interligados por via aérea com o início, nos primeiros dias de Novembro de 1985, dos vãos entre Luanda e Bissau. A nova escala da empresa aérea angolana é uma extensão da linha Luanda/São Tomé que também começou a funcionar recentemente. O estabelecimento da rede de vãos ligando "os Cinco" foi decidida durante a cimeira realizada em Fevereiro do ano passado entre os chefes de Estado de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé.

Como o Norte ignora a crise do Sul

Marcel Niedergang, um dos mais prestigiados jornalistas europeus, analisa as razões do desinteresse de europeus e norte-americanos pela crise económica do Terceiro Mundo*

Os temas segurança e implicações da dívida externa na América Latina são muito pouco conhecidos da opinião pública dos países do Norte. Tudo que ultrapasse a problemática geral desta parte do mundo, os seus problemas de fundo, as ameaças que a deterioração económica e a dívida externa representam para a recuperação, estabilidade e aprofundamento da democracia na América Latina são mal conhecidas, distorcidas

ou simplesmente ignoradas.

Portanto, é fundamental que se transmita a mensagem democrática latino-americana no Norte e se ajude a opinião pública a tomar consciência dos enormes riscos de todo o tipo que ameçam e afectam um sector vital do planeta, essencial para um desenvolvimento harmónico e pacífico das relações internacionais.

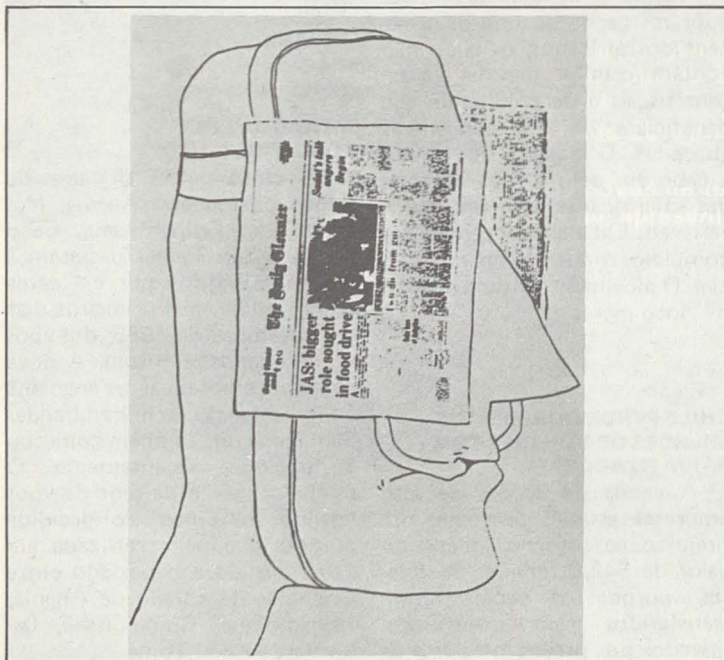
Chama a atenção a primeira contradição entre o consenso la-

tino-americano sobre a impossibilidade de se pagar a dívida nos termos em que o problema se coloca actualmente e o ponto de vista médio da opinião pública do Norte que pode ser resumido nestes termos: "os do Sul continuarão a pagar e os organismos financeiros, como os bancos privados do Norte, já têm os seus mecanismos de defesa". O tema da inexorabilidade e da iminência relativa da explosão não chegou ainda ao famoso "homem da rua" das capitais do Norte. É o primeiro indício do diálogo de surdos que caracteriza — ao nível da opinião pública — o intercâmbio entre o Norte e o Sul.

Pois bem, como modesto representante do Norte limitar-me-ei a algumas breves observações, não para procurar justificar, mas para esclarecer algumas das razões da, pelo menos aparente, incommunicabilidade.

Os círculos políticos da América Latina queixam-se, aparentemente com fundamento, do desinteresse existente nos Estados Unidos e na Europa perante os problemas económicos e políticos de fundo desse hemisfério.

Primeira observação: é difícil falar da América Latina como um todo, embora, na óptica do Norte, ela apareça como um sector relativamente homogéneo do mundo. Não há uma, mas várias Américas Latinas. É necessário, pois, reflectir sobre as razões da falta de visão do Norte sobre as diferentes regiões do continente: México, América Central e Caraíbas, países andinos, Brasil,



* Este estudo foi apresentado pelo autor no seminário organizado pelo ILET em Montevideo em Agosto de 1985, sobre o tema "A integração latino-americana e a dívida externa". O autor autorizou *cadernos do terceiro mundo* a publicar o trabalho em exclusivo. Para efeito de publicação, foram feitos alguns cortes sem contudo alterar o seu conteúdo.

Cone Sul: Chile, Argentina e Uruguai.

Por outro lado, também se pode considerar que "o Norte" é uma noção demasiado simples. É evidente que o papel da imprensa norte-americana nas últimas crises da América Central a partir de 1979 — e mais concretamente na Nicarágua e em El Salvador — foi mais positivo do que negativo. Muitos exemplos significativos poderiam ser dados.

Basta assinalar esta inter-acção entre o Norte e o Sul, entre meios de comunicação e acontecimentos políticos, para insistir na necessidade de se evitar qualquer simplificação. O que não é branco não tem necessariamente de ser preto. Há sempre responsabilidades para dividir se se deseja avançar no caminho da cooperação e da compreensão.

Segunda observação: embora seja verdade que hoje em dia o interesse global do Norte pelos assuntos latino-americanos não é muito grande, vale a pena recordar, de forma breve, algumas das grandes crises ocorridas na América Latina desde o fim da Segunda Guerra Mundial para se constatar que nenhuma delas foi minimizada ou esquecida.

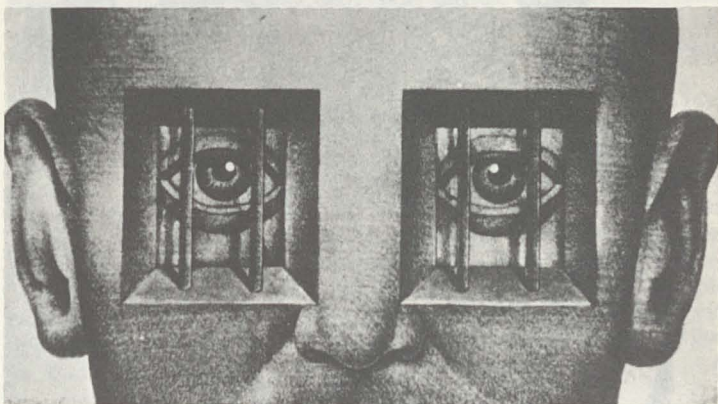
Por exemplo, Guatemala-1954 (um país que antes desta data praticamente não existia para a Europa); Cuba-1959 (a vitória da revolução castrista criou um interesse que perdura um quarto de século depois); República Dominicana-1965 (a intervenção militar dos Estados Unidos colocou a OEA à beira do colapso e suscitou uma atenção apaixonada na Europa); Chile-1970 a 1973 (a experiência Allende foi notícia de primeira página antes e depois do golpe militar); Nicarágua-1979 (a queda inesperada de Somoza abriu um novo capítulo para o conhecimento mais profundo de toda a América Central pela opinião pública do Norte); América Central desde 1980 (considerada até à data como um dos sectores "quentes"

do planeta, com riscos de conflitos locais generalizados implicando a intervenção das grandes potências, especificamente dos Estados Unidos); Malvinas-1982 (um conflito armado que ninguém acreditava possível e que deixou marcas profundas na visão de uma América Latina mais solidária, acima das divergências ideológicas e políticas, do que se imaginava no Norte).

Conclusão breve, sem maior desenvolvimento do tema: as

estão em jogo. Este facto é hoje evidente com a questão da dívida externa latino-americana.

O medo de um possível desmoronamento do sistema financeiro internacional é muito mais forte do que a compaixão ou a compreensão com a deterioração inexorável das economias — e paralelamente a ameaça sobre os regimes democráticos — dos países latino-americanos mais afectados. O medo de uma possível guerra mundial provocada pelos



crises que colocam em perigo ou que parecem poder colocar em perigo o equilíbrio mundial, impõem-se de facto. Cada uma delas contribuiu e contribui para um melhor conhecimento dos países ou do conjunto de países implicados. A crise dos mísseis no Outono de 1962 ainda continua a ser uma das maiores e mais perigosas crises mundiais desde 1945, tendo colocado o planeta à beira do holocausto nuclear.

O temor dos ricos

Tudo isto não contradiz a percepção, para não dizer mais, dos dirigentes latino-americanos perante o desinteresse que constatamos. O Norte interessa-se pelos assuntos latino-americanos — esta observação é válida para todos os sectores do planeta — na medida em que lhe pareça que os seus próprios interesses

conflitos bélicos na América Central explica a excepcional avalanche informativa sobre esta área.

O regresso do sistema democrático em muitos países da América Latina — notável na década de 80 — não despertou o interesse que merecia. A queda dos militares na Argentina e o restabelecimento das liberdades democráticas, a transição democrática no Uruguai depois de uma sombria década de silêncio e de uma luta quase ignorada no exterior, o renascer de um regime civil e democrático no Brasil, peça-chave do mecanismo latino-americano, os esforços do Grupo de Contadora para conseguir uma solução pacífica e política para os conflitos da América Central, a vitória no Peru de um APRA renovado e modernizado dirigido por um jovem presidente carismático como Alan García, são alguns dos acontecimen-



tos de grande importância mas que não despertaram o interesse correspondente na opinião pública do Norte.

De um modo geral continua-se a associar o Peru ao fenómeno da guerrilha do Sendero Luminoso; os países andinos aos mercados da cocaína e da maconha. Enfim, as nações da área são vistas como instáveis, debilitadas por crises financeiras e económicas sem saída à vista, sem coordenação nem projectos comuns, entregues a uma corrida armamentista sem necessidade aparente (esquecendo que essa corrida é incentivada pelos grandes países do ocidente vendido-

res de armas sofisticadas inadequadas para os eventuais conflitos regionais).

Mas todas estas considerações não são obviamente suficientes para explicar a falta de interesse da opinião pública das nações do Norte relativamente à América Latina. É preciso, portanto, acrescentar alguns pontos específicos:

1) Passámos no Norte — Estados Unidos e Europa — de uma posição terceiro-mundista quase romântica, idealista, irreal, que realçava a luta armada — a posição dos anos 60 — para uma atitude de crítica violenta do terceiro-mundismo, qualificado hoje de

militante e ingénio. A corrente neoconservadora, nascida nos Estados Unidos, desenvolveu-se com grande êxito na Europa, particularmente na França (graças à evolução da situação política interna francesa).

Alguns autores latino-americanos contribuíram para esta mudança radical: há 20 anos os culpados pelo desequilíbrio mundial estavam no Norte, hoje eles proliferam no Sul. Visão excessivamente simplista, mas que está na moda e que coloca os liberais moderados e de boa fé na defensiva. Por outro lado, a distorção brutal da imagem da União Soviética na opinião pública ocidental não é um factor menor nesta evolução do pensamento.

As ambiguidades

É lógico que os dirigentes e a classe política da América Latina dêem a máxima importância ao tema das suas relações com os Estados Unidos, determinantes a todos os níveis: político, económico, estratégico. Não é o caso da Europa Ocidental. Pode-se discordar e discorda-se dos Estados Unidos sobre muitos temas relacionados com as relações comerciais, por exemplo, ou com a política hegemónica e intervencionista. Mas na hora da verdade, o perigo maior para a opinião pública democrática da Europa Ocidental vem do Leste.

Daí a ambiguidade que aparece na política de algumas das potências europeias em relação à América Latina. Apenas um exemplo: o governo socialista da França passou em alguns anos, de 1981 até agora, de posições, declarações e proclamações de apoio à luta pela soberania de pequenos países da América Central para uma posição vacilante e puramente formal. Basta lembrar também as hesitações de algumas nações europeias — à excepção da Itália por razões óbvias — durante a guerra das

Malvinas.

2) A crise económica, dura e sem saída à vista, contribuiu para uma certa despolitização da opinião pública da Europa Ocidental, para um retraimento europeu, uma capacidade menor de mobilização das opiniões em defesa dos mais pobres do planeta. Circunstância agravante: a América Latina, à excepção da América Central, não aparece como um sector capaz de pôr em perigo o equilíbrio de terror entre as superpotências.

3) A imagem global da América Latina foi fortemente afectada nestes últimos anos pelo recorde negativo em matéria de direitos humanos. Está certo Hernán Santa Cruz quando diz: "essa imagem foi lamentável e escandalizou um grande número de países e de povos. Foram tais, tão amplas e profundas as violações aos direitos humanos que o estado de direito desapareceu durante anos num grande número de nações".

Poder-se-ia acrescentar a este capítulo algumas fraquezas que não são propriamente latino-americanas, mas que pesam na hora do balanço: falta de civismo, enorme fuga de capitais para bancos norte-americanos, corrupção, etc..

Mas não faltam motivos de optimismo. O interesse relativamente menor em relação à América Latina que se nota com efeito nos círculos dirigentes e na classe política do Norte há alguns anos, não implica que ela, como tal, tenha perdido a sua capacidade de atracção e de interesse a todos os níveis — político, económico, cultural — para a opinião pública e para os povos do Velho Continente em geral. Em termos globais, o conhecimento da América Latina progrediu de uma forma realmente espectacular nos últimos 25 anos. O número crescente de organismos e associações de partidos políticos, sindicatos, igrejas, que se dedicam ao estudo e à

aproximação dos países da América Latina é prova disso.

Por outro lado, o actual renascimento da cooperação política regional para a democracia merece toda a atenção não apenas dos dirigentes do Norte, como da opinião pública das nações industrializadas.

O restabelecimento das instituições democráticas num grande número de nações, entre elas países tão importantes como o Brasil e a Argentina, merecem sem dúvida uma difusão e uma cobertura que pode mudar radicalmente a actual visão do Norte.

Para alcançar esta meta, deve-se intensificar as relações com as organizações não-governamentais do mundo industrializado e sensibilizar os círculos de defesa dos direitos humanos sobre a necessidade de se consolidar a democracia na América Latina. Dois objectivos de capital importância e perfeitamente possíveis. (Marcel Niedergang)



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

A arma radiofónica na guerra de Timor

No ar há um ano, a rádio maubere funciona dentro das zonas controladas pela FRETILIN e rompe o bloqueio informativo imposto pela ocupação indonésia

Depois de Alarico Fernandes ter traído a FRETILIN e na sua qualidade de ministro da Informação e Segurança Nacional ter levado consigo todo o material de informação e rádio, a resistência do povo maubere atravessou uma dura fase em que as comunicações com o exterior e de fora para dentro eram deficientes. Durante cerca de seis anos, a delegação da FRETILIN

no exterior estabeleceu contactos e desenvolveu esforços no sentido de restabelecer as ligações com as zonas libertadas via rádio. Em Agosto de 1984, o primeiro passo foi dado: apesar de todo o bloqueio militar indonésio, a FRETILIN conseguiu introduzir em Timor Leste um emissor-receptor. Colocado outro emissor-receptor no norte da Austrália, foi possível, após



A rádio maubere tem possibilitado novos avanços na luta interna da guerrilha

várias tentativas para que ambos os emissores entrassem em linha, realizar a primeira transmissão a 6 de Janeiro de 1985. "Hoje, damos início a uma nova etapa de comunicação com o exterior, etapa também difícil nas duras condições de resistência contra a ocupação militar da poderosa Indonésia. Este acontecimento constitui um dos mais consideráveis saltos qualitativos alcançados após a reorganização da luta, em Março de 1981", assim se referiu ao momento, Xanana Gusmão, comandante-em-chefe das FALINTIL e que proferiu a mensagem de saudação por ocasião da inauguração do emissor.

Em 26 de Maio do mesmo ano, uma conferência de imprensa divulgava na Austrália a existência da rádio maubere. Nos dias seguintes grande parte dos jornais, rádio e televisão australianos davam importante destaque ao acontecimento.

"Inicialmente, a Indonésia tentou negar a existência da rádio, alegando que era impossível termos introduzido um emissor em Timor Leste", disse a *cadernos* Olímpio Branco, representante da FRETILIN em Lisboa. "Eles têm andado a tentar capturar o rádio, mas se o conseguirem, restabeleceremos um novo", acrescentou.

Uma batalha informativa

Se, por um lado, a rádio possibilitou uma melhoria considerável na comunicação de informações do exterior para o interior de Timor Leste, mais importante é, certamente, a possibilidade agora existente de manter informada a guerrilha e a população. Até 1978, a rádio maubere emitia tanto para a Austrália (onde se encontrava a delegação da FRETILIN no exterior), como em quatro línguas, três ve-

zes por semana: português, inglês, tetum (língua veicular dos mauberes) e em indonésio, para os soldados de Jacarta. "Neste momento, referiu-nos Olímpio Branco, como as pessoas que trabalham na rádio são quadros novos e pouco experientes, uma vez que as ligações via rádio só foram restabelecidas sete anos após a interrupção, existem ainda muitas limitações". Mas, apesar destas limitações, a rádio oferece já uma vasta programação de carácter utilitário, como informações sanitárias, agrícolas, culturais, etc.. Por outro lado, ela cumpre, no interior, duas importantes funções: manter a guerrilha informada, o que tem possibilitado consideráveis avanços e a divulgação de todas as informações que chegam do exterior, através de entrevistas regulares e reportagens relativas a acontecimentos do maior interesse para a resistência. Recentemente, por exemplo, o povo maubere pôde acompanhar de perto a Conferência dos Países Não-Alinhados, tal como no exterior, via Austrália, foi possível tomar conhecimento das comemorações do 10º aniversário da independência, que decorreram entre 28 de Novembro e 7 de Dezembro.

A rádio maubere é escutada em todo o território de Timor Leste. A alteração constante das ondas de frequência tem permitido fugir minimamente às interferências indonésias que introduzem ruídos e chegam mesmo a tentar sobrepor vozes. A sintonização das emissões torna-se assim um pouco complicada, mas não as torna, por isso, menos ouvidas ou efectivas. As tropas indonésias procuram a todo o custo localizar o emissor-receptor existente no interior de Timor Leste, mas não foram ainda capazes de o apreender. Simultaneamente, e depois de ultrapassada a fase em que a Indonésia recusava peremptoriamente a possibilidade da FRETILIN

António



Pássaro sem espaço
Rio sem leite
Árvore sem floresta
Mas dou sinais de mim!

LIN ter introduzido um emissor em Timor Leste, foi a vez das pressões junto do governo australiano para que este impeça a existência do emissor-receptor em território australiano.

Mas a FRETILIN conta na Austrália com uma opinião pública actuante. Perante a ameaça de silenciar o emissor ali situado, a resposta foi o lançamento de uma campanha de solidariedade consistindo numa recolha de fundos de apoio à rádio. Entretanto, também em Portugal, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) lançou

recentemente uma campanha com o mesmo objectivo sendo oferecido a todos aqueles que contribuam com mais de quinhentos escudos um pequeno cartaz que aqui reproduzimos, com um poema de Fernando Sylvan e arranjo gráfico do nosso colaborador, o "cartonista" António. Segundo a CDPM, esta campanha será "um contributo a ser entregue à FRETILIN, para que seja possível realizar a batalha informativa da resistência contra o silêncio imposto pela Indonésia". (Guiomar Belo Marques)

Cutumay Camones: a música da guerrilha

Cinco guerrilheiros salvadorenhos formam o conjunto Cutumay Camones que começou nas selvas e hoje faz sucesso nos palcos da América Latina e da Europa

Cutumay Camones é provavelmente uma deformação de duas palavras do idioma *náhuatl* que significaria “lugar das pedras”, embora não se tenha a certeza disso. A sua tradução é deduzida em parte por associações fonéticas, e em parte pelo aspecto agreste e rochoso do lugar onde está situado o povoado que tem esse nome, no departamento de Santa Ana, a oeste de El Salvador.

Em 1981, o povoado de Cutumay Camones foi cenário de uma sangrenta batalha entre tropas do regime salvadorenho e forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. O

contingente revolucionário tomou e ocupou finalmente o povoado, mas 97 guerrilheiros tombaram em combate. A operação converteu-se num exemplo para os militantes da FMLN e passou a ocupar um lugar na história — que algum dia será escrita, quando a paz chegar definitivamente — da gesta revolucionária do povo salvadorenho.

De alguma maneira anónima e espontânea, a referência a Cutumay Camones apareceu um dia nas letras improvisadas que se cantarolavam nas zonas sob controlo revolucionário. Por isso, quando a direcção da FMLN decidiu criar um conjunto musical,

os escolhidos adoptaram esse nome. Hoje, Cutumay Camones começa a ser conhecido na Europa e na América, como expressão da vontade, do sacrifício, do sentimento e dos valores culturais do povo salvadorenho, traduzidos no som da marimba, do baixo, da tumbadora, do violão, do bongô, do reco-reco, e nas letras directas, simples e de grande efeito.

Eduardo, Paco, Israel, Teresa e Lolo são combatentes, todos muito jovens. Todos eles passaram pelas prisões, foram trabalhadores, distribuíram panfletos, ergueram barricadas e chegaram a realizar as “tarefas mais difíceis, as que são a maior aspiração de um revolucionário”.

Um dia, há mais de três anos, formaram o grupo (no início eram quatro, depois juntou-se-lhes Teresa). A sua missão era percorrer as zonas sob controlo (ou seja, as zonas rurais controladas pela FMLN mas ainda não libertadas), contando musicalmente os acontecimentos bélicos mais recentes e divulgando os temas mais actuais: uma ver-

dadeira crónica musical, com um óbvio objectivo de propaganda e de fortalecimento do moral, que complementava as funções da *Radio Venceremos*. Essa dupla missão, artística e política, tornou-se

O grupo musical Cutumay Camones começa a ser conhecido internacionalmente como uma expressão dos valores do povo salvadorenho





“Vamos em busca de um contacto directo com o povo e de uma participação activa do espectador”

em dado momento necessária visando o exterior, “onde a desinformação é muito grande e a organização da solidariedade é urgente”.

Paco, Eduardo, Teresa, Israel e Lolo começaram a viajar para o exterior, partindo da própria zona de combate em El Salvador para as capitais europeias e americanas. Recentemente fizeram uma excursão que compreendeu o Equador, Peru, Argentina, Brasil e Uruguai.

Dialéctica do espectáculo

“Do ponto de vista artístico — afirma Eduardo, responsável político do grupo — o nosso trabalho consiste num resgate cultural: preservar de alguma forma os elementos do idioma *náhuatl* que os nossos camponeses, na sua totalidade mestiços, ainda

utilizam; expressar a poesia popular salvadorenha; integrar os elementos folclóricos; e ser fiel aos estilos musicais profundamente arraigados na população. Mas o nosso principal objectivo é político”.

Como definem a tarefa que realizam?

Paco — Podemos sintetizá-las da seguinte maneira: fomentar a solidariedade, mostrar o processo, informar sobre a conjuntura em El Salvador, falar com as pessoas. Tudo isto através do espectáculo.

Eduardo — Vamos em busca de um contacto directo com o povo e de uma participação activa do espectador. É claro que o que se passa no exterior e dentro do país não é a mesma coisa. Lá fora temos a responsabili-

dade de divulgar, através da nossa música, a conjuntura revolucionária e as grandes linhas do processo que se está a desenvolver. Internamente, no nosso país, o público é muito mais exigente, precisamente porque vive o processo.

Teresa — Por isso a mensagem das canções é muito directa. Fazemos uma introdução e propomos a participação do público com estribilhos que devem ser verdadeiras palavras-de-ordem. Adaptamos a nossa actuação segundo o apoio e a resposta que obtemos do público, isto em termos políticos e não apenas do entusiasmo pelo espectáculo.

O conteúdo das canções é aprovado pela direcção política ou vocês têm autonomia na escolha dos temas?

Paco — Há dois anos a comandante Clelia tombou em combate. Era nossa conhecida, convivemos com ela. No regresso de uma viagem de dois meses fomos informados de que havia morrido. Ninguém nos disse: “façam uma canção sobre ela”. Isso partiu de nós. Compusemo-la num dia e agora é uma das que mais agradam. Quisemos expressar tudo o que aprendemos e recebemos dela, da sua capacidade como dirigente.

Os companheiros responsáveis disseram-nos que a canção estava bonita e que tinha muitos elementos úteis. Mas no interior do país disseram-nos que lhe faltavam elementos políticos mais profundos. Compor é uma responsabilidade, já que há níveis diferentes de exigência e o nosso dever é dar aos temas um tratamento adequado aos diferentes públicos.

Teresa — Temos o exemplo de Carlos Puebla. Em todos os momentos conjunturais da revolução cubana, com uma enorme capacidade de síntese, ele definiu claramente nas suas canções a linha seguida pelo processo. Ainda nos falta muito para conseguirmos isso.

Rompendo o formalismo

Quantos grupos existem com essas características?

Paco — Agora somos dois grupos a nível internacional, a Banda Tepehuani e nós. No interior do país existem outros grupos, e tem sido examinada a possibilidade de também eles saírem para o exterior. Seria um reforço necessário, porque esta tarefa de promover e organizar a solidariedade é gigantesca.

Que balanço fazem do trabalho realizado?

Israel — Na Europa formámos vários comités de solidariedade; o apoio é bastante grande. Realizámos vários projectos da FMLN: recolha de fundos para medicamentos, colecta de materiais para alfabetização, etc..

Lolo — A nível internacional há factores que limitam o desenvolvimento da solidariedade. As transnacionais abarcam tudo e é difícil competir com elas. Mas acontece que nós não tocamos e cantamos apenas. Depois de actuarmos, descemos do palco e conversamos com as pessoas para

esclarecer dúvidas. Assim rompemos com o formalismo. Procuramos estabelecer um clima de confiança para uma maior compreensão do que queremos transmitir, que é muito mais do que estados de ânimo ou sensações agradáveis através da música.

Tiveram problemas com algum governo?

Israel — Praticamente não. Mas já tivemos uma má experiência no Brasil: apresentámo-nos num teatro, fizemos as pessoas cantarem e gritarem palavras-de-ordem, o teatro quase vinha abaixo com tanto entusiasmo. Íamos repetir a apresentação na mesma sala, na noite seguinte, mas quando estávamos a arrumar as colunas de som, a marimba, os violões, disseram-nos “já não vai haver apresentação”. Foi um acto de censura.

Paco — É necessário realçar uma questão importante: o facto de terem permitido as nossas apresentações, existindo relações diplomáticas com o governo de Napoleón Duarte, é um reconhecimento da representatividade e da legitimidade da FMLN-FDR.

Ao dizermos que antes de tudo somos militantes e depois músicos, declaramos antecipadamente — e não escondemos isso — que pretendemos divulgar a força da FMLN...

O esforço colectivo

Vocês eram músicos?

Israel — Não. Cada um de nós realizava outras tarefas. Não tínhamos tido ainda a oportunidade de colocar à disposição do processo outras aptidões, outras qualidades. Na verdade nem sabíamos que as tínhamos.

Gostavam de música?

Teresa — Alguns de nós tinham uma certa experiência. Todos gostávamos de música, é claro, mas não tínhamos conhecimentos específicos. Foi na verdade uma proposta da FMLN: “vocês vão formar um grupo”, foi assim que nos disseram. Escolheram-nos e formámos o grupo com base nos conhecimentos do Eduardo, que nos ensinou a técnica.

Israel — Nesse sentido temos todas as limitações...

Sena de Libertad



“No interior do país existem outros grupos e há a possibilidade de também eles saírem para o exterior”

Mas vocês dão uma imagem de competência...

Israel — Há um esforço individual. Por exemplo, aprender a tocar marimba custou-nos longas horas de trabalho, dia após dia, para nos familiarizarmos com o instrumento. No início pretendíamos conseguir algo simples mas tecnicamente correcto.

Como compõem as canções?

Lolo — De forma colectiva. Há canções que surgem de escritos de combatentes, poemas que se escrevem na frente de batalha. Nós recolhemos e seleccionamos esse material. Agora estamos a fazer uma canção que se baseia na carta de uma mãe que estava presa e que escreve à filha, explicando-lhe que pensava nela quando a torturavam e que a sua

recordação lhe dava forças para se negar a dar informações.

Qual das canções expressa melhor o quadro específico da actual conjuntura?

Eduardo — A que se intitula "Vamos conquistando a paz". Já tem cerca de três anos, mas continua adequada à realidade, apesar do tempo transcorrido. Expressa não só a situação de El Salvador como também a da Nicarágua. Não é um hino, é apenas uma canção, mas sintetiza, creio que bastante bem, toda a nossa luta.

Há uma outra, "Não à intervenção", que é a que realmente contém elementos mais actuais: a iminência da intervenção directa dos Estados Unidos.

O que podem fazer os outros povos latino-americanos e do

Terceiro Mundo frente a uma intervenção?

Israel — Se a intervenção ocorrer, deixará de haver fronteiras na América Central. Já há vários exemplos de solidariedade material. Mas no caso de uma intervenção, precisaríamos não apenas de manifestações, declarações, etc., mas também da participação directa das pessoas. Seria necessária a solidariedade mais completa, precisaríamos de combatentes.

O trabalho de desenvolver a solidariedade nos países com os quais nos identificamos historicamente, onde há elementos sociais e culturais comuns e as mesmas condições de miséria é muito importante. Por isso explicamos o problema da intervenção como um fenómeno muito real. (Samuel Blixen)

MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PERMANENTE



Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES.

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

O MUNDO,
VISTO PELO
TERCEIRO MUNDO

TRICONTINENTAL EDITORA (LISBOA)
EDITORA TERCEIRO MUNDO (RIO DE JANEIRO)
PERIODISTAS DEL TERCER MUNDO (MEXICO)



GUIA DO TERCEIRO MUNDO

HISTÓRIA • GEOGRAFIA • ECONOMIA • POLÍTICA

GUIA DO TERCEIRO MUNDO 1986

Uma tradição renovada para conhecer “em exclusivo”
a verdadeira história da humanidade.

Le Monde Diplomatique, Agosto 1985

...“ce guide est un outil de travail nécessaire pour tous ceux qui
veulent connaître les réalités contemporaines à travers le prisme du tiers-monde”.

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Craveirinha e a poesia de resistência

Depois de condecorado pelo governo moçambicano, o poeta José Craveirinha vai a Lisboa e explica porque é que “silêncio é sinónimo de traição”

Símbolo da resistência poética moçambicana ao regime colonial português, José Craveirinha entende a resistência para além da independência. “Continuo atento, continuo a ser uma testemunha daquilo que não está bem ou podia ser melhor”.

Do facto de Craveirinha se assumir criticamente perante a realidade, teceram-se suposições, sobretudo depois da publicação do polémico poema “As Sabo-rosas Tangerinas de Inhambane”. Disse-se, inclusive, principalmente em certa imprensa portuguesa, que lhe teria sido aplicado o regime de residência fixa em Maputo; e Jorge Correia, representante da RENAMO em Portugal, aproveitando-se da circunstância, chegou ao deslante de afirmar que recebera um poema seu inédito. Mas, simultaneamente com esta movimentação informativa, José Craveirinha recebia da FRELIMO, no dia da comemoração da independência, 24 de Julho, a medalha de Nachingwea. E, recentemente, deslocou-se de férias a Portugal.

Sobre os rumores, comentou ironicamente: “deve ter sido uma decepção para certas pessoas não ter sido preso. Não por mim mas para que isso servisse de confirmação para dizerem: estão a ver, como não se pode falar?”

E não se eximiu a falar da

sua posição perante a realidade moçambicana: “motivações há sempre, há pessoas que continuam a sofrer. Não se chegou ainda àquela fase de perfeição. Reconhecer que há erros de alguns dirigentes é uma forma de amar. Todos nós temos esse dever. O silêncio é uma forma de

trair. Perante o erro, tem o mesmo valor que a bajulação. Mesmo quando o poeta não é político, está a sê-lo”. Como diz, num poema de 1981, “traição é saber escrever e não escrever nada”.

Aventamos que isso não será do agrado de certas pessoas: “se eu me fosse preocupar com os que hão-de gostar ou não hão-de gostar, então eu volto às torturas de consciência, à mentalidade de antes”.

E Craveirinha pode bem falar da realidade do antes. Ele próprio esteve preso, entre 1965 e 1969, e pela dor com que evoca esse período, a marca continua bem presente: “há feridas que se curam porque foram cicatrizadas. Mas a cicatriz está lá, a cicatriz está sempre a lembrar que



Jose Iavares

Craveirinha:
“mesmo quando
o poeta não é
político está a
sê-lo”

houve ali uma ferida. Não é possível apagar esses momentos terríveis na vida de uma pessoa, não reparar que dentro de nós há ferimentos que não se podem ignorar”.

A beleza do incógnito

E no entanto, apesar de preso, medalhado, não pertence ao Partido, nem tem qualquer cargo oficial. Não lhe propuseram ou nunca aceitou? “Nunca tive méritos para cargos oficiais, e já não hei-de ter. Se me tivessem sido propostos, é porque tinham descoberto. E se isso tivesse acontecido, seria um erro. Aliás, eu digo num poema ‘que não se promovam um poeta a funcionário’ — é mais um incompetente.”

A manifestações sociais, mundanas, afirma-se “alérgico. Adoro a beleza de ser incógnito”.

Condição essencial do poeta?

“Não! Não gosto dessas manifestações. Gosto de estar sozinho entre a multidão. Sinto-me mais eu quando não me convidam a estar, mas estou. Sinto-me mais eu e sinto-me mais de todos, e sinto-me mais qualquer. Quando me sinto qualquer no meio

da multidão, na rua, no futebol, então sei-me e sinto-me importante. Só assim me sinto importante.”

O poeta é de todos e não é de ninguém?

“De todos... ou antes, de quase todos, não todos. Sou muito humano para ser de todos. Há aqueles e aquelas de que eu não gosto, porque são raças, espécies diferentes”.

Literatura moçambicana: “ainda é cedo”

E a literatura moçambicana, novos caminhos?

“Embora tenha começado na época colonial, estejam já passados dez anos de independência, ainda é muito cedo. Era como

dizer agora o que há-de ser o português de Moçambique. Claro que há-de ter os seus aspectos distintos do português de Angola, de Cabo Verde, do Brasil...”

Ainda se sente o peso da literatura portuguesa?

“Um peso muito positivo. Da sua muito mais longa tarimba, oficina, experiência, vitória, fases, até se chegar a este momento. Vamos beneficiar com todos esses percursos por que passaram as literaturas. Em Portugal, à medida que se ia aportuguesando o português, ia ganhando o seu estatuto próprio. O Brasil tem já uma literatura que se pode chamar uma literatura brasileira. Mas quanto tempo? E apesar de um centenário, podemos dizer que a literatura brasileira já está libertada de um Eça? É necessário que se liberte de um Eça para ter a sua própria grandeza?”

E a influência das línguas bantu?



Matias Mzamboko

A MINHA COMPLACÊNCIA

Podeis homicidar-me com vossos vitupérios.
Meu inato orgulho vai quase à timidez insociável.
O que mais amo não me obseca.
Sou um cobarde do servilismo.

Esgazeados olhos exímios de quizumba ameaçam.
Esses látigos...! Esses látigos...! Esses látigos...!
E os pães omissos nas bocas?
E os dentes em desuso nas maxilas das crianças?
Será que lhes sucede a teoria de Darwin?

Vai caindo envelhecida a minha complacência.
Nestes céus africanos amantizados de sombrias
nuvens
só fazem sentido vicejantes flores das
mandioqueiras
e o neo-realismo só faz literatura nas machambas
de milho.

Não existem na história destinos obnoxios.
O mal é conhecer um pouco os versos de Bertolt
Brecht.
Pior seria desconhecer por quem morreu Eduardo
Mondlane.
Traição é saber escrever e não escrever nada.

José Craveirinha
5-5-81

“Nós temos que ser realistas. Há línguas em África às quais acontecerá o mesmo que às línguas da Europa, que se extinguíram, desapareceram, foram substituídas por outras. É impossível, completamente impossível, preservar as línguas que existem em África. Podemos, e os estudiosos poderão fixar as várias línguas, estudá-las, como acontece hoje com o sânscrito e outras, como o próprio latim, que é um tronco. Não podemos ter a ilusão que após a independência passaremos a falar e a escrever as línguas africanas. Isso era um preço muito excessivo. Nenhuma tecnologia, nenhuma ciência, nenhum avanço nos ramos do conhecimento ficaria à espera que criássemos um alfabeto”.

Questões certamente a discutir em Abril, no I Congresso dos Escritores de Língua Portuguesa, a realizar em Lisboa e no qual Craveirinha se encontra também empenhado.



Em Moçambique, a poesia do mais importante poeta contemporâneo moçambicano (traduzido em várias línguas), tem saído apenas esparsamente na imprensa. Mas continua a ser pú-

blica — e polémica — recitada nos “msaho”, encontros quinzenais de poesia num coreto de um jardim de Maputo, a que assistem desde operários e estudantes até dirigentes. (Manuel Freire) ●

J A M O G

IMPORT. E EXPORT. LDA.

Rua Duque de Palmela, 30-8.º B — Telef. 52 31 48 - 52 32 55
Telex 12449 Jamog — 15588 Trigul 1200 LISBOA

Notas de Cultura

LANÇADOS EM LUANDA LIVROS CUBANOS SOBRE ANGOLA



“Heróínas de Angola”, da autoria da cubana Limbania Jimenez Rodriguez, é o título de uma obra lançada em Novembro, em Luanda. O livro que constitui um relato histórico sobre a vida de Deolinda Rodrigues, Tereza Irene, Lucrecia e Engracia, cinco militantes do MPLA assassinadas a 2 de Março de 1967 pelo então denominado Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), tem oitenta e cinco páginas, incluindo três anexos e dezasseis fotografias inéditas, baseando-se em diversas fontes documentais, entre as quais cartas de Deolinda e Irene.

A autora conheceu as cinco dirigentes da Organização da Mulher Angolana, em 1965, quando estas integravam as fileiras dos 150 guerrilheiros do esquadrão “Kamy” integrado e apoiado por internacionalistas cubanos a pedido de Agostinho Neto, com o objectivo de alcançar, a partir do exterior, a primeira região político-militar. Limbania Jimenez Rodriguez tem actualmente 49 anos de idade, é tenente-coronel das Forças Armadas Revolucionárias, onde ingressou em 1963, tendo tido, dois anos depois, um encontro com as cinco heroínas numa base de trânsito do MPLA,

na República Popular do Congo, antes de estas partirem para a missão onde acabariam por perder a vida.

Enquadrando-se nas comemorações do décimo aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola e assinalando simultaneamente a década do estabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e Angola, foi igualmente lançado o livro “Angola nas Trincheiras” da autoria de José Ortiz, destacado jornalista, actualmente director da revista *Tricontinental*, que relata as vivências nascidas nas acções e combates em que esteve presente ao longo de toda a campanha desenvolvida pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, contra a invasão racista sul-africana, em 1975. Ortiz foi o primeiro jornalista cubano a receber um prémio “pelo seu destacado trabalho como correspondente em tarefas internacionalistas”, em 1976, por altura do VII Congresso da Organização Internacional de Jornalistas (OIJ).

GARCIA MARQUES PEDE ACÇÃO AOS INTELECTUAIS



O escritor Gabriel García Márquez advertiu em Havana que os encontros ou congressos de inte-

lectuais podem tornar-se inúteis caso não conduzam a decisões práticas de efeito imediato. Garcia Marques fez esta advertência num discurso de 4.000 palavras proferido durante o Segundo Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da Nossa América Latina, realizado na capital cubana.

O escritor colombiano propôs aos mais de 300 intelectuais latino-americanos presentes ao encontro, “novas formas de organização prática para canalizar o irresistível aluvião de criatividade dos povos latino-americanos”. Entre as sugestões defendidas por Gabriel Garcia Marques encontram-se:

- a preparação de escolas de arte e de seminários científicos em cada país da região;

- apoio a publicações periódicas e instrumentos de intercâmbio cultural;

- fortalecimento do trabalho dos Comitês Nacionais pela Soberania dos Povos, criados a partir do primeiro encontro do movimento, realizado em 1981;

- a formação de um órgão coordenador das actividades universitárias e extra-universitárias, para promover a cooperação nos campos da investigação científica e técnica, reorganizando os debates sobre temas que vinculem a ciência e a arte dentro do princípio da afirmação da luta de libertação da América Latina.

Durante o encontro foi feito um apelo a todos os intelectuais progressistas do mundo para que enviem medicamentos, alimentos, máquinas agrícolas e ferramentas para o povo da Nicarágua. Foi também examinada a possibilidade de ser publicada o mais breve possível uma história sobre a formação da dívida externa na América Latina, uma tarefa que deverá ser entregue a especialistas em economia latino-americanos.

CARICATURAS VINDAS DA NICARÁGUA:

O HUMOR DE RÓGER SÁNCHEZ

Róger Sánchez

Comité de Cidadãos Norte-Americanos Residentes na Nicarágua, Manágua

"Os norte-americanos devem ver neste folheto um espelho daquilo que a Casa Branca está a fazer aqui. Não devem ver estas caricaturas como mentiras ou invenções nossas. Devem deixar que os norte-americanos saibam como nós vemos o seu governo".

Róger Sánchez (25 anos), o mais destacado dos caricaturistas políticos de hoje na Nicarágua, ao fazer esta declaração ao Comité de Cidadãos Norte-Americanos Residentes na Nicarágua, que publicou "Caricaturas da Nicarágua" ("Cartoons from Nicaragua"), embora tenha definido com precisão o objectivo do seu trabalho, limitou-se muito quanto à dimensão que as suas caricaturas alcançam no terreno da solidariedade.

Enquanto na Alemanha Federal é editado um livro de caricaturas de "Polidecto" — um dos seus personagens —, aparece em Goteburgo, Suécia, uma colecção dos seus trabalhos entre 1983-84, intitulada "Det Är Allvar". Róger Sánchez foi premiado em Cuba, na Bienal de Humor de 1983 e, no concurso a nível mundial "Um Só Mundo" em 1984, com 390 cartunistas de 30 países. Expôs em Nova Iorque, Toronto e Frankfurt e as suas estórias estão traduzidas em sueco, italiano, alemão e inglês. Na Nicarágua, publicou três livros "Barricada", vendidos também no exterior.

Em outras palavras, Róger Sánchez aparece como um mensageiro do novo humor e do novo jornalismo que se está a desenvolver na Nicarágua desde a vitória da revolução. Segun-

do ele mesmo afirma, "não podemos separar o meu trabalho do trabalho que está a ser feito pela revolução. Para me poder desenvolver na minha profissão, tem que haver um desenvolvimento geral do país. E isso tem sido possível através da revolução".

THIRD WORLD: DEVELOPMENT OR CRISIS?

Editado por Third World Network, 87 Cantonment Road, Penang, Malásia.

Este livro de 84 páginas contém as principais contribuições de quase 100 representantes de 22 países que participaram na Conferência sobre crise no Terceiro Mundo, realizada em Penang, Malásia, em Novembro de 1984. O texto é o documento final da conferência e está dividido em cinco partes que analisam a dominação do Terceiro Mundo pelos países industrializados; a crise económica na África, Ásia e América Latina; o esgotamento dos recursos naturais do Terceiro Mundo pela acção predatória das empresas transnacionais; as questões culturais; e, finalmente, as relações diplomáticas entre os países subdesenvolvidos.

O livro é a primeira publicação da Rede do Terceiro Mundo, um organismo criado durante a Conferência de Penang para permitir o intercâmbio de experiências, estudos e investigações entre jornalistas, académicos e técnicos latino-americanos, asiáticos e africanos, bem como de especialistas de países industrializados.

No final de cada uma das cinco partes do livro estão incluídas as sugestões e propostas feitas pela conferência, da qual participou o sub-editor de *cadernos*, Roberto Bissio.

SIEMPRE EL PUEBLO: HOMENAGEM A MICHELINI

— Editora Centro Uruguay Independiente. Montevideo.

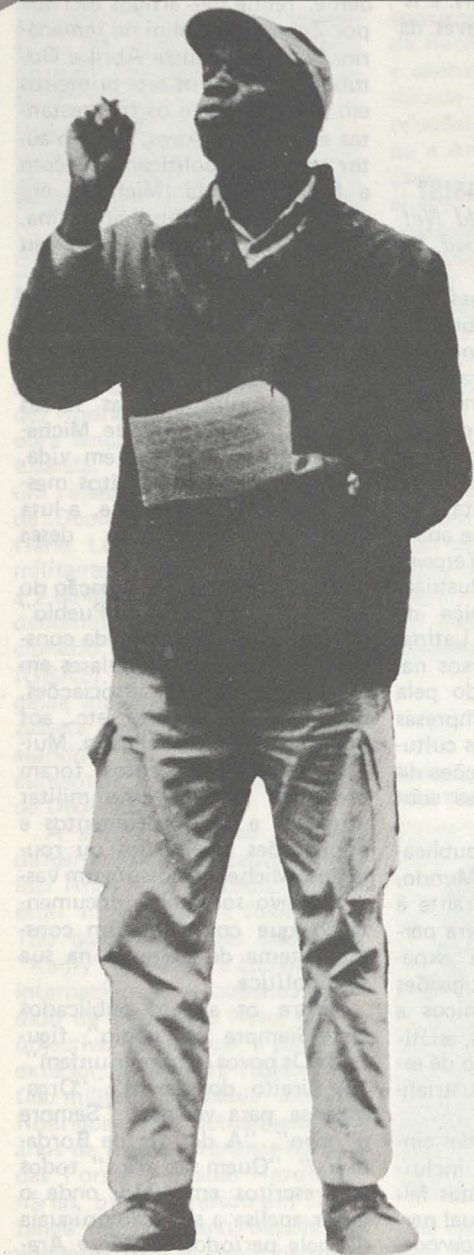
"Siempre el Pueblo", editado pelo Centro Uruguay Independiente, reúne dez artigos escritos por Zelmar Michelini no semanário *Respuesta*, entre Abril e Outubro de 1973, os sete primeiros em Montevideo e os três restantes em Buenos Aires, onde o autor trabalhou politicamente com a Frente Ampla. Michelini encontrava-se na capital argentina, quando do golpe militar no seu país.

Nos seus artigos, Zelmar Michelini afirma invariavelmente que, na América Latina, a opressão está representada na união das oligarquias com as forças armadas. Razão porque Michelini sempre defendeu em vida, e através dos seus escritos mesmo depois da sua morte, a luta pelo desmantelamento dessa união.

Outra grande preocupação do autor de "Siempre El Pueblo" foi o estudo constante da constituição das forças populares em partidos políticos, associações, movimentos populares, etc., aos quais sempre esteve ligado. Muitos desses movimentos foram proibidos pelo governo militar uruguaio e seus documentos e publicações queimados ou roubados. Michelini possuía um vasto arquivo sobre eles, documentação que constituiu um constante tema de pesquisa na sua vida política.

Entre os artigos publicados em "Siempre El Pueblo", figuram "Os povos sempre triunfam", "O direito dos povos", "Organizar-se para vencer", "Sempre o povo", "A derrota de Bordaberry", "Quem faz, paga", todos eles escritos em 1973, onde o autor analisa a situação uruguaia daquele período. (Antônio Aragão)

A biografia de Eduardo Mondlane



Eduardo Chivambo Mondlane

Dezessete anos depois do assassinato do principal líder nacionalista moçambicano, a viúva Janet Mondlane vai publicar uma biografia contendo cartas e textos inéditos. Nesta reportagem Janet fala da sua vida com o fundador da FRELIMO e antecipa um pouco do que escreveu sobre o seu marido, inclusive cartas que ele lhe enviou e que nunca haviam sido divulgadas.

Norte-americana, branca, oriunda de uma família burguesa, Janet Rae ainda muito jovem tudo enfrenta para se casar com o homem que ama: um jovem negro, africano, de nome Eduardo Chivambo Mondlane. Estava-se no início dos anos 50. Depois foi a saída dos EUA e a descoberta de um novo mundo: Moçambique, o povo, os refugiados, a luta de libertação conduzida pela FRELIMO de que Eduardo Mondlane se tornaria 1º presidente até que foi assassinado em 3 de Fevereiro de 1969. É de Eduardo Mondlane e da sua vida que Janet Mondlane nos fala em entrevista exclusiva a *cadernos*.

“Quando penso que alguma coisa está correcta, faço-a. Foi isso que eu sempre fiz. Embora não possa dizer que as minhas ideias foram sempre correctas. Penso que Eduardo (Mondlane) foi na minha vida um companheiro que me fez crescer muito, muito. Sem Eduardo eu não teria visto o mundo como vi, mas o próprio Eduardo insistia para que eu fizesse as minhas coisas e nunca tentou mudar a minha maneira de ser. Por isso ainda hoje faço aquilo que acho que devo fazer. Nunca me senti anulada...”

Janet Mondlane é assim mesmo: uma mulher decidida, obstinada, que luta por aquilo que acha justo e se mostra disposta a enfrentar todos aqueles que procuram impedir a concretização das suas opções tomadas livremente. Foi isso que a levou, ainda muito jovem, a enfrentar a família, nos EUA, quando começou a namorar um jovem africano de nome Eduardo Chivambo Mondlane.

“O namoro com Eduardo não foi nada fácil. Naquela época, nos EUA, não era muito fácil para

uma menina branca namorar com um preto que ainda por cima não era norte-americano, mas africano...

Foram cinco anos de luta muito grande, muito forte, mas ao longo dos quais eu aprendi muita coisa. Era não só a sociedade, mas sobretudo a minha família que me reprimia. E depois aprendi a ter muita paciência..."

Ao seguir Eduardo Mondlane, a vida de Janet alterou-se radicalmente. "Para uma pessoa da minha família, da minha sociedade, da minha 'educação' a minha vida tornou-se muito diferente. Mas felizmente que encontrei muitos apoios, sobretudo de Eduardo. Sempre pensei: felizmente que não me tornei uma dona-de-casa dos EUA (ri-se...), que aborrecimento que seria..."

Um livro sobre a vida de Mondlane

Encontramos Janet num pequeno apartamento perto de Lisboa, mas a alguns quilómetros afastado do bulício da cidade. Confia-nos que, numa espécie de recolhimento, trabalha a tempo inteiro na biografia de Eduardo Mondlane. Há quase um ano que deitou mãos a essa tarefa, isso levou-a à necessidade de uma investigação fora de Moçambique e a um distanciamento necessário que não lhe perturbasse o trabalho. Depois da Grã-Bretanha veio para Lisboa, mas permanentemente deixa transparecer as saudades de Moçambique e dos seus filhos que há algum tempo não vê. Mas nem por isso Janet perde o seu optimismo e o seu indelutável bom-humor. Apesar de profundamente marcada pela vida difícil que levou e pela perda do seu companheiro, Janet conserva ainda, não obstante a sua meia-idade, alguns traços de frescura da sua juventude.

A conversa surge fluente e espontânea, explicando-nos Janet os motivos que a levaram a escrever a biografia de Eduardo Mondlane. Antes, porém, precisa:

"O livro não é a história da FRELIMÓ. É a história de uma pessoa, do que ela pensava, de como cresceu e viveu..."

É a história de como um pequenito pastor de cabritos conseguiu estudar, formar-se, sair de Moçambique..."

Em relação aos materiais em que se baseia para escrever a biografia daquele que veio a ser um dos fundadores e primeiro presidente da FRELIMÓ, Janet esclarece-nos:

"A biografia vai basear-se sobretudo nas cartas escritas por Eduardo e também nas minhas cartas. Tenho cartas desde 1943/45 até ao mês em que ele veio a ser assassinado (3 de Fevereiro de 1969). Através dessas cartas tento explicar a personalidade de Eduardo, os acontecimentos em que esteve envolvido e que pertencem à história, suas quali-

Baptista da Silva



Janet, além de organizar as cartas, ouviu 25 contemporâneos de Mondlane

dades e também defeitos...

Praticamente um ano após o assassinato de Eduardo, em 1970 pensei fazer a sua biografia, já que a maioria das cartas estava comigo, mas nessa altura era-me muito difícil pois tinha muitas tarefas a fazer para a FRELIMO e pela luta de libertação que se travava em Moçambique. Por isso pedi a um amigo nosso para fazer esse trabalho. E ele de facto começou a trabalhar, a recolher muitos materiais, etc...

Quando, em 1983, vi que não "safá" nada, embora ele fosse um bom escritor — excelente mesmo — decidi, de novo, ser eu própria a fazê-lo. E fazê-lo o mais depressa possível pois eu vou esquecendo, as pessoas que fizeram parte da vida de Eduardo vão morrendo, e ninguém da sua família mais chegada já sobrevive..."

Mas para além das cartas, não se socorre de outros materiais?

— Sim. Faço entrevistas (já fiz para mais de 25) a pessoas que viveram perto dele ou que o conheciam bem.

Outra coisa que eu procuro fielmente respeitar é escrever de um ponto de vista de um moçambicano, daqueles que de facto viveram essa história. Penso que isso é muito importante, pois muitas vezes o que se conhece é através de europeus que vão a Moçambique, fazem por lá umas pesquisas, saem para escrever, mas que, de facto, não a viveram. Eu pretendo mostrar essa história encara da do lado do moçambicano.

Quando comecei o trabalho custou-me muito. Quando comecei de novo a ler as cartas que escrevemos um ao outro fiquei doente. Durante um período só chorava. Quando essa fase passou foi possível não só chorar mas também rir. Rir muito de coisas e situações por que passámos e felizmente para este projecto que ficámos separados muitas vezes. Antes de casar, depois de casar... muitas separações. São muitas cartas: primeiro são semanais, depois quase diárias... um montão de cartas”.

Uma personalidade muito forte

Passados tantos anos, o estudo que agora faz dessas cartas e entrevistas com pessoas que conheceram de perto o seu marido, levaram-na de algum modo a alterar a imagem e a recordação que guardava de Eduardo Mondlane, como homem e dirigente político...?

— Naturalmente que tinha esquecido muitos detalhes, mas a ideia que tinha de Eduardo como pessoa era a mesma. Era uma personalidade muito estável.

É interessante que quase toda a gente que entrevistei tem as mesmas opiniões sobre a personalidade de Eduardo. Talvez por ele ter uma personalidade forte, muito forte, devido com certeza ao sofrimento por que passou quando era muito jovem.

Não, as minhas ideias sobre Eduardo não mudaram.

A saída dos EUA para viver em África, numa outra terra, com uma cultura tão diferente não deve ter sido fácil...

— Uma vida separada de Eduardo era uma coisa

inimaginável. Impossível de conceber. Outro aspecto muito importante é que tendo eu ido trabalhar com o povo, tanto em Moçambique como com os refugiados na Tanzânia, senti-me muito bem, muito em casa. Mesmo com as divisões que existiram e os diversos conflitos — aquilo era normal em política, não é? — o povo moçambicano era muito dado, muito gentil, muito acolhedor.

Se de facto eu acreditasse nessa coisa de reencarnação eu de facto pensaria que já tinha ali vivido antes... Talvez porque Eduardo já me havia falado tanto de Moçambique e dos moçambicanos que, por um processo de osmose, isso entrou na minha carne e eu senti que tinha voltado para casa.

“O berço da FRELIMO”

Era também muito protegida. Depois do falecimento de Eduardo, em 1969, essa protecção foi de grande valor para mim.

Nunca pensei sair de lá (nesse tempo vivíamos em Dar es Salam, na Tanzânia). Meu pai ficou transtornado quando Eduardo foi assassinado porque se tinham tomado bons amigos. Tinham desenvolvido essa relação de amizade durante esses anos... era muito diferente do que era no início...

A minha família ficou muito triste, muito ansiosa pela minha segurança e pela minha vida. Mas eu nem pensei em voltar: os meus filhos também faziam parte da sociedade dos moçambicanos. Como era possível tirar, arrancar os filhos de Mondlane daquele ambiente?

Impossível. Por isso decidi continuar por lá.

Depois do falecimento do pai, a FRELIMO passou a dar muito apoio e protecção a essas crianças — claro que esse apoio não substitua o do pai, não era a mesma coisa... — mas de facto elas estavam sempre rodeadas de tias e tios e foram crescendo naquele berço da FRELIMO.

Como forma de satisfazer uma curiosidade de que só o livro “O eco da sua voz” que está a escrever poderá preencher inteiramente, perguntamos como era Eduardo Mondlane como homem e nacionalista e desde quando teriam surgido esses ideais de libertação dentro de si.

Olha-nos de frente e diz-nos que “não é possível separar o homem do nacionalista”.

— Lembro-me, pouco depois da sua morte, de ter sido entrevistada por alguém que trabalhava para o jornal do ANC, que me perguntou: “não foi na África do Sul, quando frequentava o ensino secundário, que se formaram os seus ideais nacionalistas...?”

Respondi-lhe que não. As suas ideias nacionalistas começaram muito antes disso. Começaram no berço, no seio da sua família cheia de tradições e no mato onde cresceu. O seu espírito e amor



Baptista da Silva

Janet acha que em Mondlane, “é impossível separar o homem do nacionalista”



Mondlane ao lado de Samora Machel (à esquerda) com outros veteranos da guerrilha da FRELIMO

para com Moçambique e o sofrimento do povo sempre estiveram no seu coração. Talvez que essas ideias tenham amadurecido na África do Sul, mas foi nos EUA que recebeu a maior parte da sua formação e apoio intelectual. Sobretudo a nível universitário: estávamos na década de 50 e muitas coisas estavam a acontecer nos EUA.

“Eduardo... espalhava-se pelo mundo!”

— Uma coisa muito curiosa em Eduardo é que no meio do sofrimento ele era muito alegre. Não só quando era jovem, mas já adulto, como presidente da FRELIMO, era muito brincalhão. Muitas pessoas não sabem isso...

Eduardo era uma pessoa que normalmente gostava de pregar partidas e contar anedotas. Gostava muito de rir, dizer piadas... O mundo era muito cómico para Eduardo. Tinha um grande sentido de humor e isso, penso eu, salvou-o de muitas situações.

Eduardo era um homem muito sério que gostava muito de rir. Era capaz de comunicar com qualquer pessoa, de qualquer condição, da criança ao velho. Tinha uma capacidade de comunicar incrível!

Penso que posso dizer que era uma personalidade não complicada; era muito recto, muito certo, muito constante e estável.

E os defeitos? — perguntamos.

Janet, rindo-se (também ela demonstra um humor constante e arguto o que nos leva a pensar que devem ter constituído um casal bem disposto...) faz uma pausa.

— Bom... deixem-me pensar nos seus defeitos.

Quando viajava deixava sempre coisas por onde passava. Eduardo espalhava-se pelo mundo... Uns

chapéus aqui, alguns papéis na Suíça e depois de certeza que deixava um par de sapatos e não sei que mais em Moscovo. O mundo estava cheio de coisas do Eduardo. Quando faleceu, muitas pessoas me escreveram perguntando-me se eu queria que embrulhassem e me enviassem umas coisinhas dele...

No sentido pessoal era muito desorganizado... mas nas ideias (hum...) muito claro, muito claro. Tinha um cérebro muito grande, uma capacidade incrível.

Portugal e os portugueses

Eduardo Mondlane conheceu mal Portugal. Por aqui passou, mas poucos meses depois seguiu para os EUA para prosseguir os seus estudos. Como é que Eduardo Mondlane via os portugueses e Portugal?

— Quando chegou a Portugal escreveu a um padre suíço dizendo: “mas porque é que não me informou que os portugueses são tão pequeninos e são assim?”

O missionário respondeu-lhe: “não era a mim que me competia dizer essas coisas, deverias ser tu a descobrir por ti próprio...”

Eduardo viveu em Lisboa só um ano mas ficou amigo de muitos portugueses. Gostou muito das pessoas. Ele amava o mundo e nos seus olhos podia-se ler o amor que tinha pelas pessoas. E as pessoas também tratavam bem Eduardo. Quando saiu de Lisboa ficou muito surpreendido, e também muito orgulhoso, de ver tanta gente despedir-se dele no aeroporto. Embora ele não conseguisse partir da primeira vez, pois a polfícia tirou-o do avião. Só conseguiria mais tarde.

Colocava os portugueses em pé de igualdade com os outros povos, nunca pensava: “... estes são

o inimigo, são as pessoas que fizeram mal à minha vida e ao meu povo...". Não, não era assim e nunca o foi.

Quando trabalhava na ONU vivíamos em Long Island, em Nova Iorque, e ele muitas vezes levava pessoas da delegação portuguesa para nossa casa ou era ele que almoçava com a delegação portuguesa nas Nações Unidas.

O que Eduardo sempre disse — e isso ficou sempre bem gravado na política da FRELIMO — é que havia que distinguir bem entre o povo português e a política do governo de Portugal. Eduardo ficava muito impressionado com o sofrimento do próprio povo português no tempo do fascismo. O que não era justo é que a política do governo português fosse contra qualquer povo, fosse o português ou o moçambicano.

"Da terra dos cambanes..."

De certeza, porém, que a experiência de Eduardo do contacto com os portugueses era muito diferente da de Amílcar Cabral ou Agostinho Neto. Eduardo viveu quase sempre em Moçambique e quando tomou contacto com europeus... a maioria eram suíços.

Falei com o escritor angolano Mário de Andrade, o ano passado, sobre as lembranças que ele tinha de Eduardo e lembro-me de ele me dizer:

— "Sabe, Eduardo não era como os outros africanos, era muito diferente de nós. Nós andávamos sempre pelos cafés, onde falávamos e discutíamos sempre tentando descobrir as nossas raízes. Mas Eduardo nunca, nunca. De vez em quando passava por lá (também não tinha dinheiro, não é?!), mas ele sabia muito bem onde estavam as suas raízes, não era necessário falar nem descobrir nada..."

E isso é bem verdade. Uma das primeiras coisas que eu me lembro de Eduardo é falar dos 'cambanes', dos homens da sua terra.

Era da terra dos cambanes e disso se orgulhava. Um orgulho muito grande de ser do povo africano, um grande orgulho...

Talvez por ter nascido filho de chefe. Ter tomado o nome de Chivambo que era o nome de um antepassado muito grande. Seu pai dera o nome de Chivambo a outros dois rapazes, mas estes morreram. Quando Eduardo nasceu deu-lhe o nome de Chivambo e ele cresceu bem. Esse bebé foi levado a todas as cerimónias até ficar homem. Cresceu forte, num ambiente de fortes tradições.

Foi uma sua irmã quem o empurrou um pouco para a educação, e uma vez aí nunca mais parou...

Perguntamos a Janet o que pensariam os colonialistas dela, uma branca, casada com o líder na

90 - terceiro mundo

cionalista negro, vinda directamente dos Estados Unidos...

— Uma traidora, uma grande traidora...

Durante a luta ouvi muitas vezes: é compreensível entender as razões de Eduardo Mondlane, mas a esposa dele, aquela branca, dos EUA, ... é uma traidora. Recebi também muitas cartas feias, muito feias. Havia um grande ódio contra mim.

"Esqueciam-se de quem eu era..."

Percebe-se que esse ódio, de algum modo, a magoou. Mas hoje fala dessa gente e dessas situações meio divertida...

— Como sou formada em sociologia penso que esse fenómeno deve ser estudado com profundidade, mas penso que ele não é difícil de entender: para essa gente... eu sou traidora.

O facto de ser branca e norte-americana levou a que durante a luta tivesse passado por situações muito interessantes. Inicialmente as minhas tarefas prendiam-se com o apoio à educação e às escolas. Mas à medida que as zonas libertadas foram aumentando as minhas tarefas também se foram alargando: educação, saúde, comércio... tudo aquilo que não estava directamente ligado com a guerra e o exército. Só que na Europa as pessoas se esqueciam de com quem estavam a falar — eu era branca, não é?!... falo perfeitamente o inglês, e ainda por cima com sotaque norte-americano. Esqueciam-se de quem eu era... Ah! ah! (O riso torna-se contagiante)... e então começavam a falar. E eu percebia o que verdadeiramente pensavam, o que tencionavam fazer quanto à FRELIMO, o que pensavam do governo português. Era muito interessante pois esqueciam-se por completo quem eu era...

Depois eu voltava para o meu povo muito bem informada sobre as suas verdadeiras intenções...

A Janet durante a luta passou por situações de guerra, de perigo iminente...?

— Tanto nas regiões libertadas como em Dar es Salam, na Tanzânia, passámos por algumas situações de perigo. Mesmo em Dar es Salam, por vezes, era necessário fugir da nossa casa com as crianças...

Penso que fiquei com muito medo sobretudo por causa dos filhos. Sempre os quis proteger para que eles não crescessem no medo. O rapaz então era muito medroso, muito sensível. Nasceu assim — cada criança nasce da sua maneira.

Penso que, apesar de tudo, consegui que crescessem sem pensar no medo e nas preocupações, pois hoje os meus filhos, que agora já não são crianças, quando falam do passado dizem sempre que os momentos mais felizes foram aqueles tempos de Dar es Salam.

Recordar Josina Machel

Durante a longa conversa que mantivemos com Janet Mondlane muitas são as situações e episódios lembrados desse tempo, muitas as pessoas desaparecidas evocadas. De entre estas, a figura de Josina Machel¹ é particularmente referida.

— Trabalhámos juntas, chegámos mesmo a viver na mesma casa. A nossa vida era muito chegada. Depois da morte de Eduardo, o presidente Samora Machel e Josina viveram na minha casa e nasceu lá o seu filho. Eu era madrinha do seu casamento. Que dizer, há tantas recordações desse tempo...

Depois da morte de Eduardo fiquei muito abatida. Não sei explicar, mas a minha carne desaparecia. Eu comia, mas a carne desaparecia, definhava. A FRELIMO pensou então que a melhor coisa para mim seria ir para as zonas libertadas, ficar algum tempo por lá.

Fui então com Josina e muitas coisas aconteceram. Algumas até um pouco cómicas.

Eu tinha oferecido as alianças aos dois, mas não medi muito bem a largura do dedo de Josina. Ela tinha os dedos magrinhos e a aliança estava-lhe de facto muito grande, mas como não tinha tido tempo de a mandar apertar, levou-a consigo para Moçambique.

Quando chegámos a um acampamento, fomos tomar um banho, com um balde, por detrás de uma protecção de palha. De repente, estava Josina a tomar banho, ouvi os seus gritos: "Janet, Janet! vem cá depressa..."

O que tinha acontecido? — A aliança, com o sabão, tinha-lhe caído e estava a ser arrastada pela água, mas ela não podia sair pois não tinha nada, estava nua.

Janet Mondlane ri-se ao lembrar o episódio, e acrescenta:

— Lembra-me que ela já uma vez havia perdido a aliança numa praia, mas não me recordo se ela alguma vez a chegou a mandar apertar.

Outro episódio de que me lembro muito bem, também nas zonas libertadas, passou-se durante um ataque da força aérea portuguesa. Estávamos numa reunião muito grande quando começámos a ouvir os aviões. Toda a gente fugiu. (Há que nos escondermos, depois não nos mexermos pois de outro modo podemos ser notados. Outra regra importante é não ter coisas de cor, que brilhem, so-



Josina Machel, a primeira mulher do actual presidente moçambicano

bretudo o branco). Ora a pasta que tinha comigo para guardar os documentos era precisamente branca. Lembro-me bem desse momento. Pensei: que estúpida que sou!, que estúpida...

E meti a pasta debaixo da camisa. Foi nessa altura que vi um velhote muito pequenino, todo encolhido, como um rato, que se escondia dentro de um tronco de árvore. Sempre que lembro a cena tenho vontade de rir. Eu pr'ali a pôr a pasta dentro da camisa e o velhote a esconder-se dentro da árvore a tentarmos escapar ao fogo dos aviões...

Sim, vivemos juntas, sim...

O coração em Moçambique

Janet considera-se uma cidadã moçambicana ou uma cidadã do mundo?

— As duas.

Sabem, antes de casar com Eduardo, e devido às oposições e problemas por que passámos, falámos muito sobre a maneira de educar os nossos filhos. E acordámos que a única solução para criar pessoas saudáveis era meter-lhes no espírito de que são cidadãos do mundo. Não de um povo, de um ou outro lugar: todo o mundo tem de ser deles...

¹ Josina Machel foi a primeira mulher do presidente Samora Machel, com quem casou em Maio de 1969. Lutadora incansável pela libertação do seu país, viria a morrer de doença a 7 de Abril de 1971. Desde então, em sua homenagem, comemora-se nessa data o Dia da Mulher Moçambicana.

Naturalmente que tentando criar crianças assim, temos nós próprios de assumir esse espírito. Não é?

Eu assumi-o e quando olho agora para o mundo acho-o de facto muito pequeno. É como aquelas bolas de borracha que tínhamos quando crianças.

Mas onde estão as suas raízes?

— Em Moçambique. O meu coração está em Moçambique. No resto do mundo sou estrangeira, no sentido de que não o compreendo muito bem. Quando vou aos EUA — a minha mãe, o meu ir-

mão, a minha família está lá — eu não compreendo muito bem aquela cultura e aquela sociedade. Nestas duas últimas décadas muita coisa mudou e eu sinto-me de fora. Estou de fora, olhando...

Compreendem?

O mesmo se passa aqui na Europa, onde eu vivi não sei quanto tempo, pelos mais diversos países. É sempre de fora que eu olho estas sociedades e estas culturas.

A minha vida é Moçambique. Não tenho outra vida senão Moçambique. Impossível. (*Baptista da Silva. Participou na entrevista Maria José Belo Marques*) ●

“O eco da sua voz”

“O eco da sua voz” é o título de um livro que sairá a público no decorrer de 1986. Nele a autora — mulher e companheira de sempre do 1º presidente da FRELIMO — dá a conhecer a personalidade e o pensamento político do dirigente nacionalista moçambicano, assassinado em 3 de Fevereiro de 1969. São extractos dessa obra ainda inédita que *cadernos* publica por gentileza de Janet Mondlane*.

O perpétuo período de separação que constituiu a nossa vida matrimonial proporcionou uma ampla oportunidade para introspecção através da escrita. Em resposta a uma análise particularmente profunda que eu havia feito do relacionamento existente entre os nossos três rebentos, Eduardo fala de si próprio ao elaborar um esboço do comportamento da sua filha de cinco anos. (Carta de Janet Mondlane, Centro Episcopal de Snow Bond, cidade de Nova Iorque, 7/2/67)

Um pai atento e compreensivo

“Minha muito querida Janet,

“Recebi ontem a tua terceira carta consecutiva (...). Com respeito às tuas observações sobre as diferenças que notas entre a atitude de uma criança para com a vida e a de um adulto, recor-

*Os subtítulos, da responsabilidade da redacção de *cadernos*, separam extractos do livro ainda inédito sobre Eduardo Mondlane “O eco da sua voz”, cujos direitos de autor pertencem a Janet Rae Mondlane e aos seus filhos Eduardo Chivambo Mondlane Jr., Jennifer Chude Mondlane e Nyeleti Brooke Mondlane.

do-me de certa situação que teve lugar, era eu ainda muito jovem, no sul de Moçambique, quando um adulto qualquer resmungou que eu era assim tão inocente e feliz porque não conhecia os problemas da vida, porque não tinha experimentado ainda qualquer sofrimento. O tipo disse isso em voz suficientemente alta para eu o ouvir, mas estou certo que ele estava convencido que embora eu o ouvisse a coisa não faria sentido para mim, sendo eu uma criança. Pensei que ele era burro. A verdade é que eu tinha imensas preocupações e problemas pessoais que não me interessava partilhar com os outros, até mesmo com os meus melhores amigos.

“No que respeita à nossa filha Nyeleti, sabemos dos numerosos problemas que afligem a sua pobre mente. Ela está, por exemplo, aborrecida por não poder fazer o que faz Chude (a sua irmã mais velha), não possuir a longa e bela cabeleira que Chude tem; ainda não saber ler, etc... Estou certo de que por debaixo daquele verniz de vivacidade e traquinice existem uma porção de problemas de que somente ela se dá conta. Mas a sua maneira de ser é tal que por muito que a situação seja difícil, ela exhibe um comportamento feliz”.

A Frelimo e as ajudas do exterior

Em Fevereiro de 1968, andava a fazer uma longa viagem de angariação de fundos pela Europa Ocidental e Eduardo arranhou tempo para escrever uma carta de seis páginas de Dar (es Salam) a minha irmã, nos Estados Unidos da América, contando pomenorizadamente como era, na altura, o seu “envolvimento pessoal” na FRELIMO, o seu programa de actividades diárias, o género de problemas a resolver, o tipo de emergências que surgiam dia a dia.

“A mais importante e complicada destas (várias esferas de acção) é o programa político/militar da FRELIMO. Como presidente do Movimento, para que fui reeleito em Julho passado no



Daniel Mado-nisse

Mondlane voltou para a luta em Moçambique depois de estudar no exterior

II Congresso da FRELIMO, sou responsável praticamente por tudo. De tal modo, de facto, de que sou censurado por tudo o que corre mal, embora não seja necessariamente louvado por tudo o que corre bem, em todos os aspectos do nosso trabalho...

“(Janet está no estrangeiro) a tentar angariar fundos e a estimular a doação de equipamentos, medicamentos... (e) a convencer os governos, as associações religiosas e humanitárias e as comissões políticas a enviarem-nos professores, técnicos e outro pessoal necessário aos nossos numerosos projectos tanto aqui como nas áreas libertadas do nosso país. Estamos convencidos de que quanto maior apoio obtivemos para levar a efeito estes programas de auxílio à luta de libertação, mais bem sucedidos seremos na execução das acções que somente nós, os moçambicanos, podemos e devemos levar a cabo. Sei que, encarados de um ponto de vista de um estrangeiro, poderemos parecer um punhado de mendigos impertinentes e por vezes repugnantes, totalmente incapazes de fazer o que quer que seja por eles próprios. Posso garantir-te que às vezes nos sentimos desgostosos com nós próprios por darmos essa impressão. Mas isso não podemos evitar, pois o nosso povo tem vindo há pelo menos 100 anos (e há mesmo mais de 300 anos nalgumas regiões do nosso país) a ser sugado pelas sanguessugas portuguesas, e na presente fase tudo o que lhes resta é a sua raiva e o seu ódio ao colonialismo e aos seus lacaios. Estão,

no entanto, prontos a fazer muito pela sua libertação: estão dispostos a dar as suas próprias vidas a lutar contra quem quer que seja que lhes pretenda barrar o caminho da liberdade.

“Não devemos esquecer-nos de que até mesmo Portugal, um país que é independente desde o século XI e tem mantido um império desde o século XV, continua a depender de aliados como os EUA, a Grã-Bretanha, a França e outros membros da NATO em apoio da sua luta para conservar o seu império africano. Não nos sentimos por isso assim tão envergonhados por termos de pedir”.

Amargas experiências

As leis que regiam a educação em Moçambique impediram a admissão de Eduardo nos estudos a nível da escola secundária. Ele pretendia desesperadamente continuar a estudar, mas a sua igreja pensou que se ele se fosse embora jamais regressaria para junto deles, tal como já tinha acontecido com muitos outros. Exigiram-lhe que trabalhasse durante um ou dois anos “para se ver o que ia no seu coração”. Muitos anos depois desses acontecimentos, um velho missionário amigo de Eduardo disse que “havia qualquer coisa de peculiar em Eduardo. Ele aceitava coisas que eram quase inaceitáveis... Era assim Mondlane”. Em Outubro de 1941, Eduardo chegou à Missão Metodista de Cambine onde passou onze meses antes de lhe ser atribuído o cargo de catequista próximo da

sua aldeia. A sua estadia em Cambine trouxe-lhe várias vantagens. Aprendeu ali inglês, mas teve também amargas experiências. A juntar à sua crescente frustração com a lei portuguesa, as incompatibilidades diárias com a mesma exerciam uma certa opressão sobre ele.

“Cambine, 22 de Outubro de 1941

“Prezado Senhor Professor,

“Ao receber esta carta há-de ficar admirado porque acabou de receber uma outra não há muito tempo. Eu tenho-me esquecido de pedir uma coisa importante. Agora há uma lei do Estado que manda todos os habitantes da Colónia a munirem-se de “passes” quando passarem de uma circunscrição para outra e com a autorização da administração civil. Essa lei não é nova mas é agora olhada com muita atenção — não sei porquê — e prendem qualquer que se encontrar sem os referidos documentos, tendo de sofrer a pena de ficar nos calabouços durante 4 meses.



Daniel Maquimase

Samora e Mondlane juntos na guerrilha contra o colonialismo português

“Para mim a lei é muito terrível porque nem tenho autorização da minha vinda de Lourenço Marques para cá. Não soube se se devia pedir licença. Na minha pequena Cademeta de Identidade não está nada anotado sobre a minha saída da Missão Suíça para cá. No dia em que me falaram da nova lei fiquei muito triste e dormi muito mal. Agora, para aproveitar a vinda do sr. Pastor Humbana peço ao Senhor Professor que me arranje”. (...)

Dez dias depois o professor e amigo de Eduardo em Lourenço Marques ofereceu-lhe uma solução precária para o problema do passe:

“Se a situação se tornar difícil, no que diz respeito ao passe, acho que deveria vir para cá em Dezembro num dos carros particulares, descendo no km 7 da estrada de Marracuene e chegan-

do a pé a minha casa e naquela altura arranjará a coisa pessoalmente. Esta lei é verdadeiramente complicada!”.

Impressões de Lisboa

A carta de Eduardo, de 4 de Julho (1950), para André Clerc descreve um tanto pormenorizadamente os acontecimentos da viagem por mar de Lourenço Marques para Lisboa. As suas observações a respeito da cidade não são inteiramente lisonjeiras, e terminam dizendo que “... quem se interessar apenas pelo luxo moderno da civilização ocidental sem se importar com o resto poderá ter uma impressão admiravelmente encorajadora. Gostei bastante da feira popular, onde fui ontem, das estátuas, especialmente a do Marquês de Pombal na avenida da Liberdade, o parque Eduardo VII, a Estufa Fria, os edifícios de comércio, as muitas praças, etc, etc.. Interessou-me bastante a coincidência de a avenida da Liberdade ir acabar na Penitenciária de Lisboa”.

“Não podemos ficar alheados”

Apesar das frustrações, a atmosfera que se vivia na nossa casa, em fins de 1963, era optimista. Eduardo entrava e saía, às vezes com outras pessoas da FRELIMO, ou sozinho para ir buscar documentos, deixar documentos, escrever documentos, rir, queixar-se ou, simplesmente, relatar um incidente. Naquele tempo estava a trabalhar fora de casa e resolvi escrever a um velho amigo, em Nova Iorque, falando-lhe do meu quotidiano:

O meu mundo é um mundo dentro de um mundo — o mundo de Moçambique, dos refugiados, da revolução. Fala-se da guerra, dos estudos e do que virá depois. E todos os dias têm os seus altos e baixos... De quantos espíões é que temos agora conhecimento, quando me preocuparei o suficiente para mandar colocar grades nas janelas, quando é que conseguiremos licença de porte de arma para os guardas da minha casa; o rapaz que sofre de problemas respiratórios, será apenas uma questão nervosa ou será qualquer outra coisa mais física?, onde é que eu poderei arranjar um bom par de sapatos que permitam a Yona andar melhor?, porque é que eu não recebo resposta do Ministério da Educação a respeito da isenção de direitos?, conseguirei que a Direcção reúna a fim de obter o que pretendo na primeira quinzena de Novembro?... e assim por diante. No entanto, os problemas não são grandes. Embora pareça estranho, nada se afigura grande demais. É como que uma série de acontecimentos que conduz a um futuro inevitável. Talvez Eduardo encare as coisas de maneira diferente dado que ele tem de trabalhar duramente para fazer com que o inevitável aconteça e enfren-



Daniel Maquimasse

Mondlane durante a guerra percorreu todas as zonas libertadas para fortalecer a unidade da FRELIMO

ta certamente problemas bem mais cruciais do que aqueles que eu enfrento. Afigura-se, no entanto, que o fim chegará certamente dentro em breve, e eu, pelo meu lado, estou a fazer tudo o que posso para que o fim resulte o melhor possível. Eu digo: "educa-te, jovem". E não é difícil convencê-los. Talvez seja mais difícil conseguir que eles peguem numa arma. E, de facto, eu só os poderei vir a educar se eles se mostrarem dispostos a pegar nessa arma. Porquê? Porque há aqui meio milhar de pessoas que pretende apanhar o comboio de regresso. Reivindicam os seus antepassados moçambicanos mas não poderiam preocupar-se menos com as pessoas que ainda estão em Moçambique. E provavelmente não se preocuparão também depois da independência, altura em que haverá muito mais para fazer.

Já compreendeste que sou um verdadeiro nacionalista nos dias que correm. Julgo que se estivesse aqui se-lo-ias da mesma maneira. Não podemos ficar alheados quando estamos metidos numa guerra. Para nos mantermos fora dela teríamos de ser totalmente despojados de calor humano. A guerra exige uma porção de ardor, ou não sobreviveríamos como povo. E, por outro lado, o elo que mantém os nacionalistas juntos, os verdadeiros nacionalistas, é muito forte. E deve existir ainda um qualquer outro elo suplementar para desgosto dos nossos inimigos.

"Os laços que nos unem..."

Três anos depois, em Outubro de 1966, o dirigente do departamento militar da FRELIMO,

1986 - Janeiro - nº 85

Filipe Magaia, foi morto numa missão no Niassa. Esses três anos intermédios foram um tanto sombrios. Havia a perspectiva de uma guerra prolongada, com a perda de muitos camaradas e amigos queridos. Muita gente da FRELIMO de Dar (es Salam) foi a Songea, no sul do Tanganica, para participar no funeral de Filipe. Na viagem de regresso, um dos automóveis teve um grave acidente a cerca de 240 quilómetros de Dar es Salam. Após uma noite e um dia de angústia a tentamos obter auxílio para os sinistrados, "na segunda-feira de manhã, ao pequeno almoço, fomos informados de que o automóvel (que tinha sido enviado para socorrer as vítimas do primeiro acidente) havia-se voltado e encontrava-se um pouco para lá de Morogoro, a cerca de 200 quilómetros de distância.

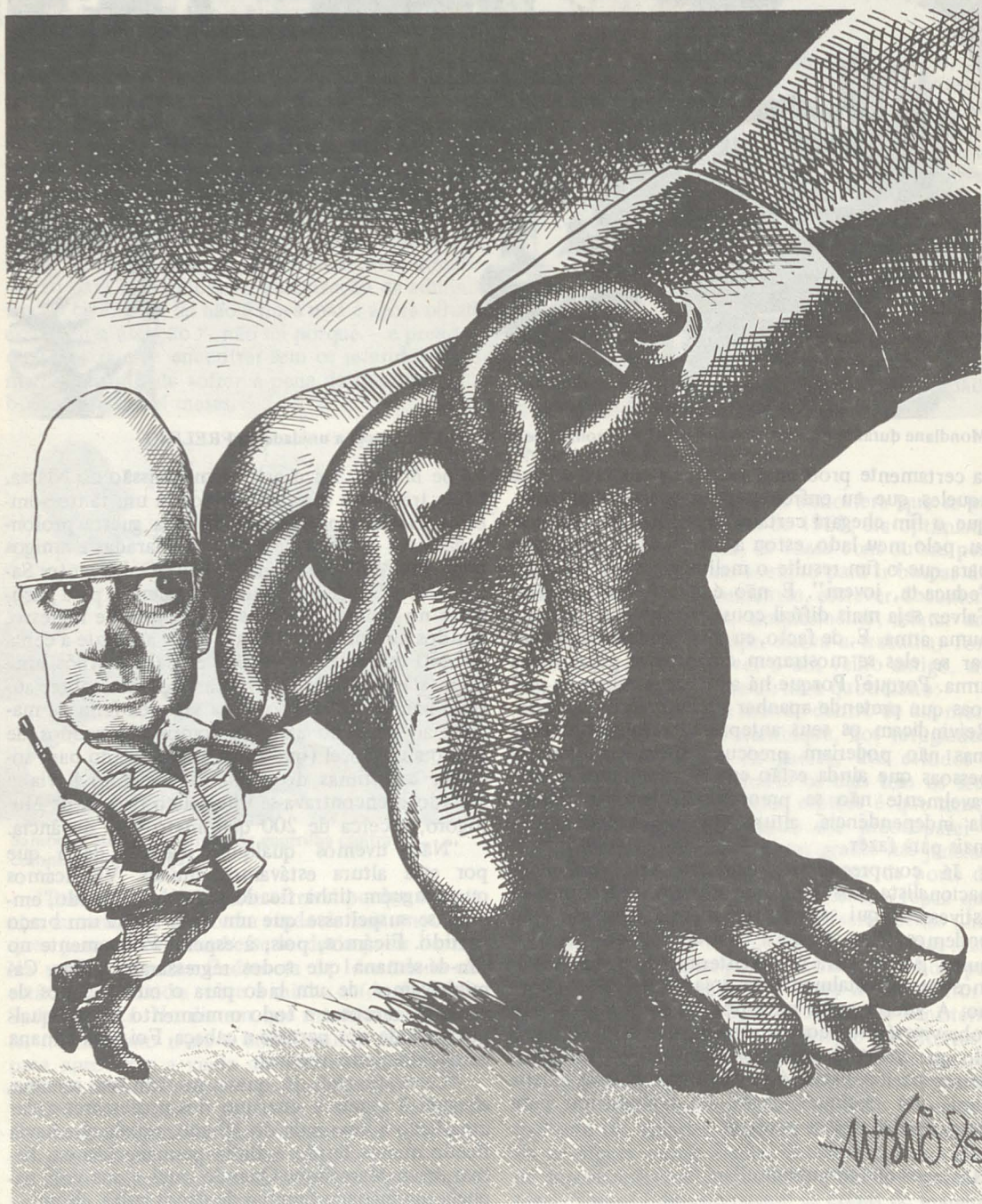
"Não tivemos qualquer reacção dado que por essa altura estávamos imunes. Verificámos que ninguém tinha ficado gravemente ferido, embora se suspeitasse que um deles tinha um braço partido. Ficámos, pois, à espera. Foi somente no fim-de-semana que todos regressaram a Dar. Caminhávamos de um lado para o outro cheios de cuidado, receosos a todo o momento de que qualquer um de nós partisse a cabeça. Foi uma semana verdadeiramente terrível.

"Certa manhã, já quase no fim da semana, cheguei à escola e ouvi um dos professores a dar uma lição a uma aula do 1º ano, aquele que havia ficado menos ferido e tinha permanecido em Kilosa, com Marcelino. Quando ouvi a sua voz, naquela sua maneira familiar de dar as aulas, chorei.

"Os laços que nos unem são bastante fortes, mas a vida é demasiado frágil". ●

terceiro mundo - 95

Humor



Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260